

Eduardo Kugelmas

DIFICIL HEGEMONIA

Um estudo sobre São Paulo na Primeira República

**Tese de Doutorado apresentada na área de
Ciência Política do Departamento de Ciências
Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo.**

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Carmo Campello de Souza

**SÃO PAULO
1986**

EDUARDO KUGELMAS

DIFÍCIL HEGEMONIA

UM ESTUDO SOBRE SÃO PAULO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Tese de Doutorado apresentada na área de
Ciência Política do Departamento de Ciências
Sociais da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo.

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Campello de Souza

SÃO PAULO
1986

AGRADECIMENTOS

Correndo o risco de pecar por omissão, registro aqui — e com prazer — alguns dos meus débitos na feitura desta tese, que, como todo trabalho intelectual, é resultado de um esforço coletivo.

Minha orientadora, Maria do Carmo Campello de Souza, deu-me total liberdade e amplo estímulo.

Nas suas ausências no Exterior a "orientadora substituta", Célia Galvão Quirino, com um misto de suavidade e firmeza, garantiu que o trabalho fosse concluído.

Sônia Draibe e João Manoel Cardoso de Mello discutiram longamente comigo o projeto inicial deste trabalho, fazendo preciosas recomendações.

Uma primeira versão de alguns capítulos passou pela leitura crítica e ao mesmo tempo amigável de Brasília Sallum, o que me ajudou a clarificar pontos obscuros.

Em ocasiões várias — seminários, reuniões acadêmicas, conversas informais — Fernando Novaes, Jessita Moutinho, Liana Aureliano, Luís Felipe Alencastro, Maria Cecília

Forjaz, Maria Hermínia Almeida, Maurício Font e Sergio Miceli deram valiosas sugestões, inclusive bibliográficas.

Os funcionários da biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da USP e do Arquivo do Estado de São Paulo, com amabilidade e eficiência, facilitaram a pesquisa.

A Fundação Ford proporcionou um importante apoio material na fase inicial da coleta de dados.

A todos, muito obrigado.

ÍNDICE

| | |
|---|------|
| INTRODUÇÃO..... | 01. |
| PARTE PRIMEIRA: A Emergência de um Federalismo Assimétrico..... | 12. |
| ⊕ CAPÍTULO I — De Província Imperial a Estado..... | 13. |
| ⊕ CAPÍTULO II — Federação e Estado..... | 47. |
| ⊕ CAPÍTULO III — O Estado na Federação..... | 85. |
| ● CAPÍTULO IV — Considerações Finais..... | 96. |
| PARTE SEGUNDA: Moeda, Café e Poder..... | 102. |
| ● CAPÍTULO I — Ortodoxia e Intervencionismo - O Contraponto..... | 103. |
| ● CAPÍTULO II — Da Valorização Esporádica à Defesa Permanente..... | 143. |
| ● CAPÍTULO III — Considerações Finais..... | 161. |
| APÊNDICE | 164. |
| BIBLIOGRAFIA | 167. |

INTRODUÇÃO

Nos estudos sobre a formação histórica do Estado brasileiro, a primeira República ou República Velha é tomada, com frequência, como um período pouco problemático, que não oferece dificuldades especiais ao analista. Postula-se uma congruência básica entre a estrutura sócio-econômica caracterizada pela predominância da economia agro exportadora, pelo tipo de organização sócio-política tipicamente oligárquico e pela articulação coronelista, por um lado, e pela própria forma do Estado, por outro. A notória preeminência da economia exportadora cafeeira é a base da sustentação da hegemonia política da oligarquia paulista em aliança com mineira e o rompimento do "café com leite" marca já o dobre de finados do regime, abrindo nova etapa histórica, que se abre com a Revolução de 30.

Uma formulação típica, entre muitas outras, é a de Edgar Carone para quem

"no plano federal são os fazendeiros de São Paulo e Minas que governam; Prudente de Moraes, Campos Salles, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Artur Bernardes e Washigton Luiz estão ligados à terra. Epitácio Pessoa, que

foge a esse esquema, é sobrinho do Barão de Lucena e latifundiário. Há as exceções dos governos militares. Nos Estados a regra se repete, dificilmente havendo um governante de outra procedência. O predomínio é absoluto, daí as possibilidades mínimas existentes para outras classes".¹

Em contraste com esse período "descomplicado" a década de 30 surge como uma interrogante desafiadora; conceitos como crise de hegemonia, estado de compromisso e modernização conservadora serão manejados para tentar explicar uma nova realidade política e seus desdobramentos no campo sócio-econômico e cultural.²

Certas formulações mais simplistas, como a que via na Revolução de 30 uma "Revolução democrático-burguesa" típica e atribuindo a uma burguesia industrial o caráter de elemento motor dessa revolução, já foram inteiramente superadas, principalmente através da crítica certa feita por Boris Fausto em seus trabalhos;³ julgo porém que persiste a idéia de um contraste entre uma simplicidade idílica no pré-30 e o torvelinho da década posterior, já marcada pela ascensão do poder centralizador do Estado Nacional, pela aceleração da industrialização e pela ideologização da vida política.

Creio que há evidências suficientes para justificar um reexame, uma reavaliação crítica das características centrais da primeira República, de modo a que possamos matizar e qualificar as afirmações mais correntes.

Evidentemente, a ninguém ocorreria pôr em dúvida quer a preponderância econômica do café, quer o papel estratégico de São Paulo e da aliança São Paulo-Minas no sistema político. Julgo, porém, que uma caracterização "tout court" do período como hegemonia cafeeira ou de hegemonia paulista (aliás, as duas formulações não são idênticas) tem determinados perigos que podem, no limite, conduzir a esquematismos demasiado simplistas.

Nas colocações dos autores que recorreram a uma caracterização mais rigorosa do conceito de hegemonia, dentro da tradição gramsciana, tais dificuldades transparecem com nitidez. Não por acaso, Boris Fausto cerca com cautelosas ressalvas sua caracterização da burguesia cafeeira como classe hegemônica e aponta como

"a hegemonia da burguesia do café nunca assumiu a forma de uma integral identificação entre o governo federal e os interesses corporativos da classe".⁴

Por seu turno, Maria Hermínia Tavares de Almeida refere-se à precariedade da hegemonia cafeeira, afirmando que

"objetivamente impossibilitada de dar conteúdo universal a seus interesses particulares, ela foi precariamente hegemônica no interior do bloco de poder, e com mais razão ainda, frente ao conjunto da sociedade"⁵

Embora considere a burguesia cafeeira como hegemônica, Liana Aureliano interroga-se a respeito.

"A estrutura de dominação nucleada pela burguesia cafeeira configurará uma específica articulação de poder e, em particular, será uma 'estranha' hegemonia a desta fração de classe. E de se perguntar até se, com rigor, poder-se-ia pensar como hegemônica, no interior do bloco de poder, uma fração de classe que, em nenhum momento, consegue, detendo o poder de estado, apresentar e realizar seus interesses de modo a transformá-los em projeto 'universal'..."⁶

Impõem-se à consideração três ordens de problemas. Primeiramente é necessário examinarmos mais de perto se efetivamente o Estado de São Paulo "controlava" de forma nítida a orientação do governo federal. A forma explosiva com que se deu a crise do final da República Velha, através da tentativa que se revelou frustrada de Washigton Luis ao buscar impor como seu sucessor outro paulista, o então Presidente de São Paulo Júlio Prestes, tendeu a reforçar a idéia de que o controle do governo federal por São Paulo seria um elemento fundamental do próprio sistema. Este dado, aliado às peculiaridades da política de valorização do café, reforçará a imagem da Revolução de 30 como um movimento anti-paulista e anti-cafeeiro, marcado pela visão crítica ao excessivo peso do café na economia nacional. Porém, se examinarmos o período como um todo — que

se estende de 1889 a 1930 — veremos que será necessário distinguir com clareza entre dois subperíodos.

O primeiro, da fundação do regime até 1906, é marcado por uma nítida preponderância paulista: aí encontraremos, além da sua forte presença durante os primeiros e turbulentos anos do governo militar, a fieira de três presidentes paulistas — de 1894 a 1906 (Prudente de Moraes, Campos Salles e Rodrigues Alves). Porém, a partir deste momento, só haverá novamente um presidente paulista em 1926, tendo ocorrido em 1918 a eleição, para um novo período presidencial, de Rodrigues Alves, que não chegou a tomar posse por ter falecido antes.

É com base em dados dessa natureza que autores, como Joseph Love dirão que para São Paulo, na realidade, como estratégia política no seio da federação não seria vital o controle de cargos e posições a nível do Executivo federal.⁷

Na análise de Simom Schwartzmann, indo ainda além dessa colocação — e deve-se notar que é uma colocação muito específica desse autor — São Paulo não chegou jamais a ter um peso político correspondente a sua importância econômica, mesmo no período da primeira República.⁸

Daí verificamos a necessidade de avaliarmos com mais minúcia e profundidade a natureza do federalismo vigente durante a primeira República, o tipo de relacionamento entre nível federal e estadual, e o significado para os paulistas da noção de soberania estadual, que poderia, à primeira vista parecer uma simples filigrana jurídica, mas que era bastante mais do que isso.

Uma segunda ordem de problemas a serem discutidos é o da natureza da política econômica seguida. Está amplamente consolidada, especialmente a partir dos trabalhos de Celso Furtado, a idéia de uma quase total subordinação da política econômica do Governo Federal brasileiro aos desígnios do setor cafeeiro. Em outras palavras, o café seria não só o produto preponderante da balança comercial e da economia nacional mas o elemento reitor, a chave mestra das medidas de política econômica.

Dentro dessa colocação sobressai a célebre hipótese de Celso Furtado sobre a "socialização de perdas", interpretação deste autor ao mecanismo de depreciação cambial, através do qual foi possível em vários momentos socializar os prejuízos que decorreriam aos cafeicultores da baixa do preço do produto no mercado internacional.

Ora, qualquer exame mais cuidadosa da história da política econômica neste período, demonstra que a política econômica efetivamente seguida pelo Governo Federal foi na realidade influenciada por um conjunto de fatores e em muitos momentos não atendeu de imediato aos reclamos de setores do café. Além disso, buscou várias vezes uma orientação nitidamente deflacionista, que se opunha de forma direta aos interesses mais imediatos do setor cafeeiro.⁹

Um ponto fundamental é que isso se deu de forma meridiana e clara em um momento de reconstrução financeira, que vai de 1898 a 1906, ou seja, no momento em que dois paulistas, Campos Salles e Rodrigues Alves, ocuparam a Presidência.

cia da República, porém desenvolvendo uma política econômica que vai levar em conta fundamentalmente as necessidades das finanças públicas do Estado nacional, os problemas de crédito do País no exterior, a opinião da City londrina e os argumentos dos defensores da ortodoxia.

Além disso, julgo que até hoje não se deu o devido peso e importância à mudança ocorrida no próprio Estado de São Paulo durante os anos da crise cafeeira, que marcaram os primeiros anos deste século. Nesta época, gestou-se uma virada ideológica de grandes proporções: deixou-se de lado o tradicional liberalismo e passou-se a adotar uma orientação de tipo intervencionista, que terá como consequências o Convênio de Taubaté, a valorização do café e a mudança da política monetária, através da Caixa de Conversão. Porém, tudo isso não vai se passar sem luta e sem conflito até que se defina a nova orientação.

De forma análoga, na década de 20, os defensores da política de valorização, já num novo contexto marcado pelas mudanças da economia mundial do pós-guerra e pelas próprias modificações da economia brasileira e paulista em seu conjunto, encontrarão objeções dos defensores da ortodoxia monetária e terão que desistir do plano de fazer da valorização do café um programa permanente do Governo Federal.

Assim, a célebre defesa permanente do café vai se dar, sim, a partir de 1925, mas através do governo estadual, com a criação do Instituto do Café do Estado de São Paulo. Ou seja, mais uma vez virá à tona a importância do tipo de federalismo vigente e das possibilidades extraordinárias de ação

proporcionadas por ele aos Estados, desde evidentemente que tivessem os recursos políticos e financeiros para fazer uso da abertura dada pela letra da Constituição de 1891.

Em suma, vemos aí a necessidade de uma revisão profunda da idéia corrente de um controle simples e direto, de São Paulo e dos interesses cafeeiros sobre a política econômica do Governo Federal.

Uma terceira ordem de problemas já é relativa à caracterização interna do universo paulista. Como sabemos, a partir dos trabalhos de João Manoel Cardoso de Mello, Sérgio Silva e Wilson Cano, o complexo cafeeiro é ao mesmo tempo agrário, mercantil, industrial e financeiro. À medida em que cresce e se desenvolve, vão se diferenciando cada vez de forma mais clara os distintos setores.¹⁰ As implicações disso necessitam ser incorporadas a uma análise que busque superar o vício excessivamente simplificador de algumas colocações.

Um dado importante é o fato que na década de 20 as múltiplas clivagens do universo paulista vão se tornando tão amplas que por si só já se constituem em um obstáculo à consolidação e consecução de um projeto hegemônico tal como é geralmente atribuído ao Presidente Washington Luis.

Devemos lembrar que o PRP - famoso Partido Republicano Paulista - pela primeira vez, a partir de 1926, encontrará uma forte e bem organizada oposição interna, através dessa importante dissidência da elite oligárquica, que foi o Partido Democrático, cuja natureza e enraizamento social têm sido objeto de várias polémicas. Por enquanto, basta-nos relembrar

que este Partido reuniu alguns setores ponderáveis da elite cafeicultora e contava com a óbvia simpatia de setores vinculados ao capital financeiro, embora estes não participassem diretamente do Partido, (como é o caso de duas figuras estratégicas da elite paulista - José Maria Whitaker e José Carlos Macedo Soares). Em vários momentos o PD desenvolveu uma crítica ferrenha à forma pela qual vinha se procedendo o esquema de valorização do café.

Este ponto é de fundamental importância pois uma das omissões centrais nas caracterizações da crise final da República Velha e da Revolução de 30 está na sistemática subestimação do fato de que a tão famosa oligarquia paulista não se encontrava mais unida, ou seja, não era de nenhuma maneira um bloco monolítico.

Este dado é subestimado mesmo em análises cuidadosas e sofisticadas,¹¹ e só é utilizada como elemento fundamental analítico na caracterização de Maurício Font¹². Este autor defende a idéia de que o PRP - Partido Republicano Paulista - tinha se desvinculado progressivamente da sua matriz social de origem, ou seja, da grande burguesia cafeeira, e tinha se tornado uma máquina política dotada de forte autonomia, simbiótica com o aparato do governo estadual e mais receptiva às demandas de novos grupos em ascensão, como os industriais de origem imigrante, os setores comerciais ligados à diversificação das atividades agrícolas e os beneficiários do novo padrão de expansão cafeeira dos anos 20, marcado por uma maior importância da pequena e média lavoura.

Mesmo sem aceitar integralmente suas colocações, é inegável a importância do trabalho de Font para que se aprecie devidamente a complexidade e a extensão das múltiplas cli-viagens que recortam a sociedade paulista nos anos 20. Há, sem dúvida, evidências suficientes para justificar toda a prudência na caracterização dos interesses cafeeiros e ou paulistas, evitando-se o equívoco de tomá-los como um bloco inteiriço.

No interior desta problemática, julgo que justifi-ca-se plenamente um esforço de reavaliação da presença paulis-ta na República Velha. Neste trabalho, buscarei rastrear as origens e as características básicas do federalismo então vi-gente, com especial atenção à fase de consolidação do regime republicano. Por outro lado, através de um reexame do contex-to e dos limites, dos avanços e dos recuos da política econô-mica, veremos mais de perto as dificuldades de explicá-la em termos unilineares e demasiado simplistas.

NOTAS — INTRODUÇÃO

- (1) Cf. Edgar Carone (1970:157)
- (2) Ver Francisco Weffort (1978), Luciano Martins (1976) e Sônia Draibe (1985)
- (3) Refiro-me especialmente a Boris Fausto (1970)
- (4) Cf. Boris Fausto (1975:247)
- (5) Cf. Maria Hermínia Tavares de Almeida (1978:33-34)
- (6) Cf. Liana Aureliano (1976:104-107)
- (7) Ver Joseph Love (1982)
- (8) Ver Schwartzmann (1975:120-124)
- (9) Este tema é amplamente discutido em Liana Aureliano (1976) e Fritsch (1983)
- (10) Ver J. M. Cardoso de Mello (1982), Wilson Cano (1977) e Sergio Silva (1976)
- (11) É o caso do excelente balanço de Aspasia Camargo (1980)
- (12) Ver Maurício Font (1983).

PARTE PRIMEIRA

A EMERGÊNCIA DE UM FEDERALISMO ASSIMÉTRICO

CAPÍTULO I

DE PROVÍNCIA IMPERIAL A ESTADO

Poucos temas (ou talvez nenhum) são tão estratégicos para a compreensão das transformações fundamentais que moldaram e condicionaram o Brasil contemporâneo quanto a análise das mutações de São Paulo no último terço do século 19. De província relativamente marginal no quadro imperial, São Paulo transformase em polo da economia nacional, produzindo em 1900 dois terços do café exportado pelo país, metade do café consumido no mundo. Não admira, pois, que uma vasta bibliografia ocupe-se deste conjunto de transformações — econômicas, sociais, políticas e culturais; talvez não seja exagero afirmarmos que é consensual identificar neste momento-chave a própria matriz de traços estruturais básicos do Brasil do século 20. No clássico (e hoje quinquentenário) *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda refere-se à Abolição da escravidão, vista como "marco divisório entre duas épocas", da seguinte forma:

"É compreensível que a Abolição não tivesse afetado desastrosamente as regiões onde a cultura do café já preparara assim o terreno para a aceitação de um regime de trabalho remunerado. Aqui a evolução para o predomínio urbano fez-se rápida e com ela foi aberto o caminho para uma transformação de grandes proporções".¹

Tal colocação, acoplada à sua referência pioneira ao Oeste Paulista como região onde "os cafezais adquirem seu caráter próprio, emancipando-se das formas de exploração agrária estereotipadas desde os tempos coloniais"² foi de importância seminal para o conjunto de obras que um crítico, não sem ironia, denominou 'escola paulista'³. Com distintas ênfases e abordagens, estes trabalhos acentuaram a conexão entre a expansão cafeeira do célebre "Oeste Paulista" e os processos de superação do escravismo, modernização, urbanização e estímulo à industrialização.⁴

Seguindo esta trilha clássica, João Manuel Cardoso de Mello, preocupado com a periodização precisa do momento da emergência de relações de produção especificamente capitalistas na economia brasileira, também aponta o caráter estratégico deste momento histórico para a compreensão da própria natureza do desenvolvimento capitalista no país.⁵

Sendo bastante conhecido este processo, podemos sintetizar rapidamente seus traços principais. Já a partir da década de 1830, o café (conhecido no país desde 1727), torna-se o principal produto de exportação do Brasil, espalhando-se a partir dos arredores da Corte para o Vale do Paraíba fluminense; a

teia de interesses vinculando o capital mercantil do Rio de Janeiro, a cafeicultura em expansão e o aparato burocrático herdado da coroa portuguesa serão o sustentáculo da ordem imperial que se afirma em torno de 1840. A própria sobrevivência do Império e a manutenção da unidade nacional, como insistem Luis Felipe Alencastro e Ilmar Matos⁶ dependerão da articulação interna e externa do novo setor estratégico da economia. A necessidade de mão-de-obra escrava, tida como inelutável, tornará letra morta os tratados assinados com a Inglaterra; o conflito entre o tráfico e as injunções internacionais será o ponto central da agenda política, passada a fase de consolidação nacional. Com o fim do tráfico, em 1850, abre-se uma fase de modernização e maior integração do país na ordem internacional; firma-se cada vez mais a posição do Brasil como fornecedor de café em um mercado mundial em expansão e continua crescendo a produção fluminense da rubiácea; os faustos dos "barões do café" marcam a paisagem social do Império e dir-se-á que a própria vitória da Guerra do Paraguai seria devida aos recursos proporcionados pelo Vale do Paraíba; tudo isto não obscurece os problemas crescentes como o encarecimento da mão-de-obra escrava, agora importada das províncias do Norte, o esgotamento progressivo dos solos e o escasso uso de inovações técnicas.

Em São Paulo, o café penetrará a princípio no trecho paulista do Vale, constituindo verdadeiro apêndice, nesta etapa, da cafeicultura fluminense; mas o salto decisivo ocorreria com a ocupação e desbravamento do "Oeste", nome então dado à região central do Estado; este surto de crescimento começa na década de 1850 e logo choca-se com um obstáculo grave, o dos custos de transporte. Daí a importância da abertura da São Paulo Railway,

inaugurada em 1867; com a chegada dos trilhos a Jundiaí, abre-se a possibilidade, uma vez vencido o grande obstáculo da Serra do Mar, de incorporar à expansão pioneira extensas faixas de terras fertilíssimas e apropriadas para o cultivo do café. Durante a década de 70 e ainda mais acentuadamente na de 80, o dinamismo do crescimento do Oeste Paulista vai contrastar de forma cada vez mais nítida com as dificuldades do Vale do Paraíba; de 16% da produção cafeeira nacional em 1870, a produção paulista salta para 25% em 1875 e 40% em 1885.

Como problema e questão central deste crescimento, perdura a escravidão, já então o eixo de toda a vida política, de toda a discussão sobre o futuro do país, de todo o panorama ideológico e cultural. Como diria Joaquim Nabuco em seu clássico "O Abolicionismo", a libertação do escravo poderia significar a libertação do próprio país, até então peado e manietado por um sistema cujos efeitos perversivos impediam a incorporação do país ao progresso e à civilização.⁷ A notável expansão do café paulista se dá ainda nos quadros de uma economia mercantil-escravista, como demonstrou João Manuel Cardoso de Mello. Daí as dificuldades para a análise, que explicam a permanência de polêmicas, por vezes mais trepidantes do que iluminadoras sobre a natureza dos liames entre a emergência, por fim, do trabalho assalariado e a postura dos fazendeiros paulistas; em outras palavras, a clássica questão da relação entre abolicionismo e imigrantismo.⁸

Seguindo-se os passos da análise de Cardoso de Mello sobre a natureza da própria expansão mercantil-escravista no contexto paulista, avançaremos para o melhor equacionamento do pro-

blema. Já foi visto como a incorporação de novas terras e a constituição de uma rede de transportes ferroviários (e, devemos acrescentar, a ampla utilização da máquina de beneficiamento) permitiram uma expansão veloz, a custos decrescentes; pesava, porém, como ameaça à continuidade do processo a célebre "escassez de braços". A precariedade da solução dada pelo tráfico inter-provincial não podia ocultar os limites à própria acumulação implícitos na situação. Daí podermos dizer que, para surpresa (ou desorientação) dos analistas mais incautos, o próprio êxito da empresa mercantil-escravista punha em xeque a permanência da escravidão. Excluída, por uma complexa combinação de fatores, a possibilidade de aproveitamento do trabalhador livre (ou liberto) nacional, a solução, já sugerida desde a década de 1840, era o estabelecimento de uma corrente imigratória em grande escala.⁹

É conveniente não confundir indiferenciadamente, o *imigrantismo* de setores estratégicos da elite paulista com o *abolicionismo*, programa político e ideológico que teve Nabuco e André Rebouças como principais porta-vozes.¹⁰ Como se sabe, só quando se assegurou definitivamente a corrente migratória subsidiada, em 1886, o desinteresse pela sorte da escravidão levou à mudança de atitude de Antônio Prado, então ministro do gabinete Cotegipe e um dos principais líderes do partido Conservador, que, nas palavras insuspeitas de Nabuco, "*levantou o veto de São Paulo à Abolição*".¹¹

Uma vez ultrapassada a etapa da transição ao trabalho assalariado, São Paulo atinge definitivamente a primazia no terreno da exportação cafeeira, enquanto acelera-se vertiginosamente a decadência da agricultura fluminense. No bojo do proces-

so, a cidade de São Paulo dá seu passo "de comunidade a metrôpole", saltando de 31.000 habitantes em 1872 a 240 mil em 1900.

Uma visão do conjunto do processo aqui sumarizado é dada na seguinte apreciação de Florestan Fernandes:

"...é possível associar ao café fenômenos tão diversos como a constituição de uma aristocracia rural semelhante à que existia no norte do país (como ocorreu principalmente no Vale do Paraíba); o florescimento da nova mentalidade econômica que fez do fazendeiro paulista um legítimo representante do espírito capitalista inerente à exploração econômica de produtos agrícolas tropicais (o que se exemplifica com a expansão do Oeste Paulista); a desagregação do regime servil e a implantação do trabalho agrícola livre; a imigração e a ascensão social dos imigrantes; a mobilidade de populações com seus reflexos no desbravamento do sertão e a fundação de cidades; a diferenciação de nossos sistemas comercial e bancário bem como a concentração de riquezas e a reaplicação dos capitais fora da lavoura. Mesmo um fenômeno como a transformação de São Paulo em comunidade urbana e em metrópole liga-se diretamente a consequências produzidas pelo surto econômico cafeeiro. Pois foi a expansão do Oeste Paulista que fez da cidade de São Paulo o centro econômico da vasta região produtiva".¹²

Para a melhor compreensão do sentido e natureza do processo sócio-econômico já descrito sumariamente, é conveniente determo-nos nas origens genéticas do capital cafeeiro que se reproduz através da expansão pelo "oeste" paulista. Graças aos im

portantes estudos de Maria Tereza Petrone é hoje mais conhecida a importância do surto açucareiro que marcou a economia paulista na primeira metade do século 19, tendo já se iniciado no último quartel do século 18. De forma silenciosa e paulatina, a província cuja pobreza na época colonial tornara-se proverbial torna-se palco de um processo de "acumulação primitiva", em torno da lavoura açucareira e também do comércio de animais entre o Extremo Sul e o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Como demonstraram Flávio Saes e Zélia Maria Cardoso de Mello, são exatamente os fazendeiros de açúcar que se destacam na incorporação de novas terras para a lavoura cafeeira, que aliás principia pela progressiva substituição da cana pela rubiacea na região de Itu e Campinas.¹³ O clã familiar arquetípico da classe condutora deste processo, os Silva Prado, ilustra de forma exemplar esta evolução; o barão de Iguape, patriarca deste clã, enriquecera graças ao comércio e cultivo da cana de açúcar, ao comércio de muares e outras atividades correlatas. Seus netos, Antonio e Martinho Prado Junior serão figuras exponenciais da expansão cafeeira na zona pioneira, como veremos logo mais. Trajetórias análogas serão seguidas por outras famílias destacadas, como os Souza Queiroz e Vergueiros, aparentados entre si.

A superposição entre a fase açucareira e a cafeeira é enfatizada por Maria Teresa Petrone ao notar que:

"O ano em que mais se exportou açúcar (1846-1847) também deve ter coincidido com o momento em que foram plantados os grandes cafezais, cuja frutificação se verificará em 1850-1851, quando a exportação de café pelo porto

de Santos superou a de açúcar".¹⁴

Em suma, como lembra Flávio Saes, "*a produção mercantil para exportação em São Paulo não surge com o café mas foi precedida por longo período pela exportação açucareira*".¹⁵ É a partir desta constatação de grande importância que poderemos examinar as causas e as implicações de uma das dimensões fundamentais do processo que pretendemos analisar, que é o da existência de profundas diferenças entre a cafeicultura do Oeste Paulista e a do Vale do Paraíba.

Como demonstraram estudos clássicos como o de Stanley Stein, o crescimento da cafeicultura fluminense se deu em comitância com a consolidação de laços de dependência crescentes entre fazendeiros e o capital mercantil da Corte, personificado pelos poderosos comissários da rua da Alfândega e pelo próprio Banco do Brasil. Daí, como observou Zélia Maria Cardoso de Mello, "*a presença de dois setores especializados, um agrícola, produtivo, e outro mercantil-urbano, expropriativo do primeiro, na economia cafeeira do Rio de Janeiro*".¹⁶

Em contraste, a cafeicultura paulista caracteriza-se pela forte capacidade de auto-financiamento, não surgindo laços análogos de dependência neste período, entre fazendeiros e o setor de comissários santistas que começa a desenvolver-se com o aumento da importância do comércio do café e a abertura da São Paulo Railway. (aliás, alguns dos fazendeiros do Oeste serão fundadores de casas comissárias em Santos).¹⁷

O que chama especialmente a atenção é a presença dos membros da elite do "Oeste" em todas as etapas e dimensões do processo de crescimento e diversificação de atividades econômicas em curso. Tudo se passa como se as próprias dificuldades e obstáculos à expansão cafeeira fossem vistos como novas oportunidades de inversão. Em nenhum outro campo isto se dá de maneira tão nítida e visível como na abertura de estradas de ferro, como veremos a seguir.

Embora o primeiro passo para o estabelecimento da rede ferroviária paulista tenha sido dado pelo visconde de Mauá em associação com um grupo de capitalistas ingleses, através da São Paulo Railway¹⁸, as fases posteriores do desenvolvimento do sistema de transporte foram conduzidas pela elite local.

Já em 1863, durante a lenta escalada das obras da São Paulo Railway pelas escarpas da Serra do Mar, a Assembléia Provincial de São Paulo, oferecia a garantia de juros de 7% para a companhia que estendesse os trilhos de Jundiaí a Campinas; esta medida contrastava com o encaminhamento dado à construção da São Paulo Railway, levada a cabo por concessão do governo imperial (com garantia de juros de 5% por este e 2% pelo governo provincial) e evidenciava o desejo da elite paulista de tomar em mãos as iniciativas estratégicas da vida econômica local.

Em 1868, forma-se a Cia. Paulista de Estradas de Ferro, financiada inteiramente por uma subscrição de capital organizada pelos mais prestigiosos membros da elite paulista, como os já mencionados Silva Prado, Souza Queiroz, Vergueiro e outros; destacou-se na organização do empreendimento o presidente da pro

víncia, Saldanha Marinho, pernambucano de nascimento, que a partir desta época criou fortes laços políticos com os paulistas. Em 1872 os trilhos da Paulista chegam a Campinas e seria difícil so brestimar a importância deste momento para o desdobramento da ex pansão cafeeira e para a redefinição do papel de São Paulo no Im pério.

Por um lado, solucionava-se o problema dos custos de transporte; por outro, o êxito empresarial atingido dá enorme estímulo ao orgulho local, fazendo nascer uma nova ideologia regionalista. Parece datar deste momento a concepção do paulista como "ianque sul-americano". Em poucos anos surgem novas estradas de ferro, a Mogiana em 1875, a Ituana e a Sorocabana (1873 e 1875) que logo se fundiriam e a Estrada de Ferro do Norte (1877) em direção ao Rio de Janeiro. Para a expansão da orla pioneira do café nesta época teriam especial relevância a Paulista e a Mogiana, que seguirão avançando (e, incidentalmente, com conflitos ocasionais sobre os limites do traçado de cada uma) de forma a logo atingir Araraquara e a região de Ribeirão Preto, que se tornaria o símbolo máximo do avanço da "onda verde" dos cafezais. Entre 1870 a 1890, aponta Odilon Nogueira de Matos, a rede ferroviária de São Paulo passou de 139 quilômetros a 2.425, enquanto o número de pés de café saltava de 60 a 220 milhões.¹⁹

Tudo coincidia neste momento para favorecer a constituição de um "círculo virtuoso" favorável ao desenvolvimento econômico, à diversificação de atividades em torno ao eixo básico do café e à consolidação da elite que comandava este processo. Diluem-se os limites entre o "rural" e o "urbano", já que se trata de uma elite que tende cada vez mais a residir em São Paulo,

cuja primazia sobre os polos urbanos rivais, Santos e especialmente Campinas se confirma com nitidez nesta época, como apontam os estudos clássicos de Pierre Monbeig e Richard Morse; não por acaso, o historiador Euripedes Simões de Paula usará a significativa expressão "segunda fundação" para caracterizar o surto da cidade de São Paulo na década de 1870.²⁰ São óbvias as relações de interdependência entre o universo rural e o urbano, a síntese de mentalidades e a interpenetração de papéis sociais. O que deve especialmente chamar a atenção, do ponto de vista sociológico, é a mutação de uma classe dominante tradicional em moderna sem que houvesse maiores transformações na morfologia desta classe; em outras palavras, como vimos insistindo, são os próprios membros de um *Establishment* já constituído que desempenham os papéis de condutores da inovação. Nesta etapa (obviamente, a entrada de imigrantes europeus modificaria as coisas em período posterior), não se confirmariam as expectativas de muitas teorias clássicas de mudança social, que enfatizam a ascensão de novos grupos sociais nos grandes processos macro-estruturais de transformação. Temos aqui, aliás, uma pista para as dificuldades analíticas implícitas no uso da categoria revolução burguesa no caso brasileiro.²¹

Tão importante quanto o êxito econômico do binômio café-ferrovias foi a nítida tomada de consciência das potencialidades do que na época se denominava "espírito de associação"; o próprio êxito da Cia. Paulista teve o que poderíamos denominar um efeito pedagógico, demonstrando as potencialidades da reunião de frações particulares de capital em grandes sociedades anônimas e oferecendo um protótipo institucional e jurídico a ser

seguido. Entre 1868 e 1880 foram criadas em São Paulo 25 novas sociedades, nas pégadas da fundação da Paulista.

Este fervilhamento se liga de forma inextricável à ascensão de uma ideologia regionalista e ao aumento excepcional das críticas à centralização do Estado imperial. Um artigo da "Gazeta de Campinas", um dos principais jornais da época atesta esta atmosfera:

*"pode-se dizer que o Brasil revive com a iniciativa da província de São Paulo no tocante à indústria... parecia que os brasileiros eram incapazes de, por si sós, sem capitais estrangeiros fazer alguma coisa neste sentido. Os paulistas, ergueram um protesto solene e mostraram o quanto vale e de que importância é este espírito de 'provincialismo' que a centralização tem pretendido sufocar ... a província de São Paulo há de em muito breve pesar muito na balança política do Império"*²²

Outro passo decisivo neste processo se dá pela entrada do que já podemos denominar, seguindo João Manoel Cardoso de Mello, Sergio Silva e Flavio Saes o "grande capital cafeeiro" na órbita financeira; na fundação da Casa Bancária da Província de São Paulo, em 1885, que em 1889 se transformaria no banco de Comércio e Indústria de São Paulo, encontraremos novamente, em repetição quase monótona, os mesmos sobrenomes presentes na constituição e direção da Paulista e da Mogiana: Silva Prado, Souza Queiroz, Souza Aranha, Queiroz Telles, Paes de Barros, Mello de Oliveira, Prates.

Outra esfera da atividade típica de atuação desta elite é o movimento imigrantista; desde as primeiras tentativas do velho senador Vergueiro em estabelecer colônias de imigrantes há sinais que esta camada de senhores de escravos tinha nítida consciência da impossibilidade de manter indefinidamente o regime de trabalho servil. Já em 1871 formara-se a Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração, com Antonio Prado como vice-presidente; Martinho Prado Jr., seu irmão, será o maior paladino da imigração italiana e será o presidente da Sociedade Promotora de Imigração (formada em Julho de 1886) a qual encaminhará, como veremos, a solução definitiva do problema.

Julgamos insofismavelmente demonstrada a importância da constituição do "grande capital cafeeiro", personificado em grupo de famílias interligadas. Como resume Zélia Maria Cardoso de Mello:

"se as funções estão sintetizadas e não separadas neste capital, não é de se estranhar que seja ele quem vai comandar as transformações que tiveram palco na economia paulistana partir de 1870. Os empreendedores, personificação deste capital, serão os diretores das companhias de estradas de ferro, dos bancos, das companhias de serviço público e estarão à frente do movimento imigrantista".²³

Reflitamos sobre a evidência histórica apresentada; temos elementos para caracterizar o período em tela como o da germinação de uma "modernidade capitalista" no país, como tende a afirmar a bibliografia que trata esta temática? Quais as repercussões políticas de todo este processo? E, pergunta fundamen

tal para este estudo, como relacioná-lo com os grandes marcos cronológicos, a Abolição e a Proclamação da República?

Relembremos a já mencionada caracterização de João Manoel Cardoso de Mello: o próprio dinamismo acelerado da expansão da economia mercantil-escravista impõe o caminho do trabalho assalariado.

"a acumulação repõe a cada instante o 'problema da falta de braços', que assume, a cada momento maior gravidade ... não é preciso que o escravismo se desintegre, porque não oferece nenhuma rentabilidade às empresas existentes; para ser colocado em xeque, basta que se obste a acumulação".²⁴

Se assim é, deveriam os cafeicultores pelo menos os ligados à área nova, assumir a liderança do movimento abolicionista? É sabido que não só não o fizeram como mantiveram seus planteis de escravos até os momentos finais, de estertor do regime servil. Este contraste deu margem a um amplo conjunto de mal-entendidos; o que ocorreu de fato foi a constituição do imigrantismo com o fim explícito de criar uma força de trabalho assalariada, prevendo e planejando para o futuro; até o momento do êxito na criação de uma corrente imigratória com as dimensões consideradas apropriadas, a manutenção do regime servil é vista como uma necessidade inescapável ("mal necessário" era uma expressão então frequente) do próprio funcionamento do sistema produtivo.

Daí a ambiguidade inerente à postura de um Martinho Prado Jr., deputado republicano à Assembléia Provincial, de-

ensor incansável da imigração e da taxaço proibitiva, ao tráfico inter-provincial de escravos, mas que conserva os seus cativos. Somente em 1886, com a criaço da Sociedade Promotora de Imigraço, uma agênca privada contratada e financiada pelo governo provincial para recrutar imigrantes na Europa, transportá-los com passagem paga e encaminhá-los às fazendas, iniciou-se a imigraço maciça. O sistema de cooperaço entre a Sociedade, dirigida por Martinho Prado, Nicolau de Souza Queiroz e Rafael Paes de Barros e o governo provincial, que terminava então a construçõ da célebre Hospedaria dos Imigrantes revelou-se de grande eficiência. Basta lembrar que em 1887 entraram em São Paulo 32 mil imigrantes e 91 mil em 1888, em contraste com a média de 6 mil por ano no período 1882-1885.²⁵ Ocupava então a presidência da província Antônio de Queiroz Telles, visconde de Parnaíba, amigo e aliado político de Antônio Prado, neste momento ministro da Agricultura e empenhado, com algum êxito, em estimular a alocaço de recursos para a imigraço. Podemos interpretar a conjuntura de 1886-1887 como o momento decisivo para o encaminhamento definitivo para a transiço a uma economia de trabalho assalariado, com a conversão final do senhor de escravos em empresário capitalista.

Creio que a diversidade de interpretaçoões tem suas raízes na própria complexidade do processo concreto, refratário a explicaçoões simplistas. Rememoremos as linhas gerais da emancipaço dos escravos como dilatado processo histórico; após a extinço do tráfico, era óbvio para os mais lúcidos que a escravidão, como sistema estava condenada a longo prazo; não se desconhecia a exemplo das colônias inglesas, onde o fim do tráfico fo

ra o prelúdio para a Abolição da escravatura. Com a Lei do Ventre Livre (1871), estava formalmente consagrada pela legislação do país a temporalidade do regime servil, enquanto vai-se configurando a divisão de interesses entre as regiões e províncias, com a intensificação do tráfico interprovincial do Norte para o Sul e a preocupação de muitos com as consequências potenciais de um conflito entre os desinteressados pela sorte da escravidão e os cafeicultores do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas.²⁶ Embora neste momento seja unânime a defesa da escravidão entre os fazendeiros de café destas províncias, vai surgindo paulatinamente uma importante diferenciação entre o setor que procura construir uma estratégia para o futuro, através da grande imigração, conforme foi visto, e a cafeicultura mais antiga do vale do Paraíba, sem condições para efetuar o salto para o trabalho assalariado.²⁷

Esta clivagem manifestou-se na própria província de São Paulo, onde os municípios paulistas do vale do Paraíba foram preponderantes nas etapas iniciais do "roteiro do café" descrito por Sérgio Milliet em trabalho clássico.²⁸ Aparentados e assemelhados aos seus vizinhos do lado fluminense da divisa, vinculados à Corte por onde escoavam sua produção, os representantes do Vale na Assembléia Provincial tendiam a resistir às medidas destinadas a favorecer a imigração e/ou limitar o tráfico inter-provincial de escravos.²⁹

Para este estudo, os pontos acima examinados são fundamentais para colocarmos no contexto apropriado a irrupção do republicanismo na província de São Paulo, intimamente vincula

do às reivindicações descentralizadoras. Como se sabe, constituiu-se em São Paulo, no ano de 1873, o mais forte núcleo republicano do país, três anos após o lançamento do manifesto republicano no Rio de Janeiro.

Os aspectos do republicanismo paulista que mais chamam a atenção são seu fervor descentralizador, sua força no Oeste Paulista e sua notória tergiversação na questão da escravidão; avaliemos cada um destes traços.

Já o manifesto republicano de 3 de Dezembro de 1870 surge com vigor a retomada do velho ideário federativo, submergido pela célebre reação centralizadora que pôs fim às lutas regenciais.

"No Brasil, antes ainda da idéia democrática, encarregou-se a natureza de estabelecer o princípio federativo. A autonomia das províncias é pois, para nós mais do que um interesse imposto pela solidariedade dos direitos e relações provinciais, é um princípio cardeal ... se carecessemos de uma fórmula para assinalar perante a consciência nacional os efeitos de um e outro regime, nós a resumiríamos assim: Centralização — Desmembramento — Descentralização — Unidade".³⁰

No mesmo ano era publicado o importante livro de Aureliano Tavares Bastos, "A Província", que sem romper com a monarquia argumentava em defesa da autonomia política e administrativa das províncias, acompanhada de nova discriminação tributá-

ria. Estas teses encontraram ouvidos atentos em São Paulo onde cresciam as queixas sobre as limitações da administração provincial, cujos poucos recursos eram manifestadamente insuficientes para atender às necessidades crescentes da fronteira cafeeira em expansão.

Ao se constituírem definitivamente como partido, os republicanos de São Paulo desde o princípio adotaram a federação não só como objetivo programático para a reorganização do país mas como forma de organização partidária, decidindo atuar de forma autônoma com relação ao "centro", ou seja, ao núcleo republicano do Rio de Janeiro. A célebre Convenção de Itú, de Abril de 1873 reafirmou este princípio e foi o marco simbólico do início de uma campanha política mais organizada.

No mesmo ano o novo Partido Republicano Paulista lança um documento cuja importância não tem sido adequadamente realçada, as "Bases para a Constituição do Estado de São Paulo", que define as normas que organizariam o Estado a ser criado.³¹

A elaboração de um documento desta natureza é um precioso indicador da agenda, da ordem de prioridades dos republicanos paulistas; não se discute primeiramente as características do que seria a reorganização política e institucional do país como um todo, mas sim a organização interna de um futuro Estado cuja existência dependeria de uma mudança ainda não definida. Pode-se daí inferir que o republicanismo foi função das reivindicações descentralizadoras e que estas constituem a verdadeira tônica do movimento. Tal atitude teria enorme consequência na própria definição dos parâmetros de atuação do novo partido.

Outra característica central do novo partido foi sua profunda vinculação ao Oeste paulista; não havia representantes do vale do Paraíba na Convenção de Itú e o crescimento posterior do PRP deu-se em torno de Campinas, Itu e Piracicaba, atraindo uma porcentagem significativa de fazendeiros de café. Calcula-se que dois terços dos 133 participantes da Convenção de Itú eram fazendeiros.

Desde seus inícios, o PRP demonstrou preocupação em não perder suas bases de apoio rural em razão do problema da escravidão; sua forma de colocar o tema foi denominada por Joseph Love, como "*Política de ambiguidade deliberada*".³² A argumentação utilizada, apesar do evidente oportunismo, não é despidida de interesse; o PRP apresentava-se como favorável a uma solução pacífica e evolutiva da "questão servil", apresentava-a como um "fato social", que transcendia a arena político-institucional onde se movia o republicanismo e atribuía a eventual solução do problema aos dois partidos monárquicos. Daí podem ser retiradas ligações de importância para a definição do espaço político-ideológico onde se movia o PRP.

A distinção entre o "político" e o "social" sublinha as limitações e a disposição cordata e conservadora do novo partido; trata-se de encaminhar uma mudança institucional, não uma transformação estrutural. Aliás, mesmo na crítica às instituições os documentos republicanos não vão além das críticas habitualmente formuladas por conservadores e liberais nos seus turnos de desempenhar o papel de oposição; por outro lado, ao colocar sobre os ombros dos partidos imperiais o encaminhamento do que era obviamente a questão de fundo no panorama nacional, con-

fessava implicitamente não disputar o poder no curto prazo. Em suma, um partido pacífico, moderado, tendente a mirar o exemplo de políticos republicanos franceses como Léon Gambetta, então preocupados em demonstrar que os barretes frígios de 1789 e as barricadas de 1848 não deveriam assustar a cautelosa burguesia de seu país e que o radicalismo social não era mais sinônimo de regime republicano. E também, um curioso partido anti-monárquico que evitava propor a derrubada do monarca, jogando para um futuro de prazo indefinido a realização de seu programa.

Republicanos tão bem comportados, não tiveram dificuldades em fazer alianças com os partidos monárquicos e em 1877 ocorre a primeira vitória eleitoral dos republicanos no Brasil, com a eleição de três deputados na Assembléia Provincial de São Paulo (Prudente de Moraes, Cesário Motta e Martinho Prado Jr). Tal êxito se dera em aliança com os liberais, então em oposição; a reversão da gangorra partidária nacional no ano seguinte, trouxe de volta ao poder o partido Liberal, com o gabinete Sinimbu; isto abriu a primeira crise nacional do movimento republicano, já que a maior parte dos signatários do manifesto de 1870 eram oriundos do partido Liberal e vários dispuseram-se a voltar ao aprisco, dando razão aparente aos que viam pouca consistência no movimento republicano. Em São Paulo não ocorrem defecções e o republicanismo paulista pesa cada vez mais no conjunto nacional.

Ao longo da década de 1880, as alianças eleitorais tendem a ser feitas com os conservadores; neste partido predomina em São Paulo a facção dirigida por Antônio Prado e a convergência básica de interesses ligados ao Oeste pesa nesta aproximação; graças a esta aliança o PRP consegue seu maior êxito no

período imperial, com a eleição de Prudente de Moraes e Campos Salles à Câmara de Deputados em 1884.

Deve notar-se que as características do sistema eleitoral vigentes a partir da célebre "Lei Saraiva" de 1881 facilitam os cálculos sobre a força eleitoral dos partidos; esta reforma eliminou a velha distinção entre "votantes" e "eleitores" e a eleição em dois graus. O caráter aparentemente democratizante na medida foi desmentido pela notável restrição ao número de eleitores, que baixou de 1.100 mil a 145 mil, excluindo-se os analfabetos e os que não tivessem determinado nível de renda ("Censo pecuniário" e "Censo literário", dizia-se na época). Os cálculos e estimativas de Boehrer permitem calcular a existência de 25 a 30% de eleitores republicanos nas eleições realizadas ao longo da década de 1880; deve-se notar que o caráter restritivo ao extremo do sistema da "Lei Saraiva" fazem destas eleições algo assemelhado a um "survey" de opinião circunscrito à camada dominante.³³

Em resumo, podemos assinalar com segurança a ascensão de um partido republicano coeso, bem organizado a nível provincial, com força localizada nos distritos do Oeste e que só foi inflexível em um ponto: a defesa da descentralização política e administrativa. É a partir destas constatações que algumas análises tendem a efetuar a identificação entre o surgimento do Oeste Paulista com região sócio-econômica diferenciada e o avanço do republicanismo, como se este fôra o representante exclusivo da mudança e da transformação.

Creio necessário matizar e qualificar esta forma de enfocar a questão; a descentralização foi-se tornando progressivamente a bandeira do conjunto das elites paulistas, acima e além das divisões partidárias. Poder-se-ia mesmo dizer que a maior autonomia local, com ou sem monarquia, seria o "desideratum" máximo das classes dirigentes da então província. Isto só vai se evidenciar de forma mais nítida na complexa conjuntura política do período que se estende da Abolição ao fim do regime imperial.

É fundamental lembrar aqui que apesar do infindável rosário de queixas relativas à fraca autonomia das províncias no interior da célebre centralização imperial, tinha-se conseguido estimular as ferrovias e impulsionar a imigração através da utilização dos recursos provinciais. Isto se deu em um contexto em que a unidade de ação em todos os campos vitais para a expansão do grande capital cafeeiro se sobrepunha a quaisquer disputas partidárias.³⁴

Em outras palavras, temos uma integração das elites paulistas, unificadas no decorrer do processo descrito acima; assim, ao lado dos Silva Prado e Queiroz Telles conservadores, os Souza Queiroz e Souza Aranha liberais, os Paes de Barros já inclinados ao republicanismo, todos reunidos nas diretorias das estradas de ferro, dos bancos que vão surgindo, das entidades promotoras da imigração.

Visto deste ângulo não temos uma situação em que o PRP tenha um monopólio da representação dos novos interesses; o que ocorre é uma maior liberdade de ação deste partido para dar livre curso às queixas generalizadas sobre a insuficiente atenção

do governo imperial aos problemas da região emergente e à subrepresentação de São Paulo. Basta lembrar que São Paulo tinha apenas nove deputados na Câmara de 125 membros, enquanto Minas Gerais tinha 20, a Bahia 14 e o Rio de Janeiro (Município Neutro e província) 12. Além disto, São Paulo deu poucos ministros ao longo do período imperial e apenas dois chefes de gabinete, o marquês de Monte Alegre e o marquês de São Vicente.

Este conjunto de queixas desaguava com vigor na questão da discriminação de rendas, que era para os paulistas o eixo de questão; com o surto das exportações, acentuando a partir de 1870, conforme foi visto, o governo central passa a arrecadar muito mais do que aplicava na província paulista. Um comentário jornalístico de 1877 assim colocava a questão:

"Todos os anos, somam os paulistas o que receberam do governo geral e comparam com o que deram ao mesmo; como já dão mais do que recebem, sendo como são homens positivos, poetas práticos, já murmuram: por que não havemos de ser independentes?"³⁵

Apesar de volume crescente de reivindicações descentralizantes e autonomistas, enquanto esteve em pauta o problema da escravidão era difícil que qualquer outro ocupasse o topo da agenda política. Já vimos como o êxito no estabelecimento da grande imigração abriu o caminho para a solução do problema, do ponto de vista dos paulistas. Cabe agora relembrar, sumariamente, o encaminhamento do problema a nível nacional e o papel estratégico de Antônio Prado.

Este ascende a uma posição de relevo no Partido Conservador durante as complexas manobras parlamentares que permitiram a aprovação, em 1885, da Lei dos Sexagenários, que libertava os escravos que atingissem os 60 anos; sua postura, neste momento, foi no sentido de uma interpretação restritiva do dispositivo legal, o que o tornou alvo de ataques da imprensa abolicionista. Porém, como Ministro de Agricultura do gabinete chefiado pelo barão de Cotegipe (gabinete de 20 de Agosto de 1885), Prado, além de inaugurar uma política de estímulo à imigração a nível nacional, começa a dissociar-se da postura imobilista e a aproximar-se das posições abolicionistas. Deixando o Ministério, passa a defender no Senado, de forma cada vez mais inequívoca, a necessidade de extinguir-se definitivamente a escravidão. Em um contexto onde em São Paulo a agitação abolicionista, crescia, amparada pela maior campanha de opinião pública que o país já vira e pelas fugas em massa das senzalas, a Abolição começa a ser vista como simples legalização de uma situação de fato que ia se configurando. Assim, a substituição de Cotegipe pelo senador João Alfredo, aliado de Antônio Prado e a passagem final da Lei Aurea surgem quase como um anti-climax.

De nosso ponto de vista o que importa realçar é o distanciamento que se estabelece entre os distintos setores da lavoura cafeeira, até então aliados na defesa do "statu quo" escravista. No diálogo entre Antônio Prado e Cotegipe, defensor da postergação indefinida da Abolição em nome da velha cafeicultura fluminense, o contraste se manifesta com toda a clareza. Cotegipe pede "paciência com os retardatários", em óbvia referência às dificuldades enfrentadas pelo setor antigo; Antônio Prado reco-

menda para este, cujos problemas reconhece, facilidades especiais de crédito e isenções fiscais.³⁶

Finalmente resolvida a questão da Abolição, as reivindicações descentralizadoras ocupam o centro do palco. Em São Paulo, a defesa da autonomia provincial já começa a adquirir tonalidade nitidamente separatistas; em Julho de 1887, no congresso do PRP, o separatismo então amplamente discutido em livros e artigos da imprensa, ocupou posição central nos debates. Alberto Sales, autor do opúsculo significativamente intitulado "A Pátria Paulista", solicitou uma tomada de posição a favor do separatismo; com seu estilo contemporizador habitual, o novo partido evitou tomar uma posição inequívoca; não endossou o separatismo, temendo a reação negativa dos republicanos da Côrte e das demais províncias, mas não vetou a adesão dos republicanos ao movimento, em caráter individual. Em última análise, eram pouco nítidas as linhas demarcatórias entre o federalismo exacerbado e o separatismo, visto por vezes como um meio, um passo em direção a uma hipotética federação a ser construída no modelo americano ou suíço.³⁷

O separatismo é visto por Decio Saes como um baluarte da resistencia escravista:

*"para as forças sociais escravistas que defendiam a separação da província de São Paulo, essa medida aparecia como o melhor modo de defender a escravidão contra o movimento abolicionista nacional. Essa era a natureza escravista do separatismo republicano de políticos paulistas como Martim Francisco e Alberto Sales no Final da década de 1880"*³⁸

Tal assertiva é inteiramente equivocada; Martim Francisco, autor de "Propaganda separatista - São Paulo independente" assim colocava o problema em 1887:

"o maior erro de nossos lavradores está na unificção forçada de seus interesses aos da lavoura fluminense ... São Paulo prospera; economicamente falando é a primeira província do Brasil ... A corrente imigratória demanda as nossas terras e em breve se estabelecerá em nossos sertões. No Rio a imigração é quase impossível e mesmo da colonização nacional o lavrador tem medo. Lá o escravo há de acabar pela morte ou pela revolta. Aqui há de acabar pela liberdade ... aqui o problema tem solução boa, prática e progressista. Acontece o mesmo na província do Rio de Janeiro? Não; mas é de lá que vem a lei e é para lá que o fazendeiro olha".³⁹

Como se vê, os liames centralizadores são vistos como ôbices a uma rápida solução à libertação dos escravos, evidenciando uma vez mais a dissociação entre os interesses da região em ascensão e a lavoura fluminense em decadência.

O dado fundamental é a crescente convergência de todos os setores políticos de São Paulo — conservadores, liberais ou republicanos, no sentido da defesa de alguma forma de autonomia federativa. Dada a identificação tradicional do partido Conservador com a centralização imperial, foi especialmente importante a evolução do partido Conservador de São Paulo, sob a chefia de Antônio Prado: este prefere afastar-se do Ministério

da Agricultura que ocupava no gabinete João Alfredo, apesar de peso político de que aparentemente desfrutava, e passa a defender cada vez mais abertamente as reivindicações federativas. Os liberais, por seu turno, pressionam para que seu partido proclame um programa de ampla autonomia provincial e alguns apoiam Ruy Barbosa, que começa em 1889 uma enérgica campanha de imprensa pela Federação como única saída para os liberais e para a monarquia.⁴⁰

Com a subida dos liberais ao poder, em Junho de 1889, o novo chefe de gabinete, o visconde de Ouro Preto busca esvaziar a maré crescente das reivindicações federalistas com um programa que atende parcialmente às exigências de autonomia provincial; Ruy Barbosa, convidado a fazer parte do ministério, recusa-se e segue sua campanha pela Federação.

Vemos assim como a questão da Federação ocupa o centro do palco político; isto obviamente beneficia os republicanos, mas estes tem dificuldades em atuar coordenadamente, com o surgimento de uma divisão entre os "moderados" de São Paulo e seu aliado entre os republicanos da Capital, o veterano jornalista Quintino Bocaiúva e os "radicais" chefiados por Silva Jardim. Ao mesmo tempo, tornando ainda mais complexo o panorama das clivagens ideológicas, os frustrados defensores do Abolicionismo como primeiro passo de um amplo programa de reformas sociais, como Joaquim Nabuco e André Rebouças vão cerrar fileiras em torno da monarquia.

Neste complicado contexto, marcado pela incerteza, pela preocupação com a saúde do Imperador e por um difuso, mas certo ceticismo sobre um eventual 3º Reinado, o audaz e bem

concebido programa de reformas de Ouro Preto naufraga na célebre "Questão Militar", amplamente tratada pela historiografia e na qual não nos deteremos. Para surpresa dos próprios conspiradores, a fagulha provocada pela aproximação, aliás lenta e paulatina entre os republicanos e os militares descontentes faria voar o edifício das instituições imperiais.

A convergência em torno da autonomia de São Paulo permitiu uma instantânea reaglutinação das forças políticas em torno da imediata realização do projeto federativo, entendido como manifestação de autonomia e soberania dos Estados. Um observador estrangeiro, o jornalista francês Max Leclerc comentou que *"a 16 de Novembro os republicanos haviam proclamado em São Paulo a sua república"*.⁴¹ Mas não se tratava apenas dos republicanos; a 18 de Novembro, Antônio Prado pelos conservadores e Augusto de Souza Queiroz pelos liberais proclamaram solenemente seu apoio ao novo regime e à Junta Provisória de governo, formada por Prudente de Moraes, Rangel Pestana e pelo coronel Mursa. Mais do que isto, vários ex-conservadores e ex-liberais aderam ao PRP imediatamente e participam da chapa eleita para a Assembléia Constituinte convocada pelo Governo Provisório.⁴² Embora alguns setores tenham-se conservado fiéis ao regime deposto,⁴³ o PRP absorveu com notável rapidez o conjunto das forças políticas da antiga província; a importância deste momento não tem sido adequadamente enfatizada e só pode ser claramente percebida no marco global de transformações que procuramos aqui apresentar. Na realidade, o PRP da propaganda se transmutou no próprio instante estratégico da mudança de regime, surgindo "prematuramente" o novo tipo de partido apropriado para a era federativa que se abria, o partido único estadual, capaz de agregar o conjunto das classes dominantes.

Visto deste ângulo, a ascendência do PRP não é uma consequência automática de sua identificação com o "Oeste paulista" emergente, mas o resultado de uma complexa armação de mediações políticas, que dariam ao novo partido o papel de ponto convergente das reivindicações autonomistas.⁴⁴ Nada mais significativo do que o texto do primeiro decreto da Junta Provisória, que declara o seguinte: "*O Estado de São Paulo adere à República Federativa Brasileira*". A Proclamação da República, foi, do ângulo paulista, um momento de criação de um novo ente político; o novo Estado federado não é a simples continuação da província imperial. As implicações desta concepção para a nova etapa de construção e consolidação da forma republicana federativa seriam amplíssimas; seus desdobramentos marcariam a própria natureza do regime, como veremos.

NOTAS — CAPÍTULO I

- (1) Buarque de Holanda (1956-257).
- (2) Idem, p. 254.
- (3) Ver Gorender (1972-235).
- (4) Ver a respeito Fernando H. Cardoso (1960), Emilia Viotti da Costa (1966) e Florestan Fernandes (1975).
- (5) Cf. J. M. Cardoso de Mello (1982:58-88).
- (6) Ver Luis Felipe de Alencastro (1983) e Ilmar Matos (1984).
- (7) Para Nabuco, a tarefa maior do movimento abolicionista seria *"a de apagar todos os efeitos de um regime que, há três séculos é uma escola de desmoralização e inércia, de servilismo e irresponsabilidade"* (Nabuco; 1977:58). Como coloca Marco Aurélio Nogueira, *"da análise da escravidão como fato global, Nabuco derivou a tese do abolicionismo como reforma global"* (Nogueira 1984:111).
- (8) Ver a respeito Jacob Gorender (1972) e Décio Saes (1985).
- (9) Sobre as dificuldades ao aproveitamento da mão-de-obra nacional ver Paula Beiguelman (1978:99-115) e J. M. Cardoso de Mello (1982:77-79).
- (10) Na concepção destes, a abolição seria o passo inicial de um amplo programa de reformulação da sociedade brasileira, buscando implantar a "democracia rural" através de uma legislação agrária favorável à pequena e média propriedade. Sobre este ponto, por vezes olvidado, ver Nogueira (1984:111-117) e Richard Graham (1970). É quase desnecessário relembrar que o imigrantismo pretendia apenas

· conciliar o regime da grande propriedade com a transição ao trabalho assalariado.

- (11) Cf. Nazaré Prado (1929:33). Sobre este tema, ver a minuciosa reconstrução histórica de Paula Beiguelman (1976).
- (12) Cf. Florestan Fernandes (1960:246-247).
- (13) Ver a respeito Flávio Saes (1979) e Zelia Cardoso de Mello (1985).
- (14) Cf. Maria Teresa Petrone (1962:245).
- (15) Cf. Flavio Saes (1979:48).
- (16) Cf. Zelia Cardoso de Mello (1985:146)
- (17) Ver Flávio Saes (1979:51). Para esta diferenciação foi também de grande importância o efeito das emissões provocada pela Guerra do Paraguai. O estudo de Rui Granziera demonstrou como o efeito da expansão monetária foi o de facilitar *"a dominação do capital cafeeiro produtivo"*. (Cf. Granziera, 1979:115).
- (18) Ver a respeito Mattoon (1977)
- (19) Cf. Odilon Nogueira de Mattos (1974:179).
- (20) Ver a respeito Simões de Paula (1954), Monbeig (1951) e Morse (1970).
- (21) A transformação do "senhor agrário" em "fazendeiro-homem de negócios" é o tema de uma arguta análise de Florestan Fernandes (1975:110-116), desenvolvida no contexto de uma ampla reflexão sobre a natureza da revolução burguesa no Brasil.
- (22) Apud Flávio Saes (1979:107). O artigo é de 10/02/1870.

- (23) Cf. Zélia Cardoso de Mello (1985:127).
- (24) Cf. J. M. Cardoso de Mello (1982:83).
- (25) Cf. Holloway (1984:68). Deve notar-se que embora a vinda de imigrantes para a lavoura cafeeira estivesse sendo tentada desde as iniciativas do senador Vergueiro na década de 1840, só neste momento foi possível organizar a grande corrente desejada. Contribuíram para isto o subsídio governamental para as passagens marítimas, as péssimas condições de vida na Itália de então e a melhoria dos preços do café em 1885. O assunto é amplamente discutido em Paula Beiguelman (1978).
- (26) O próprio imperador demonstrou sua preocupação com as potencialidades desta divergência, segundo o testemunho de um visitante austríaco, o barão de Hübner. Ver a respeito Roberto Mendes Gonçalves (1970:89).
- (27) Sobre a cafeicultura do Vale do Paraíba, ver o clássico trabalho de Stein (1957)
- (28) Ver Milliet (1939).
- (29) Ver Araújo (1979).
- (30) Cf. Brasiliense (1979:75-78).
- (31) Idem, pp. 121-136.
- (32) Cf. Love (1982:152).
- (33) Ver a respeito Boehrer (1954:114-118) e Love (1982:153-154).
- (34) Em sessão de 2 de Setembro de 1886, Antônio Prado diria no Parlamento imperial durante uma discussão sobre imi-

gração: "Uma das razões, senão a razão principal da propriedade de minha província é que o paulista não política em se tratando de melhoramentos materiais. Há ali estradas de ferro, empresas de navegação e outras organizadas por iniciativa de conservadores, liberais e republicanos, os quais sabem esquecer dissentimentos quando o seu concurso é exigido para o bem da província". Cf. Nazaré Prado (1929:124-125).

- (35) Apud Viotti da Costa (1977:205).
- (36) Ver a respeito os discursos de Antônio Prado e Cotegeipe, pronunciados em Setembro e Outubro de 1887 e transcritos em Nazaré Prado (1929:220-252).
- (37) Campos Salles, irmão de Alberto Salles defendeu esta postura; ver a respeito Alberto Salles (1983) e Tácito de Almeida (1933).
- (38) Cf. Décio Saes (1985:259).
- (39) Cf. Andrada e Silva (1887:18-19). É provável que o equívoco de Décio Saes se deva à confusão entre o deputado liberal Martim Francisco (1827-1886), que em 1879 apartou com acrimônia um discurso abolicionista e seu filho e homônimo (1853-1927), também deputado e conhecido como Martim Francisco Filho. Foi este um dos mais ativos propagandistas das teses separatistas; sobre sua atuação, ver o trabalho já citado de Tácito de Almeida.
- (40) Sobre a intrincada trama político-partidária no ano de 1889, ver a interessantíssima síntese de Frank Colson (1981).
- (41) Cf. Leclerc (1942:72). E prossegue: "A imprensa paulista discute com o maior sangue frio as vantagens que o Estado de São Paulo tirará de um regime federativo ... antes a separação do que uma República centralizada, afirmavam

em São Paulo pessoas muito influentes". O testemunho de Leclerc é de interesse, já que estava em São Paulo em Janeiro de 1890.

- (42) Entre os deputados de São Paulo na Constituinte estavam os ex-conservadores Antônio Prado, Rodrigues Alves, Rubião Junior e Almeida Nogueira e o ex-liberal Paulino Carlos de Arruda Botelho. Assis Cintra (1953:77-79) descreve as confabulações prévias ao acolhimento dos "adesistas".
- (43) Sobre o movimento monárquico em São Paulo, ver Maria de Lourdes Janotti (1986).
- (44) Segundo um relato da época, Antônio Prado aconselhou os republicanos, no próprio dia 15 de Novembro a organizarem imediatamente o governo do Estado, pois "*se permitirem que o centro intervenha na organização dos Estados, nunca teremos República Federativa*". Ver a respeito Dornas Filho (1941:161-163).

CAPITULO II

FEDERAÇÃO E ESTADO

São amplamente conhecidas as vicissitudes do atribulado período de consolidação do novo regime republicano. Conflitos opondo civis a militares, militares a militares, republicanos "históricos" a adesistas, facção oligárquica a facção oligárquica, saudosistas da monarquia a jacobinos, deram um colorido de excepcional turbulência à primeira década da vida republicana. Dentro deste quadro, a ação dos representantes de São Paulo foi estratégica para definir a própria configuração do novo ordenamento institucional.

Escapa aos limites do presente trabalho a reconstrução histórica pormenorizada¹ do período; o que vai nos interessar aqui será o papel dos paulistas neste processo de construção institucional. Examinaremos sua atuação no Governo Provisório e na Assembléia Constituinte de 1890-1891 e buscaremos avaliar a tão célebre "política dos governadores", implantada no período presidencial de Campos Salles (1898-1902).

A atuação dos paulistas desdobrou-se em duas dimensões interligadas: por um lado, garantir sua autonomia organizando o novo Estado, e por outro colaborar na reordenação do país, buscando apressar a constitucionalização definitiva de uma República Federativa. O endosso do Governo Provisório ao nome de Prudente de Moraes para governador², foi uma confirmação do peso político do PRP, talvez a única força realmente coesa, organizada e capaz de assumir as alavancas governamentais em todo o país.

No Governo Provisório, presidido pelo marechal Deodoro da Fonseca o primeiro representante de São Paulo foi Campos Salles, como ministro da Justiça, pouco mais tarde acompanhado por Francisco Glicério na pasta da Agricultura³. Apesar das incertezas do momento e da composição heterogênea do ministério, que combinava republicanos históricos (como os paulistas e Quintino Bocaiuva) com convertidos de undécima hora como Ruy Barbosa e o próprio Deodoro, rapidamente foram tomadas medidas fundamentais para a reorganização institucional. São convocadas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, que deveria reunir-se a 15 de Novembro de 1890 e foi indicada uma comissão de juristas que deveria elaborar o anteprojeto da nova Carta Magna⁴. Simultaneamente, legislou-se por decreto a extensão do sufrágio a todos os cidadãos masculinos alfabetizados, maiores de 21 anos, satisfazendo-se assim, formalmente, a plataforma republicana que pregava a extensão da cidadania.

Com apoio ou participação direta de Campos Salles foram resolvidos rapidamente alguns pontos de especial interesse aos imigrantistas, decretando-se a chamada grande naturalização, que facilitava a aquisição da cidadania brasileira aos estrangei

ros; efetuou-se a separação entre Igreja e Estado e regulamentou-se o casamento civil. Estas duas últimas medidas estavam em discussão desde o início dos anos de 1880, pois eram consideradas necessárias para que o país atraísse imigrantes não-católicos, além de obviamente coincidirem com o ideário laico dos republicanos.

Um ponto mais controverso foi o da reorganização do Poder Judiciário, de forma a abrir caminho à criação da magistraturas estaduais; para Campos Salles, empenhado em exorcizar o fantasma do unitarismo, este era um ponto fundamental para estabelecer a Federação. Apesar da enfática oposição dos magistrados vindos do Império, prevaleceu o ponto de vista do ministro; a questão seria novamente discutida na própria Constituinte, como veremos.

Outro ponto de discórdia foi o decreto de reforma financeira de Ruy Barbosa que definia a Bahia, o Rio de Janeiro e Porto Alegre como sedes de bancos de emissão; frente aos protestos de Campos Salles, modificou-se o decreto original e São Paulo também foi sede de um banco de emissão.⁵

Mais discretamente, Francisco Glicério preocupou-se com os estímulos à imigração e a reorganização de Inspetoria de Terras e Colonização; segundo uma estimativa, o ano de 1891 foi o de maior entrada de imigrantes em toda a história do Brasil e obviamente São Paulo foi o Estado mais beneficiado.⁶

Apesar destes êxitos, abreviar ao máximo o *intermezzo* ditatorial e estabelecer a República Federativa em moldes constitucionais continuavam sendo os objetivos centrais dos paulistas; temerosos dos setores militares inclinados ao prolongamento do

"governo forte", buscaram o apoio de outros ministros e chegaram a discutir a hipótese de outorgar a nova Constituição. A desconfiança com que o novo regime fora recebido na Europa pesa nas deliberações.

"Ruy Barbosa pressiona, mostrando que o problema do reconhecimento do regime — e naturalmente dos créditos — depende da existência de um governo constitucional; Campos Sales, Ruy Barbosa e Quintino Bocaiúva (abril de 1890) falam que o poder federal deve outorgar a Constituição".⁷

Embora esta linha não fosse seguida, houve pressa em rever o ante projeto preparado pela "Comissão de Cinco" de forma a apresentá-lo logo como projeto do próprio Governo Provisório; nesta revisão, que introduziu várias modificações ao texto primitivo participou todo o Governo Provisório e interveio especialmente Ruy Barbosa. Publicado como decreto 510 (22 de Junho de 1890), o projeto de Constituição na realidade já definia traços básicos da ordenação institucional, pois convocava o "Congresso Constituinte" já de acordo com certas especificações, como o número de senadores e deputados. Como colocou um jurista, "o Governo não considerava a sua obra um projeto, mas a própria Constituição".⁸

Desenhava-se uma situação híbrida, onde não ficava perfeitamente claro o papel do "Congresso Constituinte": simples homólogo ou assembléia plenamente soberana? Tal ambiguidade, alias recorrente na história do país refletia a difícil busca de uma conciliação entre dois objetivos diversos, a busca da legiti

midade proporcionada por algum tipo de eleição e a pressa em institucionalizar o novo regime. Para que nada ficasse ao acaso, a organização do processo eleitoral foi feita através do célebre "Regulamento Alvim", elaborado pelo ministro do Interior, Cesário Alvim e tido como um forte retrocesso, pois deixava ao arbítrio das Câmaras Municipais o alistamento de eleitores e a apuração dos votos.⁹ Nas discussões do Governo Provisório apontou-se, com franqueza digna de nota a necessidade de que "*o partido republicano e o governo intervenham diretamente nas eleições*" e aconselhou-se "*lembrar aos governadores dos Estados a dissolução das câmaras municipais e nomeação de intendentes*".¹⁰ Esfumavam-se, assim, as esperanças dos que buscavam na República em organização um avanço na extensão real da cidadania.

Eram limitadas, porém, as possibilidades de um controle completo por parte do Governo Provisório, progressivamente minado por conflitos entre o Marechal Deodoro e seus ministros e também entre estes; a natureza e os limites do papel dos militares na nova ordem, a política financeira de Ruy Barbosa e as múltiplas disputas pelo controle dos governos estaduais eram as principais fontes de dissenso. Subjacente aos conflitos específicos, estava a indefinição sobre a própria conceituação de República. Como colocou Regis de Castro Andrade:

"A república fez-se de golpe, antes que se desenhasssem, através de longos e generalizados conflitos políticos, os perfis das forças em oposição ou aliança. Pois quem fez a República? Todos, ou quase todos, e ninguém em particular".¹¹

Notável por sua heterogeneidade, a Constituinte, onde se assentavam, ao lado de quarenta militares, os republicanos históricos de São Paulo e do Rio Grande do Sul e ex-conservadores e ex-liberais de todos os pontos do país foi "*acusada de ter sido composta de designados e subservientes, mas acusada também de estar cheia de positivistas, de irrequietos e revolucionários*".¹² Descontados os exageros *de rigueur* da retórica jornalística da época, tudo indica que o consenso básico existente em torno de pontos básicos como a adoção do federalismo, o presidencialismo, a separação de poderes aplainaram o caminho para a aceitação do delineamento geral do projeto.¹³

Isto não impediu alguns movimentados confrontos, quase todos em torno da sistemática da organização federativa, já que "*todos queriam a Federação mas divergiam nos limites à autonomia dos Estados*".¹⁴ Um deputado paraense, Nina Ribeiro apontou a convergência básica em torno da Federação como consequência de um duplo movimento: o dos Estados do Sul, que dispunham de recursos para a vida autônoma e o desejo dos Estados do Norte em buscarem pelo novo regime a recuperação do atraso em que viviam, por ele atribuído ao abandono a que o Império os havia condenado.¹⁵

Foi notavelmente discreta a ação da bancada paulista; uma vez eleito um de seus representantes, o senador Prudente de Moraes para a presidência da Assembléia,¹⁶ sua atuação foi dirigida no sentido de abreviar o mais possível a duração dos trabalhos, como admitiu seu líder, o veterano republicano Bernardino de Campos, ao justificar o retraimento de seu grupo.

"Achamo-nos no dia seguinte ao de uma revolução, achamo-nos em frente de um poder revolucionário, achamo-nos em frente da ilegalidade: qual o meio de sairmos desta situação anômala e irregular? Por ventura há outro meio qualquer que não seja a adoção da lei das leis?".¹⁷

Sair do "anômalo" de forma a instituir com a maior brevidade a ordenação dos Estados era a mal-disfarçada intenção da bancada paulista, ansiosa por recursos institucionais e financeiros para a realização dos seus projetos de autonomia.¹⁸

Frente às questões mais vivamente discutidas na Constituinte, a tendência habitual dos paulistas foi a de apoiar, sem muito alarde, os federalistas moderados, que procuraram conter as emendas apresentadas pelos "ultra-federalistas", nucleados pelos republicanos gaúchos liderados por Julio de Castilhos e que tinham como expoente doutrinário o jurista pernambucano João Barbalho.¹⁹ No principal confronto, que por mais tempo ocupou os trabalhos da Assembléia, a bancada paulista apoiou a proposta de discriminação de rendas do projeto governamental, defendido com eloquência e vigor por Ruy Barbosa.

Pelo projeto original, determinavam-se as competências respectivas da União e dos Estados, atribuindo-se àquela o imposto sobre a importação e alguns outros, enquanto aos Estados reservavam-se os impostos sobre a exportação, sobre a propriedade territorial e sobre a transmissão da propriedade. Além disto, seria lícito tanto à União como aos Estados criar novos impostos, desde que não fossem desrespeitados os dispositivos constitucionais estabelecidos; a emenda Castilhos aceitava a discrimina-

minação prevista em favor da União, mas desejava reservar exclusivamente aos Estados todo e qualquer outro imposto e proibir a criação de novos impostos pela União. Como compensação, a União poderia em casos excepcionais, como calamidade pública ou impossibilidade de pagamento do serviço da dívida, lançar taxas sobre a renda dos Estados.

Defendendo o projeto oficial, Ruy Barbosa criticou o *"apetite desordenado e doentio de federalismo, cuja expansão sem corretivo seria a perversão e a ruína"*. Os meses de experiência no Ministério da Fazenda tinham feito do jornalista paladino da Federação um prudente defensor das finanças da União, temeroso de que os constituintes olvidassem que *"a Federação pressupõe a União e deve destinar-se a robustecê-la"*. Caso não fosse aprovado o esquema de discriminação de rendas por êle defendido, teríamos *"a ruína da União", "a proclamação da anarquia, a bancarrota inevitável"*.²⁰

E, pondo o dedo na ferida, indaga dos defensores da emenda Castilhos:

"Que praça do mundo emprestará mais um real ao governo de um país confessadamente destituído de fontes de renda para honrar suas dívidas e entregue a esse respeito à discricção de autoridades locais? ... destarte os Estados seriam os fiadores da União, os arbitros de seu crédito...".²¹

Na mais movimentada e tensa das votações havidas na Constituinte, a emenda Castilhos foi derrotada por 123 a 103 votos, tendo sido decisivo o apoio da bancada paulista²² para a

vitória da posição dita "unionista". Teríamos aqui, um paradoxo aparente, dada a ênfase descentralizadora e autonomista que marcava a postura de São Paulo.

Esta tomada de posição, aliada à tendência já mencionada de favorecer os "moderados" indica com clareza como já pesava na estratégia paulista a preocupação com os abalos que a mudança de regime provocara na sólida imagem de estabilidade política e financeira projetada pelo Império. Não se ignorava o ceticismo com que as chancelarias e as casas financeiras européias encaravam a capacidade do novo regime em manter a própria unidade nacional. Mesmo a ênfase dada ao separatismo nos debates paulistas de 1887 fora observada pela imprensa internacional e tomada como um sinal de alarme.²³ Neste contexto, os arroubos federalistas passam a ser temperados pela necessidade de medir e avaliar com cautela as consequências internacionais de um real ou suposto enfraquecimento da Federação em vias de institucionalização. Assim, já em princípios de 1890 Campos Salles escreveria:

"Nossos credores, aliás não exigem de nós senão uma administração honesta e econômica, ao lado de uma política tão previdente que não possa produzir o desmembramento, ou antes que possa garantir a nossa integridade territorial".²⁴

Por outro lado, os paulistas tomaram a postura de intransigentes federalistas com relação a outro tema intensamente debatido na Assembléia Constituinte, o da organização do Poder Judiciário; Campos Salles, defendendo a dualidade de magistraturas, frente ao substitutivo do jurista José Hygino, que preconizava a magistratura unitária defendeu a tese da dupla sobera

nia. A polêmica, aparentemente doutrinária, tinha seu significado político imediato e deu ensejo a que Campos Salles desenvolvesse a linha de argumentação com que, anos mais tarde, buscaria explicar e legitimar a "política dos governadores". Segundo êle:

"Nesta forma de governo que planejamos para o nosso país aparecem dois Governos, ambos soberanos, funcionando paralelamente, um ao lado do outro: o governo do Estado ao lado do governo da União, aquele soberano como este".²⁵

Portanto, insistia o ministro do Governo Provisório, as três esferas de Poder Público deveriam estar presentes tanto a nível federal como estadual, cada um com seu Executivo, seu legislativo e seu Judiciário. Embora a tese da dupla soberania jamais deixasse de ser controversa, impôs-se a dualidade de magistraturas.

O resultado final dos trabalhos da Constituinte foi um documento liberal-democrático na forma, prevendo a eleição direta do Presidente da República, a separação dos poderes e garantindo as liberdades básicas dos cidadãos. Apesar da derrota dos ultra-federalistas na questão da discriminação de rendas, a margem de autonomia dos Estados era extraordinariamente ampla. Deviam reger-se pela Constituição e leis que adotassem (art. 63) e lhes era facultado "em geral todo e qualquer poder, ou direito que lhes não for negado por cláusula expressa ou implicitamente contida na Constituição". (art. 65, §2).

Do ponto de vista dos paulistas, a forte base fiscal proporcionada pelo imposto de exportação, acoplada à ausência

de restrições à obtenção de empréstimos externos augurava a possibilidade de realizar seus planos administrativos. Em última análise, o sistema da Constituição de 1891 abria aos Estados que tivessem condições políticas e financeiras de fazê-lo a possibilidade de atuar em qualquer área de seu interesse, respeitados os poderes expressos da União.

Liberal na forma e oligárquico no conteúdo, como tantas vezes já se disse, o sistema da Constituição de 1891 passaria por várias provas de fogo até atingir um módico de estabilidade institucional; pronto o esqueleto formal, seu recheio dependeria da correlação política. Como colocou Fernando Henrique Cardoso:

*"Assim, no plano efetivo da Constituição não escrita, desde o governo provisório, a questão fundamental que se colocava era a de saber quem substituiria, de fato, como força organizada, o Poder Moderador, ou seja, como se definiriam as regras do novo establishment"*²⁶

Foram quatro os grandes focos de conflito e instabilidade que marcaram a árdua marcha para a estabilização; o relacionamento Executivo-Legislativo, o padrão real (em oposição ao jurídico-formal) de relacionamento Centro-Estados, a luta "hobbesiana" entre as facções oligárquicas pelo controle dos Estados e a definição do papel dos militares no regime em construção. Embora passíveis de delimitação para fins analíticos, no torvelinho das conjunturas específicas, estes diversos níveis surgem por vezes como um novelo inextricável.²⁷ Procuraremos aqui demarcar os limites e possibilidades da atuação dos principais setores envol

vidos, com especial atenção à estratégia dos paulistas.

O primeiro momento, o do curto período que se inicia com a eleição do marechal Deodoro da Fonseca como Presidente pelo Congresso Constituinte (conforme determinavam as disposições transitórias) é marcado por uma tentativa frustrada de restabelecer o molde centralizador imperial. Rompido desde Janeiro com seus ministros, que deixaram o Governo Provisório, melindrado com o Congresso que o elegera por escassa margem (129, frente a 97 dados a Prudente de Moraes), Deodoro organizou novo ministério onde preponderavam velhos políticos monárquicos. O ministro da Justiça (e mais tarde também da Fazenda), o barão de Lucena, antigo líder conservador de Pernambuco passou a fazer as vezes do verdadeiro chefe de gabinete. Aproveitando-se de uma certa imprecisão de linguagem das disposições transitórias da Constituição, que abria margem à atuação do governo central nos Estados enquanto estes não promulgassem suas respectivas Constituições, Lucena buscou impor governadores a êle ligados.

Em São Paulo, o deodorismo tentou sua cartada mais ousada, indicando para o governo do estado o veterano líder político Américo Brasiliense, um dos fundadores do PRP mas então afastado e em dissidência. A indicação foi vista como represália à candidatura presidencial de Prudente de Moraes e teve como óbvia consequência a passagem do PRP e de sua representação parlamentar federal à oposição. De forma análoga, em Lucena impôs em Minas a facção de Cesário Alvim, desgostando a maior parte da bancada federal deste Estado. A tentativa centralizadora teve como consequência a transformação do Congresso em verdadeiro campo de batalha. Como observou Maria do Carmo Campello de Souza, "caso

único na história da Primeira República Deodoro começou seu governo constitucional em minoria parlamentar".²⁸

Mais além da luta de facções e das características pessoais do marechal (muitas vezes enfatizadas pela historiografia) estava um problema de fundo; como por em funcionamento as novas instituições? Não mais existia o Poder Moderador, e a estratégia Deodoro-Lucena buscava, de certa forma, recriá-lo; à falta do recurso parlamentar da dissolução, apela-se para um sucedâneo, o fechamento por decreto do Congresso, a 3 de Novembro de 1891, efetivado pela força e prometendo para o futuro novas eleições e uma revisão da Constituição. A direção de tal revisão seria no sentido do "*fortalecimento do Poder executivo da União e por uma comedida autonomia dos Estados, sem os exageros de soberania que trariam fatalmente a dissolução nacional*", segundo o próprio Deodoro;²⁹ outros pontos seriam a unidade de magistratura e a igualdade de representação dos Estados na Câmara (o que naturalmente anularia o peso dos grandes Estados).³⁰

Com tais mudanças em pauta, não admira que Campos Salles tivesse declarado ao próprio Lucena, numa das muitas tentativas frustradas de pacificar a situação antes do golpe de 3 de Novembro, que os paulistas iriam "*até a separação, se houvesse no governo quem tentasse fundar uma República unitária*".³¹ Imprensado, como já vimos, entre dois temores, o da péssima repercussão internacional das ameaças à unidade nacional e o do regresso a uma situação semelhante à centralização monárquica, o senador paulista desta vez preferiu (ou blefou, dizendo assim preferir) arrostar o primeiro.

Mas para ressuscitar o Moderador com os galões substituindo a púrpura imperial o irrecusável pré-requisito seria a unidade das Forças Armadas e estas estavam irremediavelmente divididas; um expressivo número de deputados militares votara em Prudente, depois de tentar uma articulação militar alternativa em torno do marechal Floriano Peixoto, que terminou eleito vice-presidente com votação mais expressiva do que a de Deodoro (153 votos, frente a 57 atribuídos ao almirante Eduardo Wandenkolk).

Como vice-presidente, Floriano apoiou discretamente a articulação entre a oposição civil, a Marinha e setores do Exército; na reação ao golpe do 3 de Novembro, cresce o peso desta aliança, agora buscando abertamente o contra-golpe. Frente à rebelião, Deodoro prefere renunciar, a 23 de Novembro. Com Floriano abrir-se-ia uma nova etapa e uma distinta articulação de forças: o 23 de Novembro será o simétrico do 3 de Novembro; reabre-se o Congresso e inicia-se a "derrubada" dos governadores deodóristas. Dentro de confusão geral do período e ressalvadas as peculiaridades das situações regionais específicas, vai-se definindo uma tendência: a aliança Executivo-Legislativo, sacramentada em torno da consolidação nos Estados das facções deslocadas pelo centralismo lucenista. Apesar da extraordinária fluidez e instabilidade da situação, já que as facções oligárquicas compunham-se e recompunham-se com desnorteante rapidez, o governo do Marechal Floriano encontrou seu eixo através de uma aliança sólida com o Partido Republicano Paulista. Este recupera o controle do seu Estado, e pôde dar início à tarefa de reorganização e institucionalização plena das estruturas administrativas, conforme será visto em detalhes mais adiante. Com Prudente de Moraes na

vice-presidência do senado, Bernardino de Campos na presidência da Câmara de Deputados (até ocupar a presidência de São Paulo, a partir de Agosto de 1892) e o antigo monarquista Rodrigues Alves no Ministério da Fazenda. O PRP será um dos dois grandes esteios da consolidação florianista.³²

O outro, evidentemente, era o Exército: após enfrentar algumas sublevações de oficiais ligados a Deodoro, Floriano, graças a uma engenhosa política de promoções e à indicação de grande número de oficiais para cargos civis, consolidou sua posição de líder militar. Frente à revolta da Armada, de 1893 e à revolução federalista do Rio Grande do Sul,³³ vistas como ameaças à sobrevivência do regime, Floriano ganhou ares de "consolidador da República" e congregou em torno de si os jovens oficiais positivistas, discípulos de Benjamin Constant. Figura contraditória que fez as delícias dos historiadores inclinados no psicologismo, o "Marechal de Ferro" frequentemente desrespeitou as formalidades legais,³⁴ provocando a ira de Ruy Barbosa, que partiu para um exílio voluntário, mas simultaneamente ganhou a imagem de salvador das instituições republicanas.

Analisando com argúcia o "florianismo", Fernando Henrique Cardoso comenta:

"...Floriano, ao mesmo tempo em que foi arbitrário e despótico, foi o contrário de tudo isto: iniciador de uma mística de pureza e republicanismo. Nesta medida encarnou também a Lei".³⁵

Para os paulistas, a situação não abria margem a dúvidas. Segundo um biógrafo de Bernardino de Campos, os fêrreos

laços da necessidade amarravam o PRP ao marechal e à sua versão de ordem:

"Era uma simples situação de fato. Sem o Marechal Floriano Peixoto, o PRP estaria morto. O Marechal do seu lado compreendia muito bem que sem o PRP, não haveria base política sobre a qual assentar o seu governo militar".³⁶

O próprio Bernardino de Campos, em carta a Rodrigues Alves assim resumiu, com rude realismo, a situação em 1892: *"não há militar capaz para substituir o Floriano e nenhum civil se poderia aguentar na sela, diante do Exército e Armada indisciplinados".³⁷*

Uma das primeiras preocupações dos paulistas foi a de equipar-se militarmente, reforçando e equipando a milícia estadual, de modo a constituí-la, na expressão de Campos Salles, em "casco poderoso" para qualquer eventualidade.³⁸ A mobilização desta milícia ante as ameaças de uma invasão vinda do Sul em decorrência da Revolução Federalista e o apoio financeiro dado ao governo federal cimentaram definitivamente a aliança.

Delinea-se assim, com mais clareza, o caráter híbrido e ambíguo do período florianista; por um lado, pareceria haver uma militarização da política, simbolizada pela forte presença de oficiais entre os governadores e membros de juntas governativas que ascendem ao poder nos Estados como resultado do contra golpe de 23 de Novembro; em 1893, segundo uma estimativa nada menos de 174 oficiais ocupavam cargos políticos e administrativos.³⁹ Em contraste, afirmava-se definitivamente o controle político,

administrativo, financeiro e militar do PRP no Estado de São Paulo, prefigurando a consolidação de seu projeto hegemônico civil.

Assim, o momento de mais ampla intervenção militar no quadro político conduziu à escolha de Prudente de Moraes para a sucessão presidencial; aceitando-a sem entusiasmo, mas também sem encorajar a resistência continuísta que alguns de seus correligionários desejariam, Floriano surpreendeu os que viam no seu governo o embrião de uma ditadura militar em consolidação.⁴⁰

As dificuldades desta aliança entre elementos díspares, vincada pela ambiguidade e pelas desconfianças mútuas chamam a atenção; a ascensão do primeiro presidente civil foi um dos momentos decisivos do processo de construção institucional que buscamos aqui analisar e convida a uma reflexão mais atenta e a um balanço das interpretações.

Como colocou Fernando Henrique Cardoso; havia na ideologia florianista "um contraditório respeito às instituições e à Lei". Sendo o quadro de instituições federativas o componente básico da lei maior, a Constituição de 1891, surgia um espaço de convergência entre os militares, mesmo os "jacobinos" e os homens de São Paulo, ansiosos pela solidificação de sua autonomia, entendida, como vimos insistindo, como quase-soberania.

Daí a pertinência da observação de Cardoso:

"Sem que se estenda a articulação real que houve (embora contraditória), entre o espírito oligárquico da burguesia agrária e o mandonismo ascético do jacobinismo florianista não se entende a passagem do militarismo a um con

trole civil que jamais foi realmente 'civilista'".⁴¹

Creio possível colocar as coisas de forma um tanto diversa: a "articulação real" mencionada por Cardoso se dá em torno de um princípio geral — a Ordem, entendida como rejeição às ameaças (reais ou imaginárias) de restauração monárquica e como consolidação das instituições de 1891. Isto se entrecruza com dois tipos de particularismos, o militarismo no sentido estrito e a manutenção das facções oligárquicas do 23 de Novembro. Se em São Paulo e Minas já vão se constituindo polos autônomos de poder (em Minas com muito mais lentidão), para os quais o princípio geral da Ordem já é suficiente, para os grupos estaduais encastelados de forma mais precária no poder, a manutenção da mística do florianismo parecerá fonte indispensável de legitimidade. Daí a importância do caso do Rio Grande do Sul, onde ainda persistem os combates armados no momento da sucessão presidencial e que será um dos focos principais de crise no atribuladíssimo quatriênio de Prudente de Moraes (1894-1898).

Durante este período, o "florianismo", apesar do falecimento do Marechal (junho de 1895) parecerá especialmente presente; de certa forma, Prudente passará todo o seu mandato em luta contra o fantasma de seu antecessor. Seria impossível reconstruir aqui as marchas e contramarchas deste período;⁴² buscaremos apresentar e analisar os traços gerais.

Tudo indica que a estratégia do novo presidente era pacificar os conflitos internos o mais rapidamente possível, inclusive por razões financeiras e diminuir a presença militar

na vida do país. Mudava a ordem das prioridades; os êxitos do florianismo permitiam considerar as instituições como mais consolidadas, a autonomia estadual já era um fato e podia-se passar a uma nova etapa. Sua primeira iniciativa de vulto foi a busca de um acordo de paz no Rio Grande do Sul: apesar de bem sucedida a atitude de Prudente foi vista como de excessiva tolerância com os rebeldes federalistas, gerando uma polarização que não mais se deteria. Mobilizam-se contra o governo, ao lado do núcleo castilhista do Rio Grande, todas as facções mais vinculadas ao florianismo.

Prudente de Moraes reage, atacando os jacobinos, nome dado um tanto indiferenciadamente a militares florianistas e a políticos civis.⁴³ Um dado especialmente inquietante para os políticos de formação oligárquica era a capacidade de mobilização do jacobinismo entre algumas faixas das classes médias e populares do Rio de Janeiro. Os "bestializados" do momento da Proclamação faziam-se presentes nos comícios e motins de rua, sempre em apoio aos cadetes da Escola Militar, símbolo do florianismo e investindo ou mesmo agredindo monarquistas e estrangeiros.⁴⁴

A orientação do Presidente o conduzia a uma rota de colisão com seu conterrâneo e velho companheiro da propaganda republicana, Francisco Glicério. Este organizara, em 1893 o PRF — Partido Republicano Federal, organização criada *ad hoc* para coordenar as bancadas estaduais na Câmara Federal e encaminhar a sucessão presidencial. Sendo Glicério o paulista mais próximo a Floriano Peixoto, encaminhara com habilidade o delicado momento da transição; como a linha de conduta do novo presidente marginalizava o núcleo dirigente do PRF, Glicério vai desempenhando com

dificuldades crescentes o papel de líder do Partido e tende a dissociar-se cada vez mais do Presidente. Este vai compondo sua própria teia de alianças e a desunião do PRF não passa de um segredo de Polichinelo; em 1897, o fracasso das expedições dirigidas contra Canudos desencadeia motins nas ruas da Capital, agravando extraordinariamente a situação. Prudente é diariamente atacado como cúmplice de uma restauração monárquica em marcha, na versão jacobina que via em Antonio Conselheiro o líder de uma Vendéia cabocla.

Uma tentativa de sublevação da Escola Militar, logo dominada, deu o ensejo para o rompimento público e aberto na Câmara entre os partidários de Prudente de Moraes e a direção do PRF, encabeçada por Francisco Glicério: A disputa termina com a implosão do PRF e a recomposição da Câmara, agora dividida entre uma maioria (aliás escassa) de prudentistas intitulados "republicanos" e uma ferrenha oposição liderada pelo próprio Glicério e que vai denominar-se "concentração Republicana".

Em última análise, havia ocorrido um confronto entre duas estratégias: Glicério buscara perpetuar e congelar o quadro de alianças estabelecido no período presidencial de Floriano Peixoto e fazer da direção partidária o fulcro da condução política. Prudente desejava ter as mãos livres para construir, a partir da Presidência, um sistema flexível de alianças que dispensasse o apelo ao florianismo. Ao que tudo indica, estava atento para a emergência, em vários estados, de novas composições e recomposições de facções, superando as polarizações iniciais de 1891.⁴⁵ Na crítica azeda de um adversário, para os prudentistas ao Presidente da República cabia o exercício das funções de che-

fe de partido, "aliando assim a qualidade de Papa à condição de Rei".⁴⁶

Vista de outro ângulo, a contenda nacional é também uma querela paulista; Glicério mantém o apoio de parte da bancada paulista no momento do confronto e o papel de árbitro decisivo caberá à direção do PRP e a Campos Salles, que ocupava a presidência do Estado. Solicitado insistentemente por Prudente a intervir, mobilizando os deputados de São Paulo em torno da autoridade presidencial, Campos Salles tenta baldadamente uma conciliação. Fracassada esta, dá seu apoio a Prudente e surge como candidato à sua sucessão. O atentado frustrado à vida de Prudente (5 de Novembro de 1897), quando morre o general Machado Bittencourt, ministro da Guerra terá como consequência o refluxo do jacobinismo e uma atmosfera de maior tranquilidade para o término do seu período apesar das agruras financeiras.⁴⁷

A síntese feita dos principais marcos da história política dos primeiros governos republicanos nos permitirá avaliar a natureza dos impasses institucionais que permaneciam de pé no momento da ascensão de Campos Salles à Presidência da República. Dos quatro pontos de tensão acima mencionados, três — o relacionamento Executivo-Legislativo, as regras da interação União-Estados e a luta de facções nos estados continuavam como interrogantes desafiadores. São um, a delimitação do papel dos militares poderia ser visto como mais definido, embora com margens de ambiguidade que justificariam plenamente a referência de José Murilo Carvalho sobre "o papel desestabilizador" potencial das Forças Armadas no sistema político.⁴⁸

Na realidade, a tríade de problemas apontados constituía um mesmo repto, desdobrado em distintos planos; ao romper o conjunto formado pela centralização imperial, pelo parlamentarismo (mesmo de fachada) e pela canalização da luta de facções locais pelo bi-partidarismo nacional (mesmo falseado e precário), a Ordem republicana tinha que criar os mecanismos e praxes que completassem a letra do texto de 1891 de modo a dar-lhe viabilidade e solidez.

Um observador da época, o jornalista e deputado Alcindo Guanabara assim resumiu o panorama dos primeiros anos da República:

"Adotados os lineamentos do regime federativo, dissolvida toda a antiga organização partidária... foram as províncias o teatro dos combates e o seu domínio o prêmio do vencedor. Ao invés de dois grandes partidos nacionais, regendo uniformemente todos os departamentos administrativos do país, apareceram em cada um agremiações diversas, compostas de elementos colhidos indiferentemente em seus remanescentes, pleiteando ardentemente a posse do poder que uma vez obtida, era defendida com ardor e intolerância que raiava pela ferocidade. A política federal ficou destarte sem unidade. O Governo central, era obrigado a reagir, a ameaçar ou a lisonjear as facções que dominavam nos Estados para obter dos seus representantes no poder legislativo os elementos necessários para se manter ... toda a atividade e toda a inteligência não eram empregadas senão no contínuo duelo travado entre os que estavam de posse dos governos dos Estados e os que deles se queriam apoderar.

O Governo central era coagido a tomar parte neste duelo...".⁴⁹

É notável que um ardente republicano, como era o caso do autor do texto, deixasse escapar uma certa nostalgia do período imperial; de certa forma, endossou o clássico temor monarquista da deterioração da situação internacional do país, ao concluir que tal situação "*ameaçava devorar, de uma assentada com o crédito e a honra do Brasil*".⁵⁰ Tudo isto é colocado, não há dúvida, com a intenção de glorificar mais adiante Campos Salles, como herói capaz de cortar o nó górdio da republicanização do Brasil e da consolidação do seu prestígio frente às metrópoles mundiais. Mesmo descontando o impulso ao panegírico, temos aí um quadro fiel da sensação de crise que afligia as elites, após quase um decênio de vida republicana.

Um ponto era certo; não se cogitava de tocar as bases do poder local, as práticas coronelísticas e o falseamento farsesco do sistema eleitoral; o que estava em pauta era o *modus faciendi* da regulamentação das lutas municipais e estaduais. Se os coronéis são a base do sistema, como tantas vezes se diz, o sistema não é uma simples emanção do poder local.⁵¹ Como insistiu Vitor Nunes Leal em seu estudo clássico, o célebre coronelismo é antes de tudo um compromisso entre os níveis de poder.⁵² Com o advento da República e a tão notória "estadualização" da vida política, surge o risco da exacerbação da luta local por poder ou por prestígio, por acesso às verbas ou por controle das sinecuras, conduzindo, no limite, ao aniquilamento físico do adversário.⁵³ A sangrenta experiência dos combates da Revolução Federalista no Sul proporcionava um exemplo eloquente. Projetada ao

cenário nacional, o resultado seria a furiosa divisão da Câmara no período do conflito entre Prudente e Glicério; para Campos Salles, a tarefa suprema era a de pôr cobro à nacionalização dos conflitos, matando vários coelhos com uma só cajadada. Consolidar a Federação, tornar factível o interrelacionamento entre os poderes, limitar os conflitos locais ao suportável. Evitar, em suma, que os inevitáveis conflitos do sertão ameaçassem a vida das capitais, os fluxos financeiros e comerciais, a pretensão do país de não ser republiqueta caudilhesca.

Daí o ovo de Colombo da política dos governadores; por que seguir Glicério e ver Julio de Castilhos e Pinheiro Machado como aliados indispensáveis e Luis Viana, governador da Bahia como inimigo? Ou, como Prudente fazer a política simetricamente inversa? Por que optar entre ser "concentrado", com os herdeiros do florianismo ou ser "republicano" com os adeptos de Prudente? Campos Salles recusara a opção e ungira o conjunto das situações estaduais, negando com vigor a própria concepção de partidos nacionais que fossem conglomerados de facções.

Já como candidato, procurou cuidadosamente distanciar-se do próprio agrupamento oficialista que o lançava, intitulando-se representante do "partido republicano histórico", ou seja, como candidato de uma tradição simbólica de caráter mais permanente e duradouro do que a luta do momento. Em seu livro de memórias, defender-se-á da acusação de ter destruído os partidos, alegando que estes não existiam em sua verdadeira acepção.

"Os agrupamentos políticos que encontrei, já o disse, eram frações do Partido republicano Federal, que não o era propriamente um parti

tido político, senão apenas uma grande agregação de elementos antagônicos... não me achei, portanto, entre partidos opostos, mas simplesmente entre facções rivais, que se haviam de sagregado".⁵⁴

Assim vistas as coisas, nem o Presidente da República como líder partidário, nem um partido nacional como eixo da política. O que conta, em uma Federação insistirão mil vezes Campos Salles e seus defensores são os Estados, vistos desta ótica, não o esqueçamos, como detentores de soberania.

Defendendo o que denominava "política dos Estados" em contraposição à qualificação, já na época algo pejorativa de política dos governadores diria ele:

"Procurei fortalecer-me com o apoio dos Estados ... a verdadeira força política, que no apertado unitarismo do Império residia no poder central, deslocou-se para os Estados a política dos Estados, isto é, a política que fortifica os vínculos de harmonia entre os Estados e a União é pois, na sua essência, a política nacional. É lá, na soma dessas unidades autônomas, que se encontra a verdadeira soberania da opinião. O que pensam os Estados pensa a União".⁵⁵

No altar do compromisso básico entre governadores e o Executivo Federal, garantidor das tranquilas maiorias no Congresso, eram sacrificados, obviamente, os opositores de cada Estado. Herdando os protestos destes, a historiografia tendeu, muitas vezes a apresentar o segundo presidente paulista como um

ogre anti-democrático e culpado maior da oligarquização do país. Não foi êle, porém, o inventor das oligarquias ou das eleições a bico de pena. Sua preocupação era a de criar o arranjo que impedisse a potencialidade disruptora da luta de facções, capaz, no limite, de negar a construção da Ordem republicana.⁵⁶ Os problemas da primeira década eram vistos por êle e por seu escudeiro Alcindo Guanabara como consequências de tentativas, mesmo inconscientes, de atuar de acordo com os velhos moldes centralizadores e parlamentaristas. O desafio era demonstrar, de forma a calar mesmo os saudosistas da *pax bragantina*, a capacidade integradora e pacificadora de um regime federativo e presidencialista. Em suma, provar às elites brasileiras e ao mundo, que era possível viver sem o Poder Moderador. Sô depois de efetivado o assassinato simbólico da figura do Imperador, diria talvez um psicanalista, o novo regime atingiria a maioria.

No enunciado nominal das regras do jogo, poder-se-ia vislumbrar um estatuto de aparente igualdade entre os Estados. Quem, ou o que são os "Estados" que determinam o que "pensa a União"? Campos Salles, político e jurista de formação liberal clássica sabe jogar com a linguagem da igualdade jurídico-formal. Mas ninguém sabe melhor do que êle que hã Estados e Estados: o contraste gritante entre os Estados prósperos, com força armada própria e vida política organizada em sólidos partidos simbióticos com a administração estadual e Estados pobres, assolados pela luta sem quartel entre as facções não pode ser mencionado explicitamente, mas vai conduzir e explicar a construção do sistema.

Portanto, o célebre acordo em torno da sistemática do reconhecimento dos deputados eleitos para a legislatura de 1900-1902, ponto nodal do estabelecimento da política dos governadores,⁵⁷ passaria pelo "apoio incondicional" do presidente de Minas Gerais, Silviano Brandão e de Rodrigues Alves, então na presidência de São Paulo.⁵⁸ Como argumenta persuasivamente Amilcar Martins, a *entente* básica da busca pela paz e pela tranquilidade seria entre estes Estados; muito mais do que um acordo de motivação econômica, tratava-se de um entendimento em busca da estabilidade republicana.⁵⁹

Esta hierarquização, tantas vezes lembrada e mencionada não repousa apenas, como muitas vezes se diz, no peso demográfico e econômico de Minas e São Paulo; é necessário lembrar as condições de organização política destes Estados. Em São Paulo, como já foi visto, a metamorfose extraordinariamente rápida do PRP da propaganda em partido único estadual, com a participação (ou anuência implícita) da quase totalidade dos ex-conservadores e ex-liberais abriu caminho para a fase de preponderância dos paulistas. Estes, como vimos, só estiveram distanciados do poder federal no período do "consulado Lucena", e da tentativa frustrada de centralização de Deodoro, desempenhando papel atípicissimo na etapa florianista. Diga-se de passagem, só o desconhecimento ou inexplicável subestimação destes dados históricos explica o tosco simplismo das tentativas de interpretar o período como um confronto entre o "café" e a "espada".⁶⁰

O que nos importa aqui ressaltar é que se foi construindo, no fragor dos embates políticos, um projeto paulista para a Federação; as forças sociais e os grupos políticos, como os

homens, aprendem com a experiência. Desde os primeiros momentos do novo regime tornar-se-ã claro que a busca de uma autonomia se mi-soberana no interior da Federação, teria como indispensãvel corolãrio a definição da natureza do regime federativo. O arcabouço constitucional de 1891 foi um passo nesta direção mas obviamente insuficiente. Tratava-se, em última análise, de conjugar uma excepcional margem de autonomia potencial dos Estados com a viabilização de um Estado nacional, capaz de realizar com êxito a interface com o sistema internacional em que o país estava inserido e garantir a paz interna, aliãs duas dimensões da mesma tarefa. Em suma, descentralizar e centralizar o poder, em um sô movimento.

Esta aparente quadratura do círculo foi possível a Campos Salles, por representar, uma opção consensual do PRP e do governo paulista; os dissensos internos sobre a forma de atingir o alvo por todos buscado, a estabilidade institucional, tiveram como consequência o ostracismo temporãrio de Francisco Glicério e mais tarde o surgimento da "dissidência paulista", em torno de Prudente de Moraes.⁶¹

Uma estratégia desta natureza tinha como pressuposto a busca de aliados; daí a importância do acordo com os setores dominantes de Minas Gerais, dando origem ao tão cãebre "café com leite". Sô em 1897, apôs um longo e complexo processo de lutas faccionais consolidara-se o novo PRM - Partido Republicano Mineiro, reunindo tanto os "históricos" como os republicanos de undécima hora, tanto os ex-conservadores como os ex-liberais. Segundo Silviano Brandão, um dos seus principais articuladores e Presidente do Estado (1898-1902), desejava-se, atravēs da nova

agregação proporcionar a Minas um papel de primeira grandeza no quadro nacional.⁶² Pela interpretação de Maria Ifigênia Lage de Rezende, o peso demográfico do Estado, refletido na bancada de 37 deputados pouco servira antes desta unificação de correntes. Segundo esta linha de análise, que coincide com a de Amilcar Martins Filho, existiu o propósito deliberado de maximizar os recursos políticos proporcionados pelo regime federativo, o que só foi possível então. O Estado de Minas, com o PRM unificado, era peça-chave da estratégia de Campos Salles,⁶³ e para os mineiros, o apoio irrestrito à "política dos governadores" era o passo para "firmar a preponderância de Minas".⁶⁴

Em mensagem oficial ao Congresso mineiro, Silviano Brandão explicitaria as razões de "apoio incondicional" dado ao governo Federal; após enumerar os obstáculos à consolidação republicana em linguagem por vezes dramática,⁶⁵ conclui reiterando que *"o interesse de nosso grandioso Estado não pode ser outro: — estabilidade das instituições republicanas e fortalecimento do crédito nacional"*.⁶⁶

Unidos pela busca de pacificação e da Ordem republicana, organizados em fortes partidos únicos estaduais, São Paulo e Minas Gerais serão o eixo de gravitação do sistema que se constitui; nada mais apropriado, aliás que o encaminhamento da chapa Rodrigues Alves-Silviano Brandão para o período presidencial seguinte, já como coroamento da nova etapa. Como foi dito tantas vezes, os dois grandes Estados em população e importância econômica eram os astros da constelação republicana; mas cabe insistir, uma vez mais na importância do plano político; traços estruturais não se transmutam com automaticidade em predominância

política. A capacidade de articular o jogo político oligárquico na forma de partidos únicos estaduais revelou-se o recurso político básico de mineiros e paulistas, garantindo a estabilidade interna e uma posição de força no quadro nacional.⁶⁷ Em contraste, os demais Estados jamais escaparam à violência da luta de facções, criando uma situação de dependência com relação ao governo federal; a cristalização das situações trazida pela "política de governadores" não foi duradoura, reabrindo-se as disputas, até porque as facções muitas vezes se dividiam, como que por cissiparidade. O Rio Grande do Sul, o terceiro "grande Estado", constituía um caso à parte; a partir da revolução Federalista consolidara-se um quadro bipolarizado, com o Partido Republicano Rio grandense controlando o poder, mas enfrentando a oposição organizada e aguerrida dos Federalistas, depois engrossada pelos republicanos dissidentes de Assis Brasil.⁶⁸

Fosse como fosse, do ponto de vista da busca da estabilidade e da superação do torvelinho da primeira década republicana, a política dos governadores foi um êxito no curto prazo; o esquema montado, porém, deixava vários flancos em aberto. Por um lado, como já mencionamos, a luta de facções é "congelada" momentaneamente, mas não desaparece. Os grupos políticos se dividem e subdividem, tornando a intervenção federal através do artigo 69 da Constituição um artifício cada vez mais utilizado,⁶⁹ o que entrava em choque com as concepções do próprio Campos Salles.⁷⁰ A instabilidade constante dos sistemas de alianças tornava cada sucessão presidencial um evento traumático, como se o regime necessitasse de uma periódica recomposição; mesmo a aliança São Paulo-Minas jamais se formalizou e não foi permanente. Seria

mais adequado pensá-la como condição necessária mas não suficiente para canalizar e conter o potencial conflitivo das disputas.

No fundo, o mais grave era a extraordinária rigidez do sistema e seu caráter excludente. Para os marginalizados do clube oligárquico sō havia a alternativa da submissão ou da explosão ocasional, à maneira dos *primitive rebels* de E J Hobsbawn.⁷¹ Não conseguindo estabelecer regras mais permanentes e confiáveis para o próprio conflito inter-oligárquico, fazendo da letra liberal-democrática da ordenação legal uma farsa, e do sufrágio uma pantonima, o sistema político montado era refratário a qualquer aumento da participação política e a uma verdadeira expansão da cidadania. Daí a explosividade dos momentos de eleições disputadas, como em 1910 e 1922; não que Ruy Barbosa ou Nilo Peçanha fossem reais adversários do sistema, mas suas candidaturas serviram de válvula de escape para o difuso descontentamento urbano.

Mas tudo isto se manifestaria mais tarde; na sucessão de Campos Salles, a chegada à Presidência de um antigo conselheiro do Império marcava o reencontro da cúpula do poder com a mal confessada nostalgia pela tranquilidade imperial, vista cada vez mais com as lentes do saudosismo. Apodada de "República dos Conselheiros", a nova ordem conciliaria modernização econômica e conservadorismo social e político, autonomia dos grandes Estados e centralização do poder.

NOTAS — CAPÍTULO II

- (1) Ver a respeito Carone (1971:7-196), Campello de Souza (1974:162-190) e Hahner (1975).
- (2) *"Duas semanas após a proclamação da República os membros da junta governativa de São Paulo informaram, de modo decisivo, o governo federal sobre o seu desejo de controlar o seu estado, assinalando que 'o espírito de autonomia de São Paulo é bem conhecido'".* (Cf. Hahner, 1975: 130).
- (3) O Governo Provisório teve Demetrio Ribeiro como ministro da Agricultura no seu momento de formação.
- (4) A comissão foi composta por Saldanha Marinho, Santos Werneck, Magalhães de Castro, Américo Brasiliense e Rangel Pestana (os dois últimos de São Paulo).
- (5) Ver a respeito Tannuri (1981:57-58). Discutiremos mais adiante as questões de política econômica.
- (6) Ver a respeito Petrone (1977:98-101) Richard Graham (1977) argumenta que a ênfase imigrantista na alocação de recursos orçamentários é uma confirmação da preponderância dos interesses agro-exportadores, especialmente paulitas, desde a mudança de regime.
- (7) Carone (1971:29).
- (8) Aurelino Leal (1915:221)
- (9) Ver a respeito Nunes Leal (1975 e Kinzo (1978)).
- (10) Dunshee de Abranches (1953:55-56).

- (11) Castro Andrade (1981:31)
- (12) Roure (1979:10).
- (13) Roure (1979:5).
- (14) Roure (1979:12).
- (15) Roure (1979:50).
- (16) Prudente de Moraes fôra substituído por Jorge Tibiriçã, outro "histórico" no governo de São Paulo.
- (17) Assis Cintra (1953:80-81).
- (18) Em Setembro de 1890, Prudente de Moraes, ainda no governo do Estado pedia ao Governo Provisório a maior rapidez na descentralização de rendas e serviços, graças à qual *"São Paulo estaria apto a viver e desenvolver-se com seus próprios recursos, sem perturbar o Governo Central — esta é a aspiração suprema deste Estado"*. (Cf. Hahner (1975: 130).
- (19) Ver a respeito Roure (1979:10-15) e Leal (1915:228-236).
- (20) Roure (1979:77).
- (21) Roure (1979:80).
- (22) Leal (1915:235-236).
- (23) Para um balanço das repercussões internacionais da proclamação da República, ver Campos Porto (1890).
- (24) Debes (1978:308).
- (25) Roure (1979:49-50).

- (26) Cardoso (1975:38).
- (27) Além dos trabalhos já mencionados de Carone, Campello de Souza e Hahner, ver também Schulz (1973).
- (28) Campello de Souza (1974:175).
- (29) Carone (1971:47).
- (30) Campello de Souza (1974:174).
- (31) Campos Salles (1983:36).
- (32) Ver a respeito Hahner (1975:137-139).
- (33) Após inúmeras marchas e contramarchas, o núcleo republicano de Júlio de Castilhos buscou firmar-se no poder e impor uma Constituição estadual influenciada pelo positivismo, que permitia a reeleição; a oposição, congregada em torno de Gaspar Silveira Martins apelou para a luta armada, iniciando-se uma verdadeira guerra civil, a célebre "revolução Federalista", que durou até 1895. Os federalistas foram acusados de pretender a restauração monárquica e a repressão à revolta que se estendeu a Santa Catarina e ao Paraná tornou-se a peça cardinal do florianismo.
- (34) Como a vacância presidencial tinha ocorrido na primeira metade do período presidencial, esperava-se a realização de novas eleições. Apoiado na ambiguidade do texto das disposições transitórias, Floriano declarou-se com direito a completar o mandato, até 15 de Novembro de 1894; a grande maioria dos juristas julgava especiosa tal interpretação.
- (35) Cardoso (1975:44).
- (36) José Maria dos Santos (1960:251).

- (37) Melo Franco (1973:90).
- (38) Hahner (1975:133).
- (39) Schulz (1973:241).
- (40) Há várias versões sobre o momento da passagem de Floriano a Prudente, discutidas nos trabalhos citados de Carone, Hahner e Schulz. No fundo, o que se discute é se Floriano não quis ou não pôde desferir um golpe continuista.
- (41) Cardoso (1975:45).
- (42) Além das fontes já citadas sobre a primeira década republicana, ver Witter (1984) sobre o PRF - Partido Republicano Federal.
- (43) Sobre as ambiguidades do termo, que recobria no vocabulário da época os políticos guindados ao poder graças ao 23 de Novembro de 1891 e buscavam um escudo no florianismo, os jovens oficiais influenciados pelo positivismo, cultuadores do "Marechal de Ferro" e os setores populares nacionalistas e lusófobos, ver o balanço de Suely Reis de Queiroz (1986).
- (44) Segundo Carone, a ligação entre o "jacobinismo popular" e o de "cúpula" é frágil (1971:153-154).
- (45) Um de seus aliados preferenciais seria o novo governador da Bahia, Luis Viana; outro, o senador pernambucano Francisco Rosa e Silva, que convertera em chefe político de seu Estado.
- (46) Alcindo Guanabara (1983:15).
- (47) Olvida-se com frequência o peso, nas forças Armadas, dos setores "profissionalizantes", desejosos de afastar a corporação armada da luta política contingente. Uma das face-

tas da estratégia política de Prudente foi buscar o apoio destas correntes. Ver a respeito Hahner (1975) e também a análise global de José Murilo Carvalho (1977).

- (48) Ver J. Murilo Carvalho (1977).
- (49) Alcindo Guanabara (1983:10-11).
- (50) Alcindo Guanabara (1983:11).
- (51) Ver a respeito a lúcida análise de Raimundo Faoro (1975: 621-654).
- (52) Ver Nunes Leal (1975).
- (53) Para uma avaliação do tema da luta de facções oligárquicas, ver Castro Andrade (1981).
- (54) Campos Salles (1983:119).
- (55) Campos Salles (1983:127).
- (56) Como colocou Castro Andrade: *"Operação de realpolitik, conservadorismo antiliberal, insensibilidade democrática, oligarquismo desavergonhado, espantoso elitismo, o que se queira: mas a argúcia de Campos Salles, sua intuição e visão propriamente políticas são inegáveis"*. (1981: 67).
- (57) *"Definia-se ela por reconhecer somente os diplomas dos candidatos eleitos pelas situações no poder naquele momento dos respectivos Estados, não importando a que grupo pertencessem"*. Cf. Campello de Souza (1974:183).
- (58) Ver Campos Salles (1983:120-128).
- (59) Ver Amilcar Martins Filho (1981:115-120).

- (60) Uma tentativa arquetípica deste tipo de interpretação é a de Leoncio Basbaum (1958). Neste tipo de enfoque atribuiu-se ao Exército (visto, implicitamente como ator político unificado) a representação das camadas médias da população. A crítica a esta visão foi feita, entre outros, por Campello de Souza (1974:220-222) e José Murilo Carvalho (1977). É curioso notar que Suely Reis de Queiroz (1986), autora de um minucioso estudo sobre o movimento jacobino no Rio de Janeiro, após constatar que suas coordenadas básicas eram o anti-monarquismo e o anti-lusitanismo e não a crítica à ascensão agroexportadora e paulista, atribui estas características dos "radicais da república" a um problema de falsa consciência, de turvação ideológica.
- (61) Francisco Glicério voltou ao regaço do PRP, tornando-se senador federal em 1903. Em 1901, surgiu a "dissidência paulista" em torno de Prudente de Moraes e Julio Mesquita; em 1906, como veremos, os dissidentes retornam, após o "congraçamento" promovido por Jorge Tibiriçá.
- (62) Ver a respeito Maria Efigênia Lage de Rezende (1982:159-176).
- (63) Alcindo Guanabara (1983:61).
- (64) Lage de Rezende (1982:166).
- (65) Brandão mencionou: *"o acirramento de ódio e paixões particulares, as dissensões, as desordens, as revoltas, a baixa do câmbio ... lamentável estado de cousas em que desde os seus inícios tem-se debatido a República"*.
- (66) Lage de Rezende (1982:169).
- (67) *"A estrutura partidária de cada Estado tornava-se ponto fundamental na determinação da importância de cada um deles"*. Cf. Campello de Souza (1974:187). Ver também Kugemas (1973).

- (68) Sobre a complexa política interna gaúcha, ver Joseph Love (1971).
- (69) Houve 32 intervenções ao longo da República Velha e só os "três grandes" - São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul escaparam.
- (70) Cf. Alcindo Guanabara (1983:125-128).
- (71) Ver a respeito Castro Andrade (1981:71-93).

CAPÍTULO III

O ESTADO NA FEDERAÇÃO

Já foi visto como os representantes de São Paulo a nível federal atuaram no sentido de garantir as condições mais propícias ao estabelecimento de uma autonomia estadual, entendida da forma mais ampla. Neste capítulo examinaremos como este projeto, acalentado desde os últimos lustros do período imperial, ganhou forma e ossatura material através da constituição de um aparato estatal, capaz de implementar políticas públicas.¹

Esta montagem institucional inicia-se em 1892, já definidas as coordenadas políticas e embalada pelo funcionamento da nova discriminação de rendas; são criadas as Secretarias da Fazenda, da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, da Justiça e do Interior. No período governamental de Bernardino de Campos (1892-1896) esta estrutura organizat6ria ganhou seus contornos b6sicos definindo-se os parâmetros da aç6o governamental em toda uma gama de setores: imigraç6o, educaç6o, sa6de p6blica, transportes, fomento econ6mico em geral e reforço do aparelho policial militar.

Para as finanças do Estado, a nova sistemática tributária significou uma verdadeira bonança; a arrecadação quadruplicou em 1892 em relação aos anos anteriores (em mil-reis correntes) e um documento oficial anunciava com um misto de basôfia e ingenuidade que "o Estado de São Paulo, para pagar toda a sua dívida, precisa apenas do prazo indispensável à contagem da quantidade"². Logo se veria, porém, que a transformação dos rudimentares órgãos da administração provincial em braços administrativos dos ambiciosos projetos de atendimento ao ritmo de desenvolvimento do Estado era um designio que não só absorveria a receita fiscal como imporia a busca de empréstimos externos. Estes revelaram-se indispensáveis para o financiamento dos gastos governamentais, criando fortes laços de dependência entre São Paulo e o mercado financeiro internacional. Deve notar-se que os empréstimos externos não se dirigiam apenas aos programas de valorização do café, iniciados em 1906³; foram efetuadas vultosas operações para consolidar a dívida flutuante e para financiar grandes obras públicas, como o saneamento urbano e a extensão e reequipamento da Estrada de Ferro Sorocabana.⁴

A receita paulista era sem dúvida elevada em comparação com os demais Estados, representando de 30% a 40% do total das receitas estaduais ao longo do período da "República Velha".

Sua viga-mestra era o imposto de exportação, recaindo quase inteiramente sobre o café e que respondeu por aproximadamente 70% da arrecadação do estado entre 1892 e 1915, 40% entre 1916 e 1925 e 50% entre 1926 e 1930.⁵ Embora se mencionasse com frequência a necessidade de uma reformulação global do siste

ma tributário, esta idéia nunca ultrapassou o estágio das boas intenções; tudo indica que era demasiado cômodo um imposto que, em última análise, era pago pelo consumidor estrangeiro.⁶

Nos primeiros anos do novo regime o principal item de gasto parece ter sido a saúde pública, incluídas as obras de saneamento básico. Havia enorme preocupação com as constantes epidemias de varíola e febre amarela e uma das tradicionais queixas relativas ao regime centralizador monárquico era a lentidão e ineficiência no campo sanitário. Argumentava-se que a imigração poderia ser interrompida pelas moléstias epidêmicas, e com a urgente necessidade de medidas preventivas. Em 1892 foi criado o Serviço Sanitário, instalando o Instituto Bacteriológico (atual Instituto Adolfo Lutz) e outros laboratórios; simultaneamente, deu-se ênfase às obras de adução de águas e tratamento de esgotos em São Paulo e Santos. O êxito total havido no combate à febre amarela e a forte diminuição dos índices de mortalidade fizeram da área de saúde pública o exemplo modelar a ser seguido, inspirando as campanhas higienistas em todo o país. Após este esforço inicial, a porcentagem relativa à saúde pública no orçamento diminuiu, mas mantendo um padrão aceitável.⁷

A educação tinha sido um dos principais temas da propaganda republicana e era vista como uma das responsabilidades básicas do governo; pela Constituição Estadual o ensino primário deveria ser gratuito e obrigatório.⁸

A criação de um sistema de ensino foi a principal tarefa de Cesário Motta, Secretário do Interior de Bernardino de Campos, que deu prioridade à reforma da Escola Normal (depois Ins

tituto Caetano de Campos) para formar professores e também à criação de escolas modelo que servissem de padrão para o sistema. Apesar do crescimento das alocações orçamentárias para a educação o dispositivo constitucional ficou muitíssimo aquém da realidade, pois a expansão da rede não consegue acompanhar o crescimento da população.⁹ Uma mensagem do Presidente do Estado, em 1911, confessa que *"o problema da instrução tem zombado dos mais ingentes esforços dos poderes públicos"* e seu sucessor, no ano seguinte admite que *"nosso atraso é considerável e vexatório... damos instrução a 150 mil crianças, mas há 300 mil à espera deste benefício"*.¹⁰

Houve uma tentativa de reforma em 1920, promovida por Antonio Sampaio Dória, visando atacar diretamente o analfabetismo e substituindo o sistema de quatro anos de educação compulsória por outro de dois anos¹¹, que foi abandonada em 1925. Apesar de tudo, os avanços foram consideráveis com relação ao início do período republicano; em 1920, 30% da população era alfabetizada, frente a 14% em 1890 e em 1929 havia quase 450 mil alunos nas escolas primárias do Estado.¹²

Toda a ênfase quantitativa do sistema era dada ao ensino primário e normal; o secundário oficial permaneceu elitista e seletivo; por outro lado, criaram-se três escolas de nível superior — a Escola Politécnica (1895), a Escola de Agricultura Luis de Queiroz (1901) e a Faculdade de Medicina (1913).¹³

Na zona gris da perpétua indefinição da questão da "soberania" estadual o ponto mais delicado era certamente o da força pública. O "casco poderoso" mencionado por Campos Salles

passou por um processo tão intenso de ampliação, profissionalização e reequipamento que justificou a denominação de "pequeno exército".¹⁴ O ponto de inflexão básico deste "processo de militarização controlado pelo poder civil"¹⁵ foi a vinda, em 1906, por iniciativa do então presidente do Estado, Jorge Tibiriçá, de uma missão militar francesa; assim, a Força Pública paulista foi treinada e reorganizada em moldes modernos, doze anos antes que o Exército nacional principiasse um programa análogo. No final da década de 1920, a milícia dispunha de um efetivo de 8.500 homens, possuía artilharia própria e até uma esquadrilha de aviação. Simultaneamente à vinda da missão francesa, foi criada a polícia de carreira e estabelecida a norma de reservar a função de delegado aos bacharéis; estava em marcha um típico processo de centralização, burocratização e institucionalização do poder público, controlando e limitando, ao menos em tese, o poder local.¹⁶

Provavelmente a esfera mais estudada e conhecida da atuação do Estado de São Paulo seja a política de imigração; mais de dois milhões de imigrantes estrangeiros entraram no Estado entre 1890 e 1930, sendo a metade com passagem subvencionada;¹⁷ a primeira década foi a era de ouro da imigração subsidiada com a chegada de 750 mil pessoas, dos quais 80% foram subvencionados. Deve notar-se que desde os seus primórdios no período imperial era intenção manifesta e deliberada garantir mão-de-obra barata pelo peso dos números, intensificando a concorrência entre os trabalhadores. Logo verificou-se que a mobilidade geográfica dos trabalhadores, a transferência para as cidades ou a saída em momentos de crise tornava constante a necessidade de manter os fluxos migratórios; a imigração subsidiada durou até 1927, quando jul-

gou-se que a imigração espontânea e a importância crescente da mão de obra nacional permitiam o fim do programa. Um desdobramento importante da política migratória foi o surgimento de órgãos de regulamentação das relações de trabalho, o Patronato Agrícola e o Departamento Estadual de Trabalho; outro foi a criação de escritórios de representação do governo de São Paulo na Europa, que se uma forma de representação diplomática.¹⁸

Além de tratar da imigração, a Secretaria da Agricultura, que se desdobrou em 1927 com o surgimento da Secretaria da Viação e Obras Públicas, ocupava-se com o apoio técnico à cafeicultura, com o estímulo a diversificação agropecuária, e com obras públicas e transportes, fazendo as vezes de um órgão de fomento econômico. A Secretaria deveria também, em tese, desenvolver uma política fundiária, já que a Constituição de 1891 passara as terras devolutas ao domínio estadual; apesar das muitas declarações de boas intenções a respeito, não se foi além de algumas tentativas de levantamento cadastral.¹⁹

No campo dos transportes, o governo estadual tinha instrumentos de controle sobre a rede privada e sua expansão; além disto, assumiu diretamente a operação da Estrada de Ferro Sorocabana de 1905 e 1907 e depois novamente em 1920. Neste mesmo ano, o Estado assumiu também a Estrada de Ferro Araraquara. Era nítida a existência de uma política voltada para a garantia do escoamento das safras e da expansão da fronteira agrícola.²⁰

Com o início dos programas de valorização do café, o governo estadual passa a ter uma política econômica própria; esta se desenvolveu, entre 1906 e 1924 ora em conflito, ora em co

operação com o governo federal. A criação do Instituto de Café do Estado de São Paulo e do Banco do Estado assinalam um enorme salto qualitativo, com a instrumentação da célebre defesa permanente do café.²¹

Embora cada uma das múltiplas facetas da ação do governo estadual tenha sido objeto de estudos de tipo setorial, não creio que se atente o suficiente para a profunda unidade de sentido que perpassa este variegado conjunto. O Estado de São Paulo tem em mãos as alavancas fundamentais do processo de expansão cafeeira e de diversificação econômica. Garante o fluxo de mão de obra, controla (por ação ou omissão) o acesso à terra e a abertura de frentes pioneiras, direciona o sistema de transportes e busca inovar no campo da política econômica. Tenta, de certa maneira, atender às demandas provocadas pela urbanização e pela maior diferenciação e mobilidade social (sem, evidentemente, abrir mão de um estilo profundamente autoritário e muitas vezes repressor)

Outro ponto quase esquecido é a forte continuidade existente entre a implementação deste projeto de dominação e as proposições autonomistas que marcaram o clima ideológico paulista nas décadas de 1870 e 1880, como vimos acima. A lógica subjacente ao conjunto deste processo foi a da consolidação, através de instrumentos de ação estatal, das potencialidades de crescimento econômico e afirmação política entrevistas a partir do avanço cafeeiro no Oeste paulista. Assim, autonomia descentralizada e diferenciação modernizante surgiram às elites paulistas como verso e reverso da mesma moeda.

"Autônomo e soberano" segundo o texto da Constituição estadual, São Paulo tinha seu "pequeno exército", infra-estrutura financeira para seus projetos, e uma política econômica específica, através dos vínculos diretos mantidos com as metrópoles internacionais. Ao buscarmos o sentido global deste processo, seria demasiado falarmos em *state-building*?

NOTAS DO CAPÍTULO III

- (1) Ver a respeito Lefevre (1937), Novaes et alii (1979) e Sallum (1985)
- (2) Cf. Lefevre (1937:7)
- (3) Estes eram contabilizados separadamente pela Secretaria da Fazenda e, em princípio, seriam auto-liquidáveis; pois eram financiados por sobretaxas específicas sobre o café.
- (4) Segundo Lefevre (1937:103) *"não fossem as facilidades encontradas pelos governos paulistas para o levantamento de empréstimos, em virtude do largo crédito e da confiança de que sempre gozou o Estado de São Paulo nos mercados financeiros do exterior, não teria sido possível imprimir à administração pública o cunho de alto dinamismo que sempre revelou"*.
- (5) Sobre as finanças do Estado, ver Lefevre (1937:7-88); o conjunto de impostos e taxas era de 15 em 1892 e chegou a 42 em 1929; o que teve maior peso, além do que recaía sobre as exportações era o de transmissão "inter vivos", que refletia a valorização e especulação com imóveis rurais e urbanos.
- (6) Ver Cano (1977:78)
- (7) Segundo os cálculos de Love (1982:351), os gastos com saúde pública foram de 20% do orçamento na década de 1890 e de aproximadamente 10% no período posterior. Sobre os programas de saúde pública, ver também Lefevre (1937:177-221).
- (8) Sobre educação, ver Antunha (1978) e Love (1982:132-135).

- (9) Segundo Love, os gastos com educação oscilaram entre 9 e 18% do total da despesa. Antunha (1978:55) argumenta que os recursos disponíveis eram insuficientes para atender as metas quantitativas e qualitativas ambicionadas.
- (10) As queixas são, respectivamente, de Albuquerque Lins e Rodrigues Alves. Cf. Egas (1927:364) e Lefevre (1937:233)
- (11) Ver a respeito Antunha (1978)
- (12) Ver Love (1982:135) e Lefevre (1937:245)
- (13) Sobre o ensino secundário e superior, ver Antunha (1978: 87-90)
- (14) Segundo a mensagem ao Legislativo do presidente do Estado, Albuquerque Lins, em 1908, "o valor da Força Pública, comparável hoje a um pequeno exército, distingue-se pela compostura, disciplina e resistência". Cf. Egas (1927:303)
- (15) Heloísa Fernandes (1974:155)
- (16) Sobre a Força Pública e a polícia de carreira, ver Heloísa Fernandes (1974:148-163) e Love (1982:175-178).
- (17) Há uma ampla bibliografia sobre a imigração; os dados aqui apresentados baseiam-se na excelente síntese e avaliação global de Holloway (1978).
- (18) Segundo um documento oficial de 1911, o Comissariado Geral do Estado no Exterior, a princípio criado para a promoção da imigração, tinha o "*caráter de verdadeiro agente da nossa política econômica ... aumentando assim consideravelmente o intercâmbio das nações européias com o nosso Estado*". Cf. Egas (1927:391)
- (19) Ver sobre este tema Holloway (1984:170-185)

(20) Ver Lefevre (1937:353-401) e Flavio Saes (1979)

(21) A política de valorização do café será amplamente discutida na segunda parte deste trabalho.

CAPÍTULO IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um ensaio bastante conhecido, Franz Neumann argumenta persuasivamente que não há valores intrínsecos associados ao federalismo; existiram e existem tanto regimes federativos autoritários como democráticos e são as análises empíricas, caso a caso, que poderão aclarar o conteúdo sócio-político desta forma jurídico-institucional de organizar o poder estatal. Creio que um exame cuidadoso do exemplo brasileiro pode ilustrar de maneira especialmente nítida esta plasticidade a que se refere Neumann.¹

Um ponto a ressaltar é o vulto e a escala da descentralização efetuada pelo regime republicano; é bastante incomum que um Estado constituído de forma unitária como o Brasil egresso da era colonial tome o rumo do federalismo à *outrance*. Na mesma época, na federação arquetípica, os Estados Unidos, reforçavam-se mecanismos centralizadores, o que não deixou de ser mencionado nos próprios debates da Constituinte de 1891.² Outras constituições latino-americanas davam muito menos latitude aos Estados membros.³ Tudo isto reforça a idéia de darmos ênfase especial à forma como foi concebida e executada a autonomia estadual no Brasil da República Velha.

Vimos como a óbvia preponderância paulista na fase inicial da República, plasmada na própria construção institucional em marcha, teve como registro central a cristalização da esfera do poder público a nível estadual. Com relação aos rumos do poder central o que se buscou foi o estabelecimento de regras do jogo político consentâneas com a consolidação desta esfera estadual. A já mencionada insistência na tese da "dupla soberania" conduzia, no limite, a uma visão "confederacionista" da Federação, o que significa; em última análise, um poder central limitado. Forte o suficiente para garantir a estabilidade republicana e "frear os excessos" das lutas faccionais através da tutela exercida sobre os "estados fracos", as oligarquias débeis. Respeitador, por outro lado de autonomia de quem tem condições financeiras e militares para exercê-la. E, insistamos uma vez mais, desempenhando o papel de mediação com o sistema internacional, reafirmado no período Campos Salles. Nem "forte" nem "fraco", mas limitado pelo que Faoro denominou "federalismo hegemônico". Daí uma permanente ambiguidade com relação ao papel do presidente da República — senhor todo poderoso, como diria um observador inglês, Ernest Hambloch ou mandatário dos grandes Estados? Esta dificuldade jamais plenamente resolvida iria manifestar-se de forma dramática na década de 1920, como veremos.

No momento, refletimos sobre a natureza e o sentido da atuação dos paulistas e sobre a dinâmica do relacionamento Estado-nação. Sabe-se que a estratégia paulista não foi a de ocupar e controlar, o poder central de forma plena; o escasso número de paulistas em cargos federais e o relativo desinteresse pela alocação de recursos orçamentários da União foram observados por Joseph Love

e Simon Schwartzmann.* O governo federal não é visto como o polo irradiador de um projeto de dominação, a ser conquistado para o exercício de uma hegemonia universalizante sobre o país, mas como o fixador de garantias institucionais para o pleno exercício da autonomia estadual. Em outras palavras, espera-se da União que proporcione o envoltório adequado, o casulo protetor para a ação do semi-soberano Estado paulista. No caso de curto-circuito nos entendimentos políticos, como no período do governo de Hermes da Fonseca (1910-1914), quando o Estado de São Paulo esteve em oposição, a autonomia serviria de escudo até militar, inibindo qualquer hipótese de intervenção federal.

Vista desta forma, a estratégia paulista poderia ser de denominada minimalista; é óbvio que as vicissitudes da política cafeeira, a partir da virada em direção ao intervencionismo de 1906 modificariam este quadro, como logo veremos. Mas na etapa de construção do regime, de definição das regras (formais e informais) que regeriam o sistema político, a preeminência paulista, gestada no ocaso do período monárquico, traduziu-se em uma plataforma política cujo eixo cardinal foi sempre a máxima autonomização do poder público estadual. Isto não significa indiferença ou "esvaziamento" do poder central; mas, como vimos com algum detalhe, toda a ênfase da prolongada busca pela estabilidade teve como elemento ordenador a "invenção" de um regime federativo congruente com o que já chamamos *state building* estadual.

Creio que um raciocínio comparativo aclarará a especificidade a ser ressaltada. Para John Stuart Mill, uma das condições para o bom funcionamento dos regimes federativos seria a existência de um relativo equilíbrio de forças entre as partes consti

tutivas; como se sabe, a prática federativa tem destoado amplamente desta expectativa. Um caso notório é o do *Reich* alemão constituído em 1871, onde a Prússia desempenhava um papel hegemônico semi-oficializado, havendo uma explícita fusão de papéis na figura do chanceler, que era simultaneamente o primeiro ministro da Prússia.⁵ Outro exemplo do interesse é o da Argentina, onde decênios de conflitos entre Buenos Aires e as demais províncias culminaram em uma solução de compromisso; com a adesão da província de Buenos Aires à Confederação Argentina institucionalizada pela Constituição de 1853 emergiu um Estado federal marcado por um mal disfarçado centralismo portenho. Como colocou Hector Alimonda:

*"La organización nacional puede ser vista como una extensión de la hegemonía de Buenos Aires sobre el resto del territorio nacional".*⁶

Nestas situações, o molde federativo é o resultado de uma transação negociada entre a região preponderante e as demais, garantindo a estas alguma autonomia no interior de um contexto de superposição entre poder central e poder regional. Pode-se falar aí, com nitidez, em hegemonia de uma fração regional sobre o bloco de poder, de forma análoga à clássica análise de Gramsci sobre o papel do Piemonte na unificação italiana.⁷

No caso brasileiro, a relação entre a parte e o todo, o Estado e a Nação, o poder estadual e o poder federal é mais complexa e mediatizada; do ponto de vista dos paulistas, o plano político nacional será uma arena onde se buscará influir, pacificar e controlar os limites a partir da cidadela — vista como inexpugnável — da autonomia estadual. Tal postura foi extremamente coerente com o liberalismo econômico clássico que predominou até

1906; senhores da área de atividade econômica em ascensão vertiginosa, utilizando as alavancas do poder estadual para aplinar os caminhos da expansão; os paulistas serão agressivamente liberais; diga-se de passagem, as citações de Spencer eram abundantes na obra de um ideólogo típico como o já mencionado Alberto Sales. Coerentemente, o viés dado à letra dos textos de 1891 consagrará uma igualdade nominal entre os Estados membros, mas colocando todos os trunfos nas mãos dos mais fortes.

Esta coerência se rompe com a adoção do intervencionismo cafeeiro; será necessário, doravante, negociar com a União, buscar alianças, justificar e legitimar a ação estatal. Ao mesmo tempo, será preciso estender até novos limites a autonomia estadual para possibilitar o exercício, em determinados momentos, de uma política econômica própria. Exacerbando os pontos precários do delicado e complexo equilíbrio montado, a política de valorização, com seus corolários no conjunto da política econômica dará a tônica do relacionamento entre os níveis de governo e constituirá, daí por diante, a prova de fogo da articulação do sistema.

NOTAS DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

- (1) Ver a respeito Neumann (1957:216-232)
- (2) Ver a respeito Amaro Cavalcanti (1900)
- (3) Joseph Love (1971:113-114) lembra que a Constituição argentina de 1853 (reformada em 1860) e as constituições mexicanas de 1857 e 1917 não autorizavam a cobrança de impostos de exportação pelos Estados membros e não permitiam a existência de tropas estaduais, a não ser em emergências. Além disso, reservavam ao poder federal a legislação sobre jazidas minerais, em contraste com a Constituição brasileira de 1891.
- (4) Ver a respeito Love (1982:249-276) e Schwartzmann (1975:120-121).
- (5) Ver a respeito Rudolf Schlesinger (1945:68-78). Este autor comenta (1945:74):
- "Prussia managed to reconcile the need for German unity with her own survival in her traditional form, by establishing that unity under Prussian hegemony".*
- (6) Cf. Alimonda (1979:228). Alimonda sintetiza de forma muito feliz a ampla bibliografia existente sobre a formação do Estado nacional argentino e coloca uma hipótese fecunda, ao sugerir um paralelo entre o Piemonte na unificação italiana e o papel de Buenos Aires. Sobre o tema, ver também Pendle (1961); ao comentar a transformação da Confederação de 1853 em Estado federal com a participação de Buenos Aires (processo sō consolidado inteiramente em 1880), este historiador observa que *"the provinces were doomed henceforth to be the satellites of the porteno metropolis"*. (1961:55)
- (7) Ver Gramsci (1974:139-140).

PARTE SEGUNDA

MOEDA, CAFÉ E PODER

CAPITULO I

ORTODOXIA E INTERVENCIONISMO — O CONTRAPONTO

Foram dramaticos os dois primeiros anos do regime republicano na esfera da politica econômica; na esteira das reformas iniciadas pelo gabinete Ouro Preto, o ministro da Fazenda do Governo Provisorio, Ruy Barbosa, iniciou um ambicioso programa de transformações, que incluíam a criação de vários bancos de emissão e uma forte expansão do crédito. A euforia reinante, a aceleração da fortíssima especulação bursátil e a criação de centenas de novas companhias culminaram com o notório Encilhamento.¹ Este episódio, parte integrante do folclore carioca e brasileiro culminou com o crack da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em 1891. A forte deterioração cambial e a crise das finanças públicas marcam a fase de "amarga ressaca"² e de busca de alternativas de politica econômica. Os monarquistas culpavam o próprio regime republicano, Ruy Barbosa defendia-se criticando seus sucessores (Tristão de Alencar Araripe e o Barão de Lucena), o visconde de Taunay satirizava os especuladores em seu conhecido romance e todos estigmatizavam a "jogatina".

Uma das consequências mais importantes deste episódio foi o notável fortalecimento ideológico do pensamento econômico ortodoxo. Tomando o Encilhamento como apólogo ilustrativo, à maneir

ra de Esopo, dos males do papel-moeda inconvertível, os paladinos da rígida aderência às regras do padrão-ouro consolidavam-se como corrente doutrinária preponderante.³ Graças à revisão feita pelos historiadores do processo de industrialização, temos hoje uma visão mais equilibrada deste período; sabe-se que houve um efetivo surto industrial, e que muitas das empresas então criadas sobreviveram. *

Por outro lado, segundo a sugestiva análise de Barroso Franco, a grave crise argentina de 1890, envolvendo a grande casa bancária londrina de Baring, provocou um refluxo na aplicação de capitais britânicos na América Latina; é perfeitamente plausível que este fator, aliado às desconfianças provocadas pela mudança de regime tenha acelerado a saída de capitais, explicando em boa medida a situação de 1891.⁵ Também Boris Fausto acentua a importância do ocorrido na Argentina e sua repercussão no mercado internacional de capitais, invertendo a tendência dos anos anteriores.⁶

Para a compreensão mais completa das turbulências da primeira década republicana, é importante relembrar alguns aspectos da política econômica imperial; no decorrer dos últimos anos da década de 1880, generalizou-se o consenso em torno da necessidade de alguma reforma no campo da política monetário-financeira. A "inelasticidade do meio circulante" era a frase adotada nos debates do Parlamento e da imprensa para sinalizar um consenso emergente, que reconhecia as dificuldades em compatibilizar a crescente importância do trabalho assalariado com a rigidez monetária que vinha sendo adotada desde a década de 1870. A Abolição e a discussão em torno dos "auxílios à lavoura" aceleraram as discussões; a melhora dos preços do café a partir de 1886 e um grande afluxo de

empréstimos externos propiciaram uma excepcional folga no balanço de pagamentos, com o câmbio ao par (27 *pence* por mil-réis ou 9 mil réis por libra), ensejando a tentativa de reforma financeira de Ouro Preto. Esta buscava coadunar a expansão do crédito com a eterna miragem da ortodoxia metalista, a conversibilidade plena do papel moeda, autorizando a criação de bancos de emissão com lastro ouro.⁷

Com a República e a ascensão de Ruy Barbosa ao Ministério da Fazenda uma nova reforma, em Janeiro de 1890 autoriza emissões com base em apólices da dívida pública e dividiu o país em regiões; como já foi visto acima, os protestos de Campos Salles levaram a uma modificação do decreto original, autorizando um banco emissor em São Paulo. Na sistemática visualizada por Ruy, o papel fundamental deveria caber ao banco emissor do Rio de Janeiro, o Banco dos Estados Unidos do Brasil, dirigido por um dos grandes empresários da época, o conselheiro Francisco de Paulo Mayrink. Este passaria a desempenhar as funções que sob Ouro Preto foram atribuídas ao Banco Nacional, dirigido pelo rival de Mayrink, o conde de Figueiredo.⁸

Após um atribulado ano marcado pela preocupação em aplacar as desconfianças européias frente ao novo regime, em regulamentar o funcionamento do novo sistema e frear a volatilidade especulativa, o Governo provisório realizou nova e surpreendente mudança institucional. O Banco Nacional e o BEUB, de Mayrink fundiram-se no novo Banco da República e era clara a intenção de adotar um sistema monoemissor.⁹ Pouco depois, como já foi visto, Ruy Barbosa demitiu-se com os demais ministros do Governo Provisório. Durante o ano de 1891, ocorreu a derrocada da Bolsa e uma deteriora

ção cambial sem precedentes; o governo Floriano Peixoto enfrentará, simultaneamente, crises políticas e uma crise financeira, agora com Rodrigues Alves no ministério da Fazenda.

Do ângulo deste trabalho, interessa-nos especialmente avaliar o papel e a atuação dos representantes de São Paulo: contrariamente ao que se poderia supor, a participação dos paulistas foi extremamente discreta no campo da política econômica durante os dois primeiros anos do novo regime. Como colocou Luis Antônio Tannuri, em sua análise do período do Encilhamento:

"... os horizontes da política econômica continuavam ainda a se configurar na realidade fluminense... as frações de classe que se faziam ouvir preponderantemente ainda eram, sob a República, o capital comercial e bancário do Rio".¹⁰

Deve notar-se que apesar da ascensão econômica paulista, a "Corte" como se dizia no Império era indubitavelmente o centro comercial e financeiro do Brasil, tendo mais de 500 mil habitantes em 1890 e abrigando o primeiro surto industrial do país.¹¹

Por outro lado, como se sabe, a consolidação definitiva da supremacia cafeeira de São Paulo se deu na década de 1890; o número de pés de café passa de 200 milhões em 1890 para 526 milhões em 1901, enquanto a produção triplicou, passando no mesmo período de 2,9 milhões de sacas para 8,9. Já vimos o conjunto de fatores extremamente favoráveis a esta expansão — disponibilidade de terras férteis, sistema de transportes adequado, imigração maciça: o ciclo ascendente de preços internacionais, de 1886 a 1895 também estimulou este crescimento. Como foi muitas vezes apon

tado, a baixa cambial que começou em 1890, tornou-se dramática em 1891 e continuou até a reversão iniciada no período Campos Salles, a princípio aumentou a magnitude dos ganhos provindos da melhora dos preços e a partir da queda de cotações iniciada em 1896 amenizou os efeitos deste descenso.¹²

Esta constatação provocou inúmeros mal-entendidos; Anibal Villela e Wilson Suzigan, autores de um dos trabalhos mais citados da historiografia econômica opinam que a política econômica governamental teve como objetivo:

*"manter a renda em cruzeiros dos exportadores e, particularmente dos cafeicultores, desvalorizando-se a taxa cambial à medida que se deterioravam os preços de exportação".*¹³

Colocações deste tipo tendem a reforçar as visões mais ingênuas sobre a forma e o caráter da supremacia do setor cafeeiro na economia e a preponderância política de São Paulo, associada a esta supremacia. O ponto de partida habitual destas colocações é a famosa colocação de Celso Furtado sobre a "socialização das perdas", ocorrida em função dos mecanismos de depreciação cambial; daí a importância de uma reavaliação desta tese.

No clássico *Formação Econômica do Brasil*, Furtado afirma que os desequilíbrios provocados pelas baixas cíclicas do preço do café refletiam-se em depreciações cambiais e portanto:

*"como as importações eram pagas pela coletividade em seu conjunto, os empresários exportadores estavam, na realidade, logrando socializar as perdas que os mecanismos econômicos tendiam a concentrar em seus lucros".*¹⁴

Furtado não chega a afirmar que este fenômeno fosse fruto de uma política deliberada, porém sua análise da década de 1890 pode dar margem a tal interpretação.¹⁵ Assim, o que parece ter sido concebido como uma fecunda hipótese global sobre o funcionamento das economias dependentes e das vicissitudes da adaptação destas ao padrão-ouro foi tomado como uma chave explicativa aplicável a múltiplas variações de conjuntura.

Na realidade, não são os paulistas estiveram distantes do *polycymaking* do início do período republicano, como foram os principais responsáveis pela tentativa de reconstrução financeira de acordo com as normas da ortodoxia que marca a etapa de 1892 a 1906. A questão central foi colocada com exemplar argúcia por Faoro:

"As circunstâncias em curso — o encilhamento urbano e a exacerbação rural — poderiam sugerir que os estadistas se uniriam numa reivindicação comum, a baixa cambial e a desvalorização da moeda, instrumentos de maior proveito em favor dos produtores. Nada disto aconteceu, entretanto. Os paulistas — numa linha que vai de Rodrigues Alves, ministro da Fazenda de Floriano, a Rodrigues Alves, presidente da República, impuseram porfiado combate às emissões e ao aviltamento cambial, no aparente paradoxo de uma política anti-exportadora".¹⁶

Examinemos a natureza do "paradoxo aparente", expressão também utilizada por Boris Fausto.¹⁷ Um ponto fundamental, e nem sempre devidamente ressaltado é a permanência de preços altos para o café até 1895; assim, a desvalorização cambial ocorrida foi

uma maximização de ganhos, mais do que uma socialização de perdas.¹⁸ Esta ocorrerá, efetivamente, entre 1896 e 1899, invertendo-se depois a situação, como logo veremos.

Assim, as primeiras tentativas de retorno à ortodoxia por parte de Rodrigues Alves, disposto inequivocamente a realizar o "saneamento financeiro" com um programa de encampação das emissões pelo Tesouro não são vistas, ainda, como ameaça aos rendimentos dos cafeicultores. Não tendo conseguido a plena anuência de Floriano Peixoto a seu programa, o antigo conselheiro do Império demite-se, tendo sua saída acompanhada de um coro de lamentações da *City* londrina e da imprensa conservadora, capitaneada pelo *Journal do Commercio*.¹⁹

Seu sucessor, Serzedelo Correa, militar dedicado ao estudo de questões financeiras e conhecido paladino da industrialização adotou uma postura contemporizadora; sem deixar de compartilhar o enfoque predominante sobre os males do emissionismo, preferiu evitar uma deflação brusca; sua principal medida foi promover a fusão do Banco da República dos Estados Unidos do Brasil com o velho Banco do Brasil; surgiu assim o Banco da República, com caráter semi-oficial.²⁰ Com a ascensão de Prudente de Moraes, Rodrigues Alves volta ao Ministério da Fazenda e prepara a execução de seu projeto de encampação das emissões, executado em 1896.

Durante todo este período, embora a preponderância das teses ortodoxas fosse inquestionável, as dificuldades políticas e a situação caótica das finanças públicas dificultaram a adoção de um programa coerente; a situação de guerra civil vivida entre 1893 e 1895 provocou vultosos *deficits* e novas emissões. Em um cĩr

culo vicioso, a instabilidade do novo regime dificultava a obtenção de créditos externos e a carência destes agravava a situação cambial; acostumados a ver no câmbio o "termômetro", imagem utilizada vezes sem conta, os credores externos retraíam-se mais e mais. Por seu turno, a deterioração das finanças federais, iniciada em 1891 pela abolição da cobrança da quota-ouro sobre as tarifas aduaneiras agravava fortemente a situação; como a União dependia quase inteiramente dos direitos de importação, a depreciação cambial significava uma receita proporcionalmente menor.²¹ Como o governo tinha obrigações a pagar no exterior, a rubrica da diferenças de câmbio crescia assustadoramente nos orçamentos; como se dizia na época, tratava-se de arrecadar em papel depreciado para efetuar pagamentos em ouro.

Até 1895, a existência de um saldo comercial vultoso proporcionou alguma margem de manobra; a queda dos preços de café e a diminuição da receita de exportações prenunciavam uma situação de insolvência. Apesar dos esforços de Rodrigues Alves e de seu sucessor Bernardino de Campos (que recém deixava o governo de São Paulo), em 1897 o câmbio chegou a 7 *pence* por mil-réis, ou 34 mil réis por libra. Se a queda cambial trazia um certo alívio ao setor exportador, tornava cada vez mais próxima a ameaça de falência definitiva das finanças Federais.

Como colocou J. M. Cardoso de Mello:

"dever-se-iam enfrentar, simultaneamente, dois graves problemas: o do complexo exportador cafeeiro, decorrente da baixa de preços internacionais e internos, e o da bancarrota financeiro do Estado".²²

Inquestionavelmente, deu-se absoluta prioridade ao segundo destes problemas. Frente à mais temida de todas as alternativas, a possibilidade de suspender os pagamentos da dívida externa, foi negociado o tão célebre *funding loan*, em Junho de 1898. Este consolidava as dívidas anteriores através de um crédito de 10 milhões de libras, a ser utilizado por três anos para cobrir os pagamentos da quase totalidade dos títulos da dívida externa; em troca, o governo brasileiro oferecia como garantia a renda da Alfândega do Rio de Janeiro e comprometia-se explicitamente a deflacionar o meio circulante.²³ Tratava-se, na realidade, de uma moratória pactada e consentida.

Através deste esquema, negociado simultaneamente no Rio de Janeiro pelo ministro Bernardino de Campos com Edward Tootal, diretor do *London and River Plate Bank* e por Campos Salles, presidente eleito, em Londres com a própria casa Rothschild, que desempenhava desde a independência o papel de agente financeiro do Brasil na Europa, afastou-se, a um preço duríssimo, o fantasma da insolvência. Para captarmos o significado disto é preciso compreender o que significaria, em termos políticos, a alternativa da susensão de pagamentos.

Tal medida seria, do ponto de vista vigente na época, uma abdicação da própria soberania nacional; seria não só por em xeque a inserção do país no sistema capitalista internacional, como uma confissão de impotência do regime republicano, que não seria capaz de gerir o país. O relato do próprio Campos Salles sobre as conversações com os banqueiros londrinos é exemplar. Segundo ele, durante os entendimentos a simples hipótese de suspensão do serviço da dívida:

"foi logo repudiada, como uma medida espoliadora que levaria o Brasil a uma situação igual àquela em que se achavam Honduras e outras repúblicas da América Central. Chegavam até a conjecturar que além da perda total do crédito do país, essa medida poderia afetar gravemente a própria soberania nacional, suscitando reclamações que talvez chegassem ao extremo das intervenções estrangeiras. Aliás, tal fora sempre o meu sentimento acerca desta solução".²⁴

Se Campos Salles era provavelmente um caso extremo de identificação com o ponto de vista metropolitano, a relutância a um rompimento unilateral dos vínculos financeiros com o sistema internacional, assim como a tendência a diferenciar o Brasil das "meras republiquetas" eram pontos consensuais entre as elites.²⁵ Assim, compreende-se com mais clareza como a busca da estabilidade institucional sob a forma republicana e federativa formou uma peça inteiriça com a reconquista da "respeitabilidade" financeira internacional.

Vistas as coisas desta forma, torna-se mais clara a diferença entre as duas problemáticas mencionadas por Cardoso de Mello; a ameaça de "bancarota do Estado" ameaçava os próprios fundamentos do sistema econômico e político como um todo, e poderia no limite, prejudicar sua sobrevivência. Não é surpreendente, portanto, que fosse tratada como de absoluta prioridade.

Enquanto isto, a problemática do setor cafeeiro era diagnosticada por um lado como crise de superprodução, a ser re-

solvida pela ação das forças do mercado e por outro, como consequência da manipulação dos intermediários, passível de ser enfrentada pela intervenção estatal; o confronto entre estes pontos de vista daria o eixo das grandes polêmicas que se iniciaram em torno da virada do século.

O crescimento da produção brasileira e mundial na década de 1890 deu-se quase exclusivamente em São Paulo;²⁶ manifestou-se com grande nitidez o conhecido fenômeno da defasagem de quatro a cinco anos (período de maturação dos novos cafeeiros) entre os fortes estímulos da alta de preços, que impulsionavam novas plantações e o aumento da produção. Este "efeito perverso", característico de vários ciclos cafeeiros foi particularmente forte a partir dos últimos anos da década de 1890. Esta expansão significou, segundo Taunay, o aparecimento de uma "neo-cafeicultura", fortemente endividada e especialmente vulnerável a baixa das cotações e às variações cambiais.²⁷ Já em 1896, a diminuição dos preços externos provocou inquietude, debates pela imprensa e no legislativo estadual e a realização de congressos de lavradores; mas é em 1899, com o início da aplicação da severíssima política contencionista de Joaquim Murтинho, ministro da Fazenda de Campos Salles e a perspectiva de uma inversão a tendência de depreciação cambial, que se intensifica o descontentamento. Chegou a surgir uma tentativa de organizar o "Partido da Lavoura", já que esta, segundo os insatisfeitos, não estaria sendo adequadamente representada pelo PRP. Qualificado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, naquele momento governista, como "mal inspirado" e "perigoso",²⁸ o movimento, embora efêmero, demonstrou a extensão da inquietação de um setor da cafeicultura.

Segundo a interpretação de Flavio Saes, estes confrontos s̄o s̄o inteligíveis à luz da significativa clivagem entre o grande capital cafeeiro, que circula nas diversas órbitas do complexo e está presente nas ferrovias, nos bancos, e na intermediação comercial e financeira e o pequeno e médio capital, circunscrito à lavoura propriamente dita. Encarando a problemática do café e do conjunto da política econômica de forma mais sofisticada e abrangente, o grande capital tenderia a favorecer uma posição liberal e uma política econômica ortodoxa.²⁹ Por outro lado, enquanto fazendeiros, tinham capacidade de auto-financiamento, não dependendo do precário sistema de crédito existente, objeto de contínuas queixas e lamentações.

Esta abordagem proporciona pistas valiosas para a compreensão do problema em pauta, mas deixa algumas questões em aberto; uma identificação plena do grande capital cafeeiro com a postura ortodoxa representada por Murtinho torna difícil explicar a unanimidade em torno de uma alternativa intervencionista ocorrida mais tarde, como já veremos.

Não resta dúvida no entanto sobre os diferentes efeitos da crise nos vários setores do universo cafeeiro; evidentemente, os produtores não endividados e que dispunham de terras mais férteis desfrutavam de situação invejável frente aos produtores marginais.³⁰ Estes, que deveriam ser progressivamente eliminados segundo o famoso "darwinismo social" pregado por Murtinho mantiveram-se à tona em boa medida graças ao rebaixamento dos salários monetários pagos aos colonos, ao preço de um aumento de tensão nas relações de produção, de uma forte queda na imigração e até de complicações diplomáticas com a Itália.³¹

Enquanto isto, desafogava-se a situação externa e das finanças públicas; com a melhora da arrecadação, uma vez reintroduzida a quota-ouro nas tarifas aduaneiras e intensificada a cobrança de impostos internos e reaparecendo de saldos comerciais vultosos (devidos ao aumento da quantidade exportada de café e à expansão dos demais produtos de exportação, especialmente a borracha), foi possível ao governo federal retomar em 1901 o pagamento dos juros da dívida externa, conforme previsto no acordo do *fundings loan*. Este resultado foi saudado como prova cabal das virtudes da ortodoxia, embora certamente fosse muito mais a consequência das mudanças tributárias e da evolução favorável das exportações do que do furor deflacionário de Joaquim Murinho.³²

Dentro da mesma orientação, Rodrigues Alves ascende à Presidência em 1902, no quadro político já visto acima e nomeia para o Ministério da Fazenda um dos mais articulados defensores da linha ortodoxa, o parlamentar e financista goiano Leopoldo de Bulhões. Recuperado plenamente o crédito externo, decidiu-se realizar um amplo programa de investimentos públicos, ampliando-se os gastos em infra-estrutura, transportes e equipamentos. O símbolo da era do reerguimento econômico foi a remodelação do porto e do centro do Rio de Janeiro. Para Bulhões, o forte afluxo de fundos externos significava a possibilidade de por novamente em pauta a ambicionada convertibilidade metálica.

Enquanto o espectro da bancarrota do Estado era definitivamente afastado, a crise do complexo cafeeiro acentuava-se e logo passaria para o topo da agenda política. A contínua baixa dos preços internacionais (interrompida momentaneamente em 1900), agravada pela alta cambial, derrubou as cotações internas aos níveis

vigentes na década de 1880; é lícito supor que por maiores que fossem as diferenças de rentabilidade entre as distintas unidades e zonas de produção, mesmo o setor mais produtivo começasse a sentir-se ameaçado.

Uma verdadeira enxurrada de artigos, panfletos, opúsculos e propostas analisavam a situação de crise e seus possíveis remédios.³³ Apesar de algumas diferenças de ênfase e abordagem, as propostas intervencionistas articulavam-se em torno de três pontos básicos: o Brasil desfrutava de um quase monopólio da produção da rubiacea, graças a esta situação a intervenção estatal era não só possível como imperativa e a queda de preços era muito mais o resultado do funcionamento dos mecanismos da comercialização, controlada por um pequeno grupo de empresas oligopsônicas, do que um sintoma de excesso da capacidade produtiva. Uma cuidadosa observação do comportamento dos principais intermediários mundiais do comércio de café³⁴ levava os defensores da intervenção à conclusão que o grande comércio importador, sediado no Havre, em Hamburgo e principalmente em New York tinha condições favoráveis para impor preços a seu talante. Dispunham de amplos recursos financeiros, estavam presentes em Santos e no Rio de Janeiro como firmas exportadoras e manipulavam os negócios a termo. Aproveitando os anos de grandes colheitas para acumular estoques, podiam retrair-se nos anos de safras menores, quando as cotações poderiam tender à alta. Como os preços no varejo eram rígidos, abria-se a possibilidade de manobras extremamente lucrativas.³⁵ A integração vertical ocorrida no setor intensificava este processo e empresas como *Crossman & Sielcken* e *Arbuckle & Bros.* atuavam simultaneamente como exportadores no Brasil e importadores, torradores e distribuidores nos Estados Unidos.³⁶

De uma ou outra forma, todos os esquemas intervencionistas concebidos buscavam contrabalançar as pressões baixistas através da retenção de estoques, o que exigiria algum tipo de apoio e/ou financiamento estatal; tal agressão aos princípios liberais, que seria uma mudança de 180 graus na orientação até então seguida não seria tomada com ligeireza e desencadeou polêmicas doutrinárias incessantes na imprensa e nos debates parlamentares.

Estimulado pela safra recorde de 1901-1902, quando a produção brasileira atingiu 15,5 milhões de sacas³⁷ e as cotações voltaram a baixar, o debate continuou. O governo paulista, novamente presidido por Bernardino de Campos, lançou uma taxa proibitiva sobre novas plantações de café, uma medida que só surtiria efeitos sobre a oferta anos mais tarde.³⁸ Além disto, propôs uma taxação sobre os cafês de baixa qualidade; mais do que isto, declarou Bernardino de Campos em mensagem ao Legislativo em que reafirmava os pontos de vista liberais *"o poder público não terá muito mais a fazer ... tratando-se de fenômenos de ordem econômica e comercial, a lei apenas abre os caminhos ... não pode substituir a ação indispensável dos indivíduos e da sociedade"*.³⁹

Mas era claro que tão tocante devoção ao liberalismo econômico era uma posição cada vez mais contestada no interior das elites do Estado. Também em 1903, era divulgado o plano proposto pelo industrial Alexandre Siciliano,⁴⁰ que propunha a constituição de um sindicato financeiro e comercial, que em colaboração com o governo estadual, compraria e estocaria por alguns anos o excesso de produção, calculado em torno de 3 milhões de sacas; as cotações reagiriam favoravelmente e este estoque seria progressivamente vendido com lucros. Este esquema tinha como pressuposto básico

a eficácia da limitação de novas plantações, vendo como transitória a situação de excesso de oferta; em poucos anos o aumento do consumo permitiria a recuperação do "equilíbrio estatístico".

O plano Siciliano teve grande repercussão e disseminou o uso do termo "valorização" como símbolo das políticas de intervenção destinadas a garantir e proteger o café; tendo sido apresentado à SPA - Sociedade Paulista de Agricultura, entidade formada em 1902 por *"alguns dos mais prestigiosos plantadores e comissários do Estado"*⁴¹, foi de certa forma implicitamente endossado por esta agremiação, o que demonstra uma abertura ao intervencionismo de pelo menos parte do grande capital cafeeiro. Também o comissariado santista, reagindo à tendência dos exportadores a estender seu raio de ação ao interior do Estado, comprando o café diretamente nas fazendas, começava a interessar-se favoravelmente pelos projetos intervencionistas.⁴²

Ia amadurecendo progressivamente uma polarização entre liberais e intervencionistas; também em 1903, que parece ter sido um momento estratégico desta decantação de posições, o deputado paulista Candido Rodrigues apresentou na Câmara Federal um projeto autorizando o Executivo federal a tomar medidas pela valorização do café. Embora apoiado pela maioria da bancada federal de São Paulo, este projeto foi criticado por outro deputado paulista, Galvão Carvalhal que negou a necessidade e a conveniência da atuação governamental.⁴³ Por seu turno, o senador paulista Alfredo Ellis, conhecido pelo tom apaixonado de seus discursos em defesa dos cafeicultores sugeriu a retenção pelo governo federal de quatro a cinco milhões de sacas.⁴⁴

Todas as sugestões e iniciativas desta natureza no plano federal esbarravam na inequívoca postura do presidente da República e do ministro Bulhões, zelosos defensores dos princípios do *laissez faire*; os pronunciamentos destes subordinavam a questão cafeeira à recuperação plena do equilíbrio financeiro, visto por eles como de pleno restabelecimento graças à continuidade que vinha sendo dada à orientação de seus antecessores, Campos Salles e Murinho.

Com a posse de Jorge Tibiriçã na presidência do estado de São Paulo, para o quadriênio 1904-1908, a postura intervencionista ganhará novo ímpeto, até converter-se em posição oficial do governo estadual. Embora cauteloso em seus pronunciamentos, Tibiriçã sinalizou inequivocamente sua receptividade aos esquemas do tipo proposto por Siciliano ao enviar Augusto Ramos, professor da Escola Politécnica e conhecido perito em assuntos cafeeiros em viagem de estudos aos países produtores da América espanhola. Desejava-se conhecer a potencialidade competitiva destes rivais e a otimista conclusão de Ramos, para quem os demais países não teriam condições para aproveitar-se de uma eventual política de valorização contribuiu para a cristalização do consenso emergente em torno de medidas intervencionistas.

Uma pequena melhora das cotações em 1904 pareceu retirar, momentaneamente, o grau de urgência do debate; mas em 1905, a elevação da taxa cambial para 16 *pence* por mil-réis, 15 mil réis por libra traz nova diminuição de remuneração dos cafeicultores em moeda nacional.⁴⁵ Desloca-se o eixo da discussão para a política monetária e cambial e articula-se uma corrente de opinião distinta da ortodoxia clássica, defendendo a estabilização cambial a

uma taxa distinta da hipotética paridade oficial dos 27 *pence* por mil-réis (ou 9 mil-réis por libra). Intervir no mercado cafeeiro e estabilizar a taxa cambial a um nível considerado "aceitável" em termos da remuneração em mil-réis do setor exportador tornam-se questões inextricavelmente ligadas entre si. O próprio financiamento externo das operações significaria um afluxo de divisas que colaboraria para uma elevação ainda maior da taxa cambial; assim, para não retirar com uma mão o que se concedia com a outra, passa-se a contemplar mecanismos de fixação do câmbio (não se ousaria falar em depreciação deliberada).

Consolida-se a corrente intervencionista, tendo agora como verdadeiro estado-maior a cúpula dirigente do governo estadual, com ativa participação do secretário de Agricultura, Carlos Botelho e do secretário da Fazenda, Albuquerque Lins. Também pressionam pela intervenção a SPA e a ACS - Associação Comercial de Santos; esta propõe a fixação da taxa cambial e a criação de um mecanismo análogo à *Caja de Conversion* argentina.⁴⁶ Torna-se indisfarçável o fosso entre a política econômica oficial, defendida com vigor pelo ministro Bulhões e o novo consenso das elites paulistas. Uma manifestação discordante — talvez a última de peso — foi uma entrevista à imprensa de Antônio Prado, em Setembro de 1905, que criticou os projetos de valorização e defendeu medidas destinadas à diminuição dos custos de produção.⁴⁷

Tudo indica que a repercussão deste pronunciamento foi abafada pelas notícias que as primeiras floradas da safra de 1906-1907 indicavam uma colheita de proporções espetaculares, que superaria a de 1901-1902; calculada a princípio em 16 milhões de sacas,

chegou efetivamente, como se veria mais tarde, a 20 milhões de sacas, cifra que não se repetiria por vários lustros.⁴⁸ Era óbvia a ameaça de uma baixa inaudita das cotações e este temor fez com que os anos de discussões e projetos se traduzissem em ação.

Neste contexto, o governo estadual e o próprio Jorge Tibiriçã assumem o comando da campanha para iniciar o esperado projeto de valorização; era necessário negociar com os demais esta-dos cafeeiros e com o governo federal. Em novembro de 1905, já eram conhecidas as linhas gerais do esquema a ser adotado, semelhante ao projeto Siciliano, mas os próprios governos dos Estados inte-ressados realizariam a operação de intervenção no mercado.⁴⁹ Evi-dentemente, o problema mais urgente era o de orçar as necessida-des financeiras para isto e buscar obter os recursos; a cifra ma-nejada foi de 15 milhões de libras esterlinas e as primeiras son-dagens junto ao mercado financeiro internacional tiveram como res-posta a solicitação de um endosso por parte do governo federal. Ain-da em 1905, o Congresso Nacional aprovou uma autorização ao Execu-tivo, para que este pudesse realizar acordos com os Estados inte-ressados em programas de valorização.

Em fevereiro de 1906, é celebrado o Convênio de Tauba-tê entre os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, determinando a fixação de um preço mínimo para o café, a negocia-ção de um empréstimo externo de 15 milhões de libras, a cobrança de uma taxa de 3 francos sobre cada saca de café, para garantir o serviço do empréstimo e o estabelecimento de uma Caixa de Conver-são⁵⁰ para estabilizar o câmbio.

A partir deste momento, abre-se a etapa de uma difícil e conflituosa negociação com o governo federal; Rodrigues Alves é pouco entusiasta sobre a valorização e absolutamente contrário à criação da Caixa de Conversão. Para Rodrigues Alves e Leopoldo de Bulhões, ciosos defensores da ortodoxia financeira e esperançosos de fazer o câmbio chegar à paridade legal de 27 pence por mil-réis, a proposta da Caixa de Conversão, que estabilizaria o mil-réis numa taxa que certamente não seria maior do que o câmbio de 16 pence então vigente, era um anátema, uma quebra do padrão monetário existente.⁵¹

Estabelece-se com nitidez o quadro que tem desconcertado os analistas que vêem a República Velha exclusivamente em termos mais simplistas de hegemonia paulista sobre a União: defrontam-se o presidente de São Paulo e o presidente paulista da República. Este recusa o pedido de uma convocação extraordinária do Congresso e critica as medidas propostas pelo Convênio. Abre-se uma polêmica, envolvendo aspectos de Direito Constitucional, sobre a possibilidade de um Convênio entre estados ocupar-se de um tema como a Caixa de Conversão, da competência do governo federal. Um aditamento ao Convênio, atribuindo aos Estados e não à União a cobrança da taxa de 3 francos e a separação do problema da Caixa de Conversão através de um novo projeto, independente do Convênio, pôde superar as objeções levantadas. Em julho de 1906, o Convênio passa pelo Congresso Nacional, mas essa vitória tem valor sobretudo simbólico, já que o problema fundamental era obter recursos financeiros e isto parecia a muitos impossível, dada a atitude negativa do governo federal, atribuída sobretudo às fortes objeções da Casa Rotschild, os tradicionais banqueiros internacionais do país.

Travava-se neste momento uma polêmica que ocupa lugar diariamente na imprensa; contra a valorização e especialmente contra a criação da Caixa levanta-se a quase totalidade da imprensa carioca, chefiada pelo principal jornal do país, o "*Jornal do Comércio*". Os principais argumentos utilizados são os princípios doutrinários do "laissez-faire", a inconveniência da quebra do padrão monetário e as objeções dos Rotschild. Do lado dos defensores do ponto de vista paulista, isto dá ensejo a uma argumentação nacionalista. Augusto Ramos, no mais aceso da polêmica, qualificará Rodrigues Alves de "presidente inglês".⁵² Como este tem pouco tempo de mandato, pois Afonso Pena tomara posse em novembro de 1906 (fora eleito em março de 1906, mas sua indicação já era definitiva desde agosto do ano anterior), espera-se pela tomada de posição do novo presidente, tido como receptivo à idéia da Caixa de Conversão.

Desenvolve-se, pois, uma estratégia de duas frentes; por um lado, encaminhar a nível parlamentar o projeto de Caixa de Conversão, de forma a que este só chegasse à sanção presidencial após a posse de Pena e buscar os apoios financeiros para a valorização. Na luta parlamentar, Tibiriçá e seus auxiliares, como o senador Francisco Glicério e o deputado Cândido Rodrigues, dedicam-se a urdir pacientemente um sistema de alianças que os aproxima da bancada mineira, onde desponta como aliado estratégico o deputado David Campista, que apresentará e defenderá o projeto da Caixa e de Pinheiro Machado, visto como chefe do "Bloco", grupo majoritário no Congresso que emergira das articulações sucessórias⁵³. Busca-se, com êxito, o isolamento de Rodrigues Alves e, ironicamente, os políticos de São Paulo se aliam a uma coligação tida como anti

-paulista na sua luta contra um presidente da República também paulista. Tudo isso tem seu custo e para conseguir a estabilização cambial aceita-se que esta seja feita à taxa de 15 pence por mil-réis, 16 mil-réis por libra e não a 12 pence, 20 mil-réis por libra. Como aponta Winston Fritsch⁵⁴, a estabilização a esta taxa conciliava amplos interesses não só agrários como comerciais, industriais e mesmo financeiros, pois as oscilações muito rápidas ocorridas em 1905 e 1906 começavam a despertar preocupações. Empossado Afonso Pena, a Caixa de Conversão é logo transformada em lei e o próprio David Campista passa a ocupar o Ministério da Fazenda.

Seria mais complexa a obtenção de financiamentos externos; a primeira operação de crédito foi feita com um banco alemão, o "Disconto Gesellschaft" em agosto de 1906, sendo da ordem de um milhão de libras; isto permitia apenas começar as compras, o que era urgente, pois a safra já começava a afluir ao porto de Santos. Havia grande pessimismo e é nesta época que as críticas à impassibilidade do governo federal atingiram o paroxismo⁵⁵. Foi neste momento que o governo paulista decidiu atuar por sua conta, deixando de lado qualquer esperança de um apoio federal mais nítido ou de uma participação mais que retórica dos demais Estados envolvidos. Em consequência, uma missão oficial buscou um acordo com o principal importador americano, Hermann Sielcken e que seria, aparentemente, um adversário do esquema valorizador, mas que a ele tinha se referido em termos positivos.⁵⁶

Como resultado desse acordo, o Convênio foi, na realidade, abandonado e foi posta em prática uma versão próxima

ao plano Siciliano; Sielcken e outros grandes comerciantes do café formaram um consórcio que se compromete a adiantar 80% do capital necessário para efetuar as aquisições e ficava com os estoques de café em garantia, embora o Estado de São Paulo continuasse como proprietário legal; as compras foram iniciadas em outubro através da "Theodor Wille", principal casa exportadora do país e membro do consórcio; em dezembro de 1906, já tinham retirado do mercado mais de 2 milhões de saças. Diante disto, o próprio consórcio intermediou um novo empréstimo de 3 milhões de libras, junto à "J. Henry Schroeder" de Londres e ao "National City Bank" de New York. Em 1907, apesar de alguns sobressaltos, tornou-se claro que a operação era viável; em fins de outubro, conseguiu-se, por fim, dobrar a resistência dos Rotschild, que fazem um empréstimo de 3 milhões de libras ao governo federal, para repasse a São Paulo. No ano seguinte, um grande empréstimo de 15 milhões de libras, que consolidou as operações anteriores, resolveu definitivamente a situação, dele participando, além dos bancos "Schroeder" e "National City", dois bancos franceses, a "Société Générale" e o "Banque de Paris et Pays Bas".

Os debates parlamentares em torno do endosso da União ao empréstimo de 15 milhões de libras ilustraram como se enfocava a questão; tal como em 1906, a pequena minoria opositora invocou argumentos doutrinários contra o intervencionismo e solicitou a atenção do poder público para outros produtos de exportação, como o açúcar. Sintomaticamente, o mesmo Galeão Carvalho que antes criticara os primeiros projetos de valorização agora foi um dos mais eloquentes defensores da política seguida pelo Estado de São Pau-

10.⁵⁷ Outro paladino da concessão do endosso da União foi Alcindo Guanabara, antes tão obsessivamente preocupado, como vimos, com o bom nome do Brasil na praça financeira londrina.

Porém, o mais forte dos argumentos e talvez o mais representativo do novo consenso vitorioso foi o desenvolvido por Serzedelo Correa. Este vinculou, engenhosamente, a manutenção de preços mínimos para o café aos interesses do país como um todo, ao ressaltar a importância da receita cambial auferida através da rubiacea para concluir que *"a questão do café era antes de tudo uma questão nacional"*.⁵⁸

Como se cumprira uma das premissas básicas do esquema, ou seja, a sucessão de safras grandes e pequenas, a super-safra de 1906 foi sucedida por safras menores e a partir de 1910 os preços começaram a subir, permitindo a venda dos estoques com grandes lucros. Os maiores beneficiários tinham sido os membros do consórcio, mas o governo paulista obtivera êxito em sua tentativa de evitar uma derrocada total dos preços; não se tratou, na realidade, de uma "valorização", mas, sim, da resistência a uma desvalorização iminente.⁵⁹

A execução razoavelmente bem sucedida da operação valorizadora, associada habitualmente ao Convênio de Taubaté, é com frequência apresentada como uma prova cabal de hegemonia cafeeira, tida como sinônimo de hegemonia paulista, na República Velha. Julgamos que o relato acima permite interpretações mais complexas e mais nuançadas. Como foi visto, o objetivo paulista de fins de 1905 e começo de 1906, que seria o endosso federal para uma opera

ção financeira envolvendo os Estados cafeeiros que realizassem a valorização não foi atingido em tempo hábil; tampouco o estabelecimento da Caixa de Conversão pode ser considerado um êxito pleno, já que a taxa estabelecida foi 25% superior ao que pretendiam os cafeicultores, a princípio.

Para obter as vitórias parciais conseguidas, foi necessário abrir fogo contra um presidente paulista, que preferiu a ortoxia financeira e o aplauso da "City" londrina ao de seus contemporâneos e talvez a seus próprios interesses pessoais como fazendeiro que era.⁶⁰

Se a operação teve êxito, isto se deve às possibilidades de ação autônoma oferecida aos Estados pela Constituição de 1891, e à bem sucedida aposta que foi a busca de uma aliança com os adversários potenciais, que eram os próprios grandes importadores. Convém ressaltar mais uma vez que o Convênio teve um papel essencialmente simbólico, não sendo jamais executado, o que é surpreendentemente esquecido nas análises. Também as marchas e contra-marchas com relação ao endosso da União, que só é obtido quando a valorização já está em andamento e com boas perspectivas de conclusão confirmam que é difícil pensarmos em "controle" do país pelos interesses paulistas.

Outro ponto a ser examinado de perto é o do entrelaçamento da questão da sucessão presidencial com as das questões de política econômica; é praticamente unânime, na bibliografia sobre a República Velha, a idéia de um entendimento pelo qual São Paulo abriu mão deliberadamente da quarta presidência consecutiva em troca do encaminhamento de seu programa econômico. O que dá maior

credibilidade a esta versão é a existência de uma forte aproximação entre o governo paulista e Afonso Pena durante o ano de 1906, como foi visto. Cremos que tal interpretação necessita de uma revisão urgente, pois desconhece aspectos cruciais de "timing"; Pena já está ungindo sucessor desde fins de agosto de 1905, é eleito em março do ano seguinte e empossado em novembro; ora, o auge da discussão sobre valorização, câmbio etc. se trava durante este longo intervalo de 15 meses entre o momento em que sua indicação é fato consumado e sua ascensão à Presidência. Tudo indica que durante este período é que se estabeleceu a aproximação entre Tibiriçã, ansioso por contar com o futuro presidente e este.⁶¹

Além disto, nada autoriza a crer que alternativas de política econômica tenham tido peso nas discussões sucessórias de 1905, nas quais Rodrigues Alves e Tibiriçã insistiram no nome de Bernardino de Campos até que se evidenciou sua total inviabilidade por falta de apoio fora de São Paulo; tratou-se da aceitação de um fato consumado.⁶²

Outra variante desta versão dá um peso extraordinário à entrevista concedida por Bernardino de Campos ao jornal "O Paiz", na qual o candidato teria de tal maneira desagradado os interessados nas medidas intervencionistas que sua candidatura teria sido sacrificada; esta interpretação é extraordinariamente disseminada e tem como ponto de origem a versão de José Maria dos Santos, grande admirador de Bernardino.⁶³ Trata-se também de um caso onde urge revisão; na realidade, em sua entrevista, este fez, no fundamental, considerações genéricas sobre as potencialidades do país, seu futuro possivelmente brilhante se bem aproveitados os

recursos naturais; simultaneamente, enfatizava a importância dos investimentos em transporte e educação. Ao contrário do que parece pensar José Maria dos Santos, Bernardino, apesar de sua defesa doutrinária do livre-cambismo, não condenou a intervenção estatal e, pelo contrário, considerou-a indeclinável.⁶⁴ Na defesa das pretensões de Bernardino uniram-se, momentaneamente, como vimos, defensores da ortodoxia, como Rodrigues Alves e adversários como Tibiriçá, já em rota de colisão com o então presidente da República.

Abria-se uma nova etapa na história política da República, marcada pelo jogo de alianças/conflitos entre os Estados e terminava o período de consolidação do regime republicano, marcado pela preponderância paulista. Entrincheirados nos recursos políticos e materiais proporcionados pela autonomia federativa, os paulistas iriam defender seus interesses específicos como participantes privilegiados deste complexo sistema de alianças, mas não necessariamente como monopolizadores do centro do palco.

Do lado da política econômica, o que nem sempre é apontado com a devida ênfase é o significado profundo da mudança ocorrida; até então, o predomínio sócio-econômico da lavoura exportadora tinha-se confundido com o liberalismo. Liberalismo débil e pouco ou nada democrático do ponto de vista da organização política, tão obviamente oligarquica, mas hegemônico como visão de mundo. Daí por diante, como observou com agudeza Eliza Pereira Reis,⁶⁵ ocorreria uma "politização da economia"; é esta politização, facilmente constatável, que tornou plausível a versão de José Maria dos Santos, acima criticada, sobre o "sacrifício" da candidatura Bernardino de Campos em 1906. Não poderia deixar de chamar a atenção o contraste entre a presença paulista no comando da política

econômica no período de 1892-1906, de reconstrução liberal (ocupando a Presidência, ou o Ministério da Fazenda, ou ambos os postos, como no período Prudente de Moraes, que teve Rodrigues Alves e Bernardino como ministros) e sua retração relativa, na fase intervencionista. Diria Raimundo Faoro:

"os interesses cafeeiros e industriais de São Paulo com a densidade peculiar que adquirem depois de 1906, prosperam e se acomodam melhor sob a mão alheia do que sob o severo controle de seus homens" 66

Volto a insistir no ponto já várias vezes sublinhado ao longo deste estudo, o da importância basilar da autonomia estadual, entendida como semi-soberania; foram os instrumentos políticos e financeiros desta autonomia que permitiram a execução da valorização do café; o que temos é, um intervencionismo estatal, mas fundamentalmente estadual. Porém, para realizá-lo era necessário modificar um aspecto central da política econômica do governo federal; a partir daí, teremos a hostilidade latente ou aberta entre as tentativas intervencionistas e a ortodoxia no campo monetário-financeiro. Este conflito, ora aberto, ora oculto, ora objeto de esquemas de conciliação será o eixo central das grandes contravérsias de política econômica.

Examinemos mais de perto as implicações do sucesso da operação valorizadora, no plano interno paulista e ao nível nacional. Como foi dito cima, o êxito silenciou as críticas; é importante lembrar que Antônio Prado, representante "par excellence" do grande capital paulista e que havia levantado algumas objeções ao

plano Siciliano terminou por apoiá-lo através da Cia. Prado Chaves Exportadora. Segundo Darrell Levi "Em 1906 a Prado Chaves tornou-se uma arma semi-oficial do governo do Estado"⁶⁷. No plano político, Jorge Tibiriçã atingiu uma posição de prestígio tão extraordinária que alguns setores do PRP chegaram a sugerir uma reforma da Constituição do Estado que permitisse sua reeleição em 1908.⁶⁸ O pretexto utilizado era o da delicadeza do momento vivido, de intensas negociações financeiras internacionais; Tibiriçã aproveitou o ensejo para encaminhar como seu sucessor o secretário da Fazenda Albuquerque Lins, um dos homens-chave da valorização. Em uma convenção curiosamente semi-olvidada pela historiografia, Albuquerque Lins venceu a Campos Salles, visto como pouco confiável por seus velhos compromissos com a ortodoxia financeira; o episódio é especialmente digno de nota pelo contraste entre os adversários, o poderoso ex-presidente e símbolo do republicanismo histórico de 1870 frente a um discreto político de segundo escalão cujo único, mas suficiente trunfo era a ligação umbilical com Tibiriçã.⁶⁹ Campos Salles foi eleito senador no ano seguinte e na sucessão de Albuquerque Lins, em 1912, sepultam-se definitivamente as divergências oriundas dos embates de 1906, com a volta aos Campos Elíseos de Rodrigues Alves, que declara expressamente seu apoio à valorização, já em fase final de execução.⁷⁰

Do ângulo da formação da política econômica nacional, para melhor compreensão do êxito da virada intervencionista é necessário ressaltar que o afastamento dos perigos da bancarrota externa abria maior margem de manobra. Em outras palavras, o tão gabado êxito de Joaquim Murcinho abria algum espaço a formulações

menos ortodoxas, afastado o espectro da insolvência externa. Ganhava força o protecionismo industrial, e também o agro-pecuário, preocupado em assegurar o crescente mercado urbano para os produtores nacionais; o mais eloquente porta-voz desta corrente foi João Pinheiro, republicano "histórico" mineiro que ascendeu à presidência de seu Estado em 1906.⁷¹

Para estes setores cada vez mais reivindicativos, a orientação de Leopoldo de Bulhões e a busca da hipotética paridade cambial de 1846 (27 pence por mil-réis, 9 mil-réis por libra) surgiam como excessiva e desnecessária submissão às opiniões doutrinárias clássicas e às preferências dos prestamistas internacionais como os Rothscilds, além de constituir uma defesa dos interesses específicos do comércio importador, de enorme importância financeira e política na vida carioca.⁷² Deve notar-se que a postura ortodoxa buscava identificar-se com a defesa dos consumidores urbanos, o que é aceito de forma um tanto acrítica em muitas análises.⁷³

Assim, a adoção de uma nova política em 1906 significou uma nova soldagem de interesses; com a influência política de São Paulo pressionando agora (como jamais ocorrera antes) no sentido de uma estabilização cambial, desenha-se a situação bem sintetizada por Nícia Villela Luz:

"formou-se no país uma corrente favorável à estabilização cambial. Industriais, fazendeiros e comerciantes de café uniram-se para

reivindicar a medida. INteresses irreconciliáveis diante da pauta alfandegária encontravam meios de se entenderem se esta arma protecionista fosse substituída por outra, a estabilização da taxa cambial num nível suficientemente protetor".⁷⁴

Ao avaliarmos a valorização do café no contexto internacional salta aos olhos seu caráter de inovação ousada e até inquietadora em uma era de predomínio mundial do *laissez-faire*; basta lembrar que foi neste momento que o vocábulo *valorization* surgiu, como neologismo, na língua inglesa.⁷⁵ Seus percalços iniciais refletiram a dificuldade implícita na tentativa de simultaneamente buscar fontes de financiamento alternativas às tradicionais e desafiar o sistema internacional de comercialização da rubiacea. Associando à operação alguns dos maiores participantes do comércio importador, que vislumbraram a possibilidade de um *corner* do mercado, introduziu-se uma cunha decisiva nos liames que definiam o próprio estatuto do Brasil do sistema internacional, modificando-se de maneira notável as formas da dependência. Enfatiza-se com frequência a partilha leonina dos benefícios da valorização, favorável aos grupos estrangeiros que dela participaram; não é possível, porém, olvidar a provável ruína de grande parte do setor cafeeiro caso não tivesse ocorrido a intervenção.⁷⁶

O falecimento prematuro de João Pinheiro, óbvio candidato à sucessão de Afonso Pena modificou o quadro político; o presidente buscou, com forte apoio paulista, encaminhar a candidatu-

ra de seu ministro David Campista. Outra candidatura, a do marechal Hermes da Fonseca, articulada por Pinheiro Machado tornou-se oficialista com a súbita morte de Pena e a ascensão do vice Nilo Peçanha, em 1909.⁷⁷ Não restou ao PRP e ao governo paulista senão o rumo da candidatura de antemão derrotada de Ruy Barbosa (até aquele momento aliado de Pinheiro Machado). Apesar da volta de Leopoldo de Bulhões ao Ministério da Fazenda durante o interregno de Nilo Peçanha, não ocorreram alterações maiores na política econômica, embora o surto das exportações (não só do café mas também da borracha) e o afluxo de empréstimos externos provocassem uma apreciação cambial em 1910 (para 16 pence por mil-réis, 15 mil-réis por libra).

Apesar dos percalços políticos, o quinquênio 1909-1913 foi de grande prosperidade; cresceu de forma vertiginosa a importação de bens de capital para a indústria, aumentava a entrada de capitais e a arrecadação fiscal e o governo federal ampliava seus investimentos em infra estrutura. Reflexo em boa medida da *belle époque* europeia, este surto foi abruptamente cortado pela crise balcânica de 1913, ante-sala da conflagração mundial de 1914-1918. Com a retirada maciça de capitais, não pode mais funcionar a Caixa de Conversão; só o segundo *funding-loan* de 1914 aliviava a gravíssima situação financeira. No novo contexto de guerra e crise, o governo de Wenceslau Braz (1914-1918) será obrigado; para o profundo desgosto de seus ministros da Fazenda, os campeões da ortodoxia Pandiã Calógeras e Antônio Carlos, a abandonar suas mais caras doutrinas e emitir papel moeda sem lastro. Esta situação excepcional abriria o caminho para a "segunda valorização".⁷⁸

NOTAS — CAPÍTULO I

- (1) Sobre o "Encilhamento", ver Taunay (1945), Calógeras (1960), Barbara Levy (1980), Tannuri (1981) e Barroso Franco (1983).
- (2) Cf. Faoro (1975:516)
- (3) Ver a respeito Pelaez (1971), Fritsch (1983) e Barroso Franco (1983)
- (4) Ver a respeito Fishlow (1972), Cano (1977:72-73) e Stein (1979:97-105)
- (5) Ver Barroso Franco (1983:127-133)
- (6) Ver Fausto (1975:204-205)
- (7) Ver Furtado (1961) e Barroso Franco (1983:73-100)
- (8) Sobre a gestão de Ruy Barbosa ver as fontes citadas na nota 3 e também Magalhães Jr (1965:47-91)
- (9) A fusão foi regulada pelo decreto 1154, de 07.12.1890; segundo Barroso Franco (1983:131) *"o decreto de 7 de Dezembro estabelecia praticamente o monopólio de direito à emissão em favor do novo banco e criava vínculos entre o governo e o banco que seriam inimagináveis alguns anos antes"*.
- (10) Cf. Tannuri (1981:50). Deve ser notado que a autorização ao Banco União, não teve consequências de monta e que este banco pouco utilizou-se do direito de emissão.
- (11) Deve ser lembrado que a segunda cidade do país era Salvador, com 150 mil habitantes; São Paulo tinha em torno de 75 mil habitantes e tornou-se a segunda cidade do país ao longo da década de 1890. Sobre a industrialização no Rio de Janeiro, ver Cano (1977:244-246).

- (12) Para os dados relativos à expansão cafeeira, ver Cano (1977: 41).
- (13) Cf. Villela e Suzigan (1975:294)
- (14) Cf. Furtado (1961:187)
- (15) Maria Teresa Versiani atribui esta interpretação, a uma leitura equivocada do trabalho de Furtado por "cientistas sociais" não especificados. Ela própria admite, porém, que o enfoque dado pelo autor da *Formação Econômica do Brasil* ao período Murinho dá ensejo, nitidamente, a tal leitura. Ver a respeito M. T. Versiani (1985:597-614) e Furtado (1961: 200-201)
- (16) Cf. Faoro (1975:518)
- (17) Ver Fausto (1975:207)
- (18) Ver a respeito Delfim Netto (1979:21-23)
- (19) Ver Mello Franco (1973:95-101) e Calógeras (1960:244)
- (20) Sobre a carreira de Serzedelo Correa e seu importante papel como defensor da industrialização, ver Luz (1961:73-77)
- (21) Ver a respeito Calógeras (1960:287-289) e Fritsch (1983:9-11)
- (22) Cf. João Manoel Cardoso de Mello (1982:133)
- (23) Para um balanço do *funding-loan*, que enfatiza devidamente um aspecto por vezes descuidado, a fraca posição de barganha do governo brasileiro, ver Fritsch (1983:12-16)
- (24) Cf. Campos Salles (1983:95).

- (25) A obra já citada de Alcindo Guanabara é uma excelente fonte sobre este aspecto; no campo do direito internacional, o Brasil evitou comprometer-se com a "doutrina Drago", que buscava a condenação das intervenções armadas a pretexto de cobrança da dívida pública. Sobre este ponto, ver Burns (1966:120)
- (26) Durante este período, a produção dos países competidores do Brasil manteve-se estagnada e a dos demais estados cafeeiros foi lenta; o crescimento da produção cafeeira em Minas compensou parcialmente a regressão do Estado do Rio; ver a respeito Holloway (1978:101-102) e Cano (1985:293-295).
- (27) Ver Taunay (1945:257-258)
- (28) *Apud* Flávio Saes (1979:160-161)
- (29) Ver a respeito Flávio Saes (1979:155-163). Franceschina Vallandro (1986:73) levará êste raciocínio às últimas consequências ao colocar a política de valorização como "conquista do setor produtivo em oposição à grande burguesia cafeeira"
- (30) Ver a respeito Sallum (1982:114-115)
- (31) Este tema é amplamente discutido em Sallum (1982)
- (32) Ver Fritsch (1983:16)
- (33) Pierre Denis, geógrafo francês que visitou o país nesta época comentou, não sem ironia, que era tal a quantidade de publicações sobre a crise "*qu'on ne peut avoir l'esperance de les connaitre tous*". Cf. Denis (1909:186)
- (34) Vários comerciantes de café brasileiros passaram longos períodos na Europa e nos Estados Unidos, seus relatos sobre a estruturação desta rede mundial de comercialização influenciaram os debates. Um exemplo típico foi o de Joaquim Franco de Lacerda, um dos pioneiros das propostas intervencionistas. Ver a respeito Taunay (1945:265).

- (35) Ver Delfim Netto (1979:40-42).
- (36) Ver Taunay (1945).
- (37) Cf. Holloway (1978:101)
- (38) A lei 861-A(16/12/1902) taxava as novas plantações por cinco anos.
- (39) Cf. Egas (1927:146)
- (40) Para um detalhamento dos debates, que culminaram com a apresentação do plano Siciliano, ver Holloway (1978:27-32).
- (41) Cf. Love (1982:308)
- (42) Ver Taunay (1945:270)
- (43) Sobre estes debates ver BRASIL, Documentos parlamentares - Valorização do Café, doravante abreviado como VC.
- (44) Ver Ellis Jr (1949).
- (45) Em 1904 o valor da saca de café era de 39 mil réis frente a uma média de 31 mil-réis nos três anos anteriores; em 1905, embora a cotação internacional continuasse em torno de duas libras esterlinas por saca, a elevação cambial rebaixou o preço interno a 30 mil-réis. Note-se que neste momento operava um mecanismo inverso à "socialização de perdas", pois os rendimentos dos cafeicultores diminuíam, apesar da elevação das cotações internacionais que no triênio anterior tinham oscilado em torno de uma libra esterlina e meia por saca. Ver tabela I , no apêndice.
- (46) Ver Siqueira (1906), Joaquim Miguel Siqueira era presidente da ACS
- (47) Ver Taunay (1945:296)

- (48) O significado destes números fica mais claro se levarmos em conta que a média da produção brasileira estava em torno de 11 milhões de sacas entre 1902 e 1905 e que havia estoques em torno de 9,5 milhões.
- (49) Ver Holloway (1978:58-60)
- (50) A Caixa de Conversão permitiria a estabilização da taxa cambial; segundo Villela e Suzigan (1975-298) "*o mecanismo de funcionamento da Caixa pode ser assim resumido: mantendo uma taxa cambial superior a do mercado livre, a Caixa passaria a atrair moeda estrangeira, que seria comprada através da emissão das notas de estabilização*".
- (51) De acordo com Paulo Neuhaus (1975:28-29) "*O veemente debate sobre os méritos da Caixa de Conversão tornou-se, essencialmente, uma disputa entre setores que pugnavam pela deflação e pela revalorização cambial para restaurar a paridade cambial de 1846 e setores que propunham a expansão monetária e a estabilidade cambial a uma taxa nova e mais realista. ... Leopoldo de Bulhões temia que a Caixa de Conversão provocasse a volta de um período inflacionário e desfizesse todas as políticas de estabilização iniciadas em 1898...em sua opinião, a adesão ao padrão de 1846 era um imperativo moral e garantia de uma política monetária cautelosa, sendo também necessária para assegurar aos investidores, prestamistas e imigrantes europeus em potencial a continuidade de uma política monetária conservadora*". Sobre o firme respaldo de Rodrigues Alves a seu ministro, ver Melo Franco (1973:437-448).
- (52) *O Estado de São Paulo*, 09/09/1906, p.1.
- (53) Estas articulações são descritas em Rodrigo Soares Jr (1958: 538-540).
- (54) Ver Fritsch (1983:23).

- (55) Ver Soares Jr (1975:536-537) e *O Estado de São Paulo*, 04/08/1906.
- (56) *Jornal do Commercio*, 15/09/1906, p. 1.
- (57) Carvalhal justificou sua mudança de atitude dizendo que "A opinião de São Paulo se levantou, em sua quase unanimidade, pedindo a intervenção". Cf. VC (2ª vol, p.218).
- (58) VC (2ª vol. p. 135). Delfim Netto (1979:59) chama a atenção, com razão, para o fato desta linha de argumentação não ter sido utilizada antes; a necessidade de um endosso formal da União, evidentemente, trazia à primeira plana a necessidade de apresentar como gerais e não apenas particulares ou setoriais os interesses em causa.
- (59) Olvida-se com frequência que todo o formidável esforço intervencionista tinha um sentido nitidamente defensivo; os preços externos entre 1907 e 1909 flutuaram um pouco abaixo da cotação de duas libras esterlinas e os internos, com a taxa cambial estável, entre 29 e 31 mil-réis. Tratava-se, em última análise, de manter a situação de 1905.
- (60) Ver Melo Franco (1973:473-480).
- (61) Ver Soares Jr (1958:526).
- (62) Os nomes mencionados nas intrincadas articulações para a sucessão de Rodrigues Alves eram o do ex-presidente Campos Salles, com forte apoio de Pinheiro Machado, o de Ruy Barbosa e o do vice-presidente Afonso Pena, que substituíra seu conterrâneo Silviano Brandão, falecido antes de tomar posse. Os diversos opositores à indicação de Bernardino de Campos uniram-se em torno do pretexto de obediência ao princípio de "não-interferência" do presidente da República na sua sucessão, surgindo o "Bloco", grupo parlamentar majoritário; vendo como inevitável a ascensão de Afonso Pena, da do o peso político de Minas, o PRP opta pela retirada do

nome de Bernardino de Campos, Pena torna-se assim candidato único. Para um balanço das intrincadas marchas e contra marchas destas manobras sucessórias, ver Melo Franco (1973: 524-554).

- (63) Ver José Maria dos Santos (1960).
- (64) *O Estado de São Paulo*, 27/06/1905.
- (65) Ver Pereira Reis (1979:164-217)
- (66) Cf. Faoro (1975:525)
- (67) Cf. Darrel Levi (1974:255). No meu entender, a ativa participação da Prado Chaves na operação valorizadora, que incluiu a presença de seu diretor Paulo Prado (filho de Antônio Prado e conhecido como escritor) como representante de São Paulo no comitê de administração do estoque põe em xeque a hipótese já mencionada de uma oposição constante do grande capital cafeeiro às medidas intervencionistas.
- (68) Através do "congraçamento", Jorge Tibiriçã obteve o regresso da dissidência de 1901 ao aprisco perrepesta; como já foi visto acima, seu governo marcou a consolidação do aparato estatal paulista, inclusive do ponto de vista militar. É provável que seu quadriênio tenha marcado o auge da centralização no comando político e administrativo do Estado.
- (69) Com desarmante modéstia, o próprio Albuquerque Lins, ao apresentar sua plataforma atribuiu a escolha à sua identificação com a valorização, como secretário da Fazenda de Tibiriçã, dizendo que "*Si se tratasse de uma escolha propriamente pessoal, em consideração de aptidões, de méritos e de serviços, outros nomes seriam certamente lembrados... ninguém com melhores títulos do que o eminente brasileiro Dr. Campos Salles*". (Egas, 1927:264)
- (70) Ver a respeito Egas (1927:411-413).

- (71) Ver a respeito Luz (1961:122-123) e Faoro (1975:
- (72) Sobre a oposição de interesses em torno ao câmbio, ver Flávio Saes (1979:327-330).
- (73) É o caso, entre outros, de Neuhaus (1975:27-30); os porta-vozes industrialistas alegavam que o consumidor não era beneficiado pela elevação cambial e conseqüente barateamento de importações. Este ponto é discutido em Luz (1961:135).
- (74) Cf. Luz (1961:128-129).
- (75) Ver Faoro (1975:526-257).
- (76) Concordo neste ponto com a colocação de Franceschina Vallandro (1986), que encara a política de valorização como uma vitória política e econômica dos cafeicultores.
- (77) Para as complexas marchas e contramarchas destas articulações políticas, ver Carone (1971) e Campello de Souza (1974). Todos os relatos enfatizam a falta de apoio a Pena e Campista em Minas e o ressurgimento, com redobrada força, de lideranças políticas tradicionais deste estado, como Bias Fortes e Francisco Sales. Em conseqüência, o mineiro Wenceslau Braz foi o vice de Hermes da Fonseca.
- (78) Os efeitos da Guerra Mundial sobre o Brasil são amplamente discutidos em Fritsch (1983).

CAPÍTULO II

DA VALORIZAÇÃO ESPORADICA À DEFESA PERMANENTE

A perspectiva de uma safra de grandes proporções no ano cafeeiro 1917-1918, quando o comércio internacional já estava sendo prejudicado pelos efeitos da guerra e da atividade dos submarinos levou à rápida aprovação de uma nova operação valorizadora. Com o respaldo de uma emissão de 110 mil contos, o governo paulista, atuando através do Banco do Comércio e Indústria, adquiriu 3 milhões de sacas, desafogando a situação; com a ocorrência de uma espetacular geada em Junho de 1918 e o fim da guerra em Novembro, os preços subiram enormemente.¹ Nestas circunstâncias, foi possível ao estado de São Paulo colocar seus estoques com grandes lucros (que foram repartidos com o governo federal, financiador da operação) e, simultaneamente, liquidar os restos de estoque da primeira valorização, até então bloqueados em portos europeus.

Abria-se agora uma situação inteiramente nova; embora beneficiada por circunstâncias fortuitas, a "segunda

valorização" deu enorme confiança aos defensores do intervencionismo, que agora podiam apresentar seu êxito como prova da capacidade empresarial brasileira ao operar no mercado internacional de café. Por outro lado, a destruição causada pela geada parecia justificar uma nova expansão da capacidade produtiva,² 1919 foi um ano de euforia, com altíssimos preços externos e internos para o café; mas já em 1920, a severa recessão ocorrida nos países centrais derrubava as cotações.³ Com a perspectiva de mais uma safra volumosa no ano cafeeiro 1920-1921, como seria de se esperar, logo foi proposta uma terceira operação valorizadora. É importante notar a rapidez desnotante das mudanças de conjuntura: crise em 1917, incerteza em 1918 até o momento do final da Grande Guerra, euforia em 1919, inquietação em 1920.

A preparação e montagem do que viria a ser a "terceira valorização" dar-se-ia em um contexto mais complexo e difícil; após anos de discussões, estimuladas pelas circunstâncias anormais da Guerra Mundial, tornara-se quase consensual a transformação do Banco do Brasil e a criação de uma Carteira de Redescoto, primeiro passo para transformá-lo em banco emissor. Esta medida era reclamada pelo setor cafeeiro e defendida, em pronunciamentos oficiais, pelos presidentes de São Paulo, Altino Arantes (1916-1920) e Washington Luis (1920-1924);⁴ outros grupos de pressão, inclusive do setor comercial, sempre mais propenso à ortodoxia apoiavam a idéia. Mesmo alguns (certamente não todos) dos tradicionais adeptos da ortodoxia monetária passam a adotar posições mais flexíveis

em um novo contexto internacional, no qual as próprias potências hegemônicas encontravam dificuldades de monta nas tentativas de restabelecer o clássico padrão-ouro nos moldes vigentes até 1914.⁵

O novo presidente, o paraibano Epitácio Pessoa⁶ indicou para o Ministério da Fazenda o maior defensor da reforma do Banco do Brasil, Homero Baptista. Embora vissem com grande simpatia a reforma, frente à forte queda das cotações do café os paulistas pressionavam no sentido de alguma forma de apoio mais imediato, solicitando uma emissão específica para financiar uma operação valorizadora análoga às anteriores. Para o novo presidente de São Paulo, Washington Luis, caberia ao governo federal atuar; o deputado paulista Carlos de Campos, líder da maioria, entra em choque com o presidente da República, por sua relutância em aceitar a emissão específica e renuncia. Rapidamente efetuou-se uma conciliação e o deputado de São Paulo reassumiu seu posto, face às promessas de Epitácio Pessoa em reconsiderar sua posição. Frente à gravidade da crise — deve notar-se que 1920 foi um dos raríssimos anos em que houve *déficit* no balanço comercial — e à avalanche de pressões das entidades empresariais, foi aprovada a reforma bancária e a Carteira de Redesconto começou a funcionar, já com o banqueiro paulista José Maria Whitaker na presidência do Banco do Brasil.⁷

Apesar das dúvidas e desconfianças deste com relação às operações de valorização,⁸ em Março de 1921 iniciaram-se as compras do café, já com financiamento do novo órgão;

foram adquiridas 4,5 milhões de sacas pelo governo federal e os preços, embora lentamente, começaram a reagir. Desta vez as operações foram conduzidas pelo conde Alexandre Siciliano, o pioneiro das primeiras batalhas valorizadoras, que tornara-se o conselheiro do presidente Epitácio Pessoa para assuntos cafeeiros. Este, em notável mudança de atitude, parece ter-se convencido tão plenamente dos malefícios para o balanço de pagamentos do país de uma queda violenta das cotações da rubiacea que passou a encampar *in totum* a argumentação dos representantes de São Paulo no Congresso, como os deputados Cincinato Braga e Raphael Sampaio Vidal.

Como já se tinha esgotado o período aureo da borracha e também o efêmero surto de exportação de outros produtos, típico do período da Guerra Mundial, o café era mais do que nunca o esteio da receita cambial do país. Assim compreende-se que em sua mensagem presidencial de 1921 o presidente Epitácio Pessoa dissesse que a questão do café era uma questão nacional, expressão que se tornou célebre.⁹

Uma safra pequena no ano cafeeiro 1921-1922 facilitou a terceira operação valorizadora e o governo pode então levantar em Londres um empréstimo de 9 milhões de libras; para a realização deste formou-se um consórcio entre as casas Rothschild, Baring e Schroeder. É curioso notar que a habitual oposição dos Rothschild a participar deste tipo de operação se diluiu, talvez para não perder terreno a seus competidores. Seja como for, o empréstimo incluiu cláusulas consideradas leonivas por muitos, especialmente por conceder à Bra

zilian Warrant Co, uma das grandes casas exportadoras inglesas que operavam no país, o monopólio das vendas do estoque.¹⁰ A nova safra reduzida em 1922-1923, acompanhada pela rápida recuperação da economia americana, permitiu a conclusão da terceira valorização, com a venda total dos estoques e o pagamento antecipado do empréstimo internacional.

Deve notar-se que a absoluta prioridade dada à obtenção de financiamentos externos, tão logo isto fosse factível, era reflexo do caráter emergencial com que se via a emissão de papel-moeda. Neste momento, embora a valorização, pelos seus êxitos, tivesse vencido às objeções ortodoxas, intensificava-se a discussão sobre dois aspectos distintos mais intimamente ligados: a forma de financiamento das operações e a conveniência de estabelecer mecanismos que garantissem de forma contínua e não apenas episódica o amparo aos preços do café. Ao mesmo tempo, começava o atendimento à outra velha reivindicação dos cafeicultores, a construção de grandes armazéns reguladores no interior do Estado de São Paulo, para evitar o afluxo de grandes quantidades do produto na mesma época ao porto de Santos e evitar especulações baixistas dos grandes importadores americanos. Estes, sempre vistos como os grandes adversários do café paulista e brasileiro reagem estimulando os países concorrentes; começa a crescer a produção na Colômbia.¹¹ Os defensores dos armazéns reguladores desejavam, em última análise, tornar permanente o sistema de defesa dos preços do café; como argumentava o expoente desta orientação, o deputado paulista Raphael Sampaio Vidal, o Brasil, como responsável de 70% a 75% da produção mundial poderia e devia garantir os preços.

No final de seu governo, Epitácio Pessoa propõe a criação do Instituto de Defesa Permanente do Café, utilizando em sua mensagem ao Congresso Nacional uma argumentação análoga ã de Sampaio Vidal:

"O café reclama grandes recursos pecuniários, de que ainda não é capaz nossa organização bancária. ... O mercado produtor é constituído por uma massa difusa de vendedores sem coesão, sem unidade de ação, sem resistência financeira, frente a dez ou doze casas ... compradoras".¹²

Nas discussões realizadas no Congresso, ampliou-se o alcance da defesa, transformada em "defesa da produção nacional", incluindo diversos outros produtos; finalmente criou-se o Instituto de Defesa Permanente do Café, já ãs vésperas da posse do novo presidente, Artur Bernardes.

Este, chegava ao poder em circunstâncias atribuídas¹³ e governou sob estado de sítio; émora tivesse colocado o próprio Sampaio Vidal no Ministério da Fazenda e outro expoente paulista, Cincinato Braga, na presidência do Banco do Brasil, Bernardes atuou com enorme prudência e cautela no encaminhamento das reivindicações cafeeiras. O Instituto permaneceu letra morta, enquanto prosseguia a liquidação da terceira valorização, sõ completamente encerrada em 1924. Logo

ressurgiu a eterna pendenga entre defensores da ortodoxia monetária, como os deputados e "experts" em finanças mineiros Antônio Carlos e Mário Brant, que sem atacar diretamente os ambiciosos planos da defesa permanente criticavam acerbamente a idéia de utilizar a recém-criada capacidade de emissão do Banco do Brasil para este fim. Ao longo do ano de 1924, segundo a análise de Winston Fritsch, notou-se que Bernardes tendia paulatinamente a alinhar-se com o ponto de vista de seus conterrâneos e não com o de seus auxiliares.¹⁴

Em Novembro de 1924, por decreto federal, a defesa permanente é transferida para as mãos do governo paulista, que recebe, a preço de custo, os armazéns reguladores; surge o Instituto do Café do Estado de São Paulo. Em princípios de 1925, demitem-se Sampaio Vidal e Cincinato Braga, passando o governo Bernardes a adotar uma severa linha de contração monetária, como forma de combater a inflação que crescia e de ter a deterioração cambial.

De certa forma, fechava-se o círculo; quase duas décadas depois dos primeiros esforços em valorizar o café, o aparato de sustentação de preços voltava ao nível estadual; para a compreensão adequada desta mudança, é necessário que examinemos a extensão das mudanças ocorridas em São Paulo. Como demonstrou com clareza o estudo de Wilson Cano já várias vezes citado, ocorrera uma notável diversificação na economia e na sociedade paulista. A sombra da expansão cafeeira, tinha-se constituído o principal polo industrial do país, como o censo de 1920 demonstrou cabalmente; além disto, desenvolvera

-se a agricultura mercantil de alimentos e a pecuária. O ritmo da urbanização, a absorção e ascensão social dos imigrantes, simbolizada em figuras como o conde Francisco Matarazzo, a atmosfera cultural febricitante que culmina com a irrupção do modernismo, tudo isto dá uma fisionomia cada vez mais diferenciada entre São Paulo e o resto do país.¹⁵

Do ângulo especificamente econômico, o que mais impressiona é a diversificação interna do complexo cafeeiro, e a ascensão de um forte setor financeiro, além do polo industrial; o ritmo e a dinâmica da acumulação cafeeira continuam dando o tom do conjunto, mas os interesses específicos vão se diferenciando. Cabe aqui reintroduzir uma vez mais a importante distinção entre o grande capital, que circula nas várias órbitas do complexo e o pequeno e médio, mais restrito à lavou-ra propriamente dita. Esta distinção será redefinida no bojo do processo de expansão da fronteira cafeeira que se reinicia em torno de 1919-1920. Os velhos temores da superprodução, que já tinham provocado a limitação do plantio em 1902 pareciam esquecidos, frente à queda, aos altíssimos preços de 1919 e a difusa, mas constante expectativa de uma política de defesa de preços que garantisse indefinidamente a rentabilidade das plantações. Assim, vão sendo incorporadas ao cultivo terras novas e férteis da Alta Paulista, da Alta Sorocabana e da Noroeste; ao que tudo indica, predominaram neste processo as companhias de colonização, que tendiam a favorecer a ocupação das terras por pequenos e médios proprietários. Embora os dados sejam precários e controversos, parece ter havido alguma diminuição nos índices de concentração da propriedade.¹⁶

Vemos assim que o universo paulista, tão frequentemente apresentado como um bloco monolítico dirigido, por uma oligarquia todo-poderosa vai se transformando, pelo seu próprio crescimento e diversificação em uma sociedade recortada por cortes e clivagens de diferentes tipos e distintos alcances. E neste contexto que se tornará mais inteligível como o PRP terá progressivamente dificultado seu papel de agregador e aglutinador de interesses. Por isso mesmo, a volta da defesa ao nível estadual pode ter sido um presente de grego para o governo estadual, simbiótico com o PRP.

Dirigir o Instituto significava, um última análise, procurar conciliar a miríade de interesses do mundo cafeeiro; nesta etapa, como já foi dito, era fundamental reter o produto nos reguladores. Isto criava problemas de crédito aos fazendeiros forçados a esperar a autorização do embarque; a partir daí, eram inevitáveis as disputas e acusações de favoritismo e corrupção. Cada região julgava-se prejudicada pelas outras, tanto no fluxo dos embarques como na fixação de preços mínimos e adiantamentos através do Banco do Estado ¹⁷ Também os comissários e sua poderosa entidade, a Associação Comercial de Santos, protestavam por ver seu tradicional papel de intermediários debilitado.

Era inevitável que o governo estadual fosse o ponto de convergência deste redemoinho de pressões. Os percalços do projeto de "federalização" da defesa permanente demonstraram, com clareza exemplar, as dificuldades em conciliar de forma institucionalizada e contínua, os interesses do setor

cafeeiro paulista — também recortado por várias divisões internas, como vimos — com os demais complexos regionais e especialmente com a sempre poderosa e influente corrente defensora da ortodoxia no campo monetário e financeiro. Por outro lado, um velho sonho de muitos fazendeiros e comissários, a criação de uma agência ou banco por eles diretamente administrado simplesmente não era factível, pois somente o aval do respeitadíssimo Estado de São Paulo, fiel e assíduo cliente dos mercados financeiros internacionais por décadas daria acesso aos recursos necessários.¹⁸

Este processo de "estatização estadual" da economia cafeeira despertou tantos e tão constantes protestos de entidades de classe como a SRB - Sociedade Rural Brasileira que um observador agudo como Maurício Font chegou a preconizar a tese de uma dissociação entre o PRP e a grande burguesia cafeeira. Font tem razão em chamar a atenção para a diversidade e complexidade da economia e sociedade de São Paulo na década de 20 e para uma relativa autonomização do aparato governamental, mas olvida com frequência os condicionantes nacionais e internacionais que limitavam o raio de manobra do governo estadual. Também tem razão em enfatizar a importância da adesão de setores importantes da elite tradicional paulista ao Partido Democrático, mas no meu entender exagera ao ponto de fazer supor um abandono total do PRP por esta elite.

Julgo que seria útil pensarmos no PD como um desaguadouro de distintos tipos de descontentamento, no interior de uma estrutura marcada por diferentes clivagens. Insatisfação generalizada com o estilo autoritário da cúpula perrepis-

ta; insatisfação dos excluídos no jogo municipal; insatisfação das camadas médias urbanas, ansiosas por maior participação. E, mais que nada, as dificuldades de um partido único expressar adequadamente uma estrutura social complexa e diferenciada.¹⁹

Vejamos como o governo paulista, através do Instituto focalizou a condução da política de defesa; é importante ressaltar que tratava-se de uma política diferente das intervenções episódicas pela sua própria concepção. Creio mesmo que houve uma inversão semântica, pois enquanto as operações conhecidas como de "valorização" tinham como objetivo impedir uma queda maior das cotações em um momento desfavorável (como foi visto acima com detalhes em relação a 1906), ou seja, eram eminentemente defensivas, a "defesa permanente" buscava manter os preços elevados atingidos em 1924 e 1925.²⁰ Uma combinação de fatores como a melhoria nas condições econômicas mundiais, as safras pequenas e a eficácia dos armazéns reguladores tinham possibilitado esta elevação recorde. Apoiado no grande empréstimo de 10 milhões de libras obtido em Londres com o banco Lazard Brothers, o Instituto intervinha no mercado de modo a garantir o preço mínimo e assegurar a rentabilidade de todos os setores, inclusive os produtores marginais.²¹

Como explicar a existência de tanta oposição e crítica, se a manutenção de preços elevados estava sendo bem sucedida? Como já foi visto, o sistema de retenção, se garantia preços elevados para todos, podia causar transtornos a muitos fazendeiros individualmente, pela demora nos embarques; também já foi mencionado o desagrado dos comissários. Havia

objeções mais de longo prazo; chamava-se a atenção (com cargas de razão, como o futuro demonstraria) para a proteção indireta que o sistema dava aos países concorrentes, estimulados a plantar mais e mais; a firme hostilidade do governo americano, expressa pelas contínuas críticas de Herbert Hoover (secretário do Comércio de 1920 a 1928 e depois presidente) despertava temores e tinha reflexos na impossibilidade de conseguir-se apoio financeiro para operações ligadas ao café no mercado financeiro de New York.

Embora o Partido Democrático não chegasse a formular uma política alternativa, fazia-se eco de todas as objeções, sem grande preocupação de coerência, até 1929.

Em 1926, ascendeu à presidência da República Washington Luis Pereira de Souza, ensejando, aparentemente, a grande oportunidade de conjugar-se a defesa estadual do café com a política econômica nacional. Sua orientação é em geral mal compreendida, pois tratava-se de uma peculiar síntese de algumas reivindicações ortodoxas com o atendimento ao setor cafeeiro. A Caixa de Estabilização por ele introduzida foi quase uma cópia da Caixa de Conversão de 20 anos antes; voltava-se ao padrão-ouro (na forma modificada em vigor nos anos 20, o *gold-exchange standard*), que passa dos já míticos 27 pence por mil-réis a 6 pence. Apesar de significar uma volta ao padrão-ouro, a fixação da taxa cambial a um nível inferior ao epílogo deflacionário do período Bernardes despertou fortes ataques do conunto habitual de defensores da ortodoxia; o *Jornal do Commercio* fez verdadeira campanha contra o que se denominou

então o "câmbio vil". Por outro lado, os industriais, bastante beneficiados pela política econômica serão, com Roberto Simonsen à frente, os maiores defensores da nova orientação.²²

Para Washington Luiz, a defesa do câmbio e do café eram (ou deveriam ser) uma peça inteiriça; o boom internacional dos últimos anos da década e um grande afluxo de capitais ao Brasil contribuíram para que 1927 e 1928 fossem anos prósperos, apesar do susto provocado pela super-safra cafeeira de 1927-1928, que atingiu 28 milhões de sacas e testou fortemente a capacidade do Instituto em manter os preços. Este objetivo foi alcançado, mas às custas de um enorme aumento de estoques.

Foi-se tornando claro que os pressupostos implícitos da aparente bonança eram a continuidade da alta cíclica mundial e a célebre alternância entre safras grandes e pequenas. Ao longo de 1929, vai aumentando a inquietude e o PD, através de seu porta-voz Paulo de Moraes Barros passa a defender uma política de expansão da quantidade vendida, mesmo a preços menores.²³ A rigidez do esquema da retenção era também vista com séria desconfiança pelo setor financeiro paulista, cada vez mais poderoso e autonomizado e onde despontava como oráculo o banqueiro José Maria Whitaker, fundador e presidente do Banco Comercial. Este criticara a fórmula da estabilização de Washington Luis e o "cambio vil", além de considerar perigosa a rigidez do Instituto, responsável pela "estagnação", nome por ele dado à forma com que se dava a valorização.²⁴ Seu amigo e sócio José Carlos Macedo Soares, por longos anos pre-

sidente da Associação Comercial também critica a política de Washington Luis.²⁵ Embora o assunto ainda necessite maiores pesquisas, creio que há fortes indicações da progressiva cristalização de uma postura senão liberal, pelo menos cética quanto à forma de intervencionismo que estava sendo adotada; banqueiros, comissários e alguns fazendeiros, (provavelmente os mais competitivos, com custos de produção mais baixos), tendiam a esta posição, com forte eco no Partido Democrático.

Rolim Telles, secretário da Fazenda e presidente do Instituto, contra-ataca, com o clássico argumento da baixa elasticidade da demanda do café, cujo consumo não aumentaria significativamente com uma diminuição dos preços. Com a confirmação do que antes era impensável, uma nova safra gigante no ano cafeeiro 1929-1930, rompe-se uma das premissas básicas de todo o sistema de defesa. As dificuldades em manter as linhas de crédito internacional levaram Rolim Telles, em Setembro de 1929, a buscar, com desespero, o apoio irrestrito do governo federal e do Banco do Brasil.²⁶ O governo federal, obrigado a uma opção entre seu programa de estabilização e a defesa do café, recusa-se a atendê-lo; Rolim Telles demite-se e a derrocada de preços iniciou-se ainda antes do crack da Bolsa de New York, símbolo do início da maior e mais longa crise do sistema capitalista internacional.²⁷

Enquanto se gestava este impasse, abria-se a crise política da sucessão, com a tão célebre imposição de Washington Luis do nome de Julio Prestes, presidente de São Paulo para sua sucessão e a formação da Aliança Liberal, com a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa, articulada pelo presiden-

te de Minas Gerais, Antônio Carlos, preterido em suas pretensões. Não é necessário alongarmos aqui com relação a um tema tão amplamente discutido e avaliado como é o da crise política final da "República Velha". Do ângulo deste trabalho, é importante ressaltar o apoio do PD à Aliança, que parece ter-se refletido em sua cautelosa plataforma na área da política econômica, que aceitava, genericamente o princípio, em termos globais do amparo ao café, mas criticava a forma com que se implementara a defesa permanente.

Em última análise, o que estava em pauta, mas não era ainda claramente percebido em um momento em que não se conhecia ainda a amplitude e a extensão da crise mundial era a reformulação do próprio Estado nacional no interior de um contexto inteiramente transformado; mas esta já seria a tarefa da Revolução de 1930.

NOTAS — CAPÍTULO II

- (1) Ver Fausto 1975, Delfim Netto (1979) e Fritsch (1983).
- (2) A legislação de 1902, renovada cinco anos mais tarde, inibiu efetivamente o crescimento das plantações até 1911, quando recomeça o plantio. A geada de 1917 e os altíssimos preços de 1919 estimularam enormemente um novo ciclo de expansão, acompanhado de forte especulação com terras. Ver a respeito Monbeig (1952), Cano (1977) e Font (1983).
- (3) Ver Fritsch (1983) para uma avaliação das mudanças na conjuntura internacional. Deve-se lembrar que tanto o *boom* do imediato pós-guerra como a recessão de 1920-1921 foram movimentos cíclicos de excepcional intensidade.
- (4) Ver Egas (1927) e 1927a).
- (5) Ver Neuhaus (1975).
- (6) O falecimento de Rodrigues Alves, eleito em 1918, levou à escolha de Pessoa, como solução de compromisso encaminhada pela aliança São Paulo-Minas Gerais, reconstituída em 1914.
- (7) Ver Fausto (1975:233) para um detalhamento destes episódios.
- (8) Ver Whitaker (1978:35-36)
- (9) Sobre a postura de Epitácio Pessoa, ver Aureliano (1976)

- (10) Sobre a reação negativa de alguns setores do comércio cafeeiro aos privilégios da *Brazilian Warrant*, ver Fausto (1975:234).
- (11) Ver Taunay (1945) e Delfim Netto (1979). Terminara, assim, a efêmera aliança da primeira valorização.
- (12) Apud Fausto (1975:236).
- (13) Artur Bernardes, antes presidente de Minas, enfrentou na eleição de 1922 a "Reação Republicana" que tinha como candidato Nilo Peçanha e era formada por uma aliança dos Estados de "segunda grandeza" - Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Antes de sua posse, iniciou-se o ciclo de rebeliões tenentistas.
- (14) Para um tratamento detalhadíssimo, ver Fritsch (1983).
- (15) Deve notar-se que eram débeis os laços de integração entre o polo paulista, voltado simultaneamente para o exterior e para o seu próprio "mercado interno" e o conjunto do país. O tema é amplamente tratado em Cano (1977).
- (16) Font (1983) defende com vigor a tese de uma expansão da pequena e média propriedade.
- (17) Roberto Simonsen assim colocou a questão: "*O deslocamento do eixo econômico dentro do Estado não se realizou sem repercussões sociais e políticas. A luta subterrânea que se trava entre as várias regiões econômicas, as mais novas, humosas, ocasionando com sua produção e conseqüente baixa de preços de custos a ruína de outras, trouxe o desentendimento entre os homens públicos paulistas, gerou a intranquilidade ... desses desentendimentos, defluíram a falta de união ... as acusações recíprocas ... acarretando a fraqueza da representação do Estado e o declínio de sua hegemonia*". Cf. Simonsen (1973:230).

- (18) Ver Fritsch (1983:196).
- (19) O Partido Democrático foi fundado em 1926, congregando importantes setores dissidentes das elites e tendo como presidente de honra nosso velho conhecido e então quase nonagenário Antônio Prado. Este tinha apoiado Nilo Peçanha em 1922, criticando então aspectos da politica cafeeira. Sobre o significado do PD no cenário paulista e nacional há distintas interpretações. Ver Fausto (1970), Maria Lygia Prado (1976), Love (1982), e Fritsch (1983).
- (20) Ver Taunay (1945), Delfim Netto (1979) e Fritsch (1983).
- (21) Para uma descrição pormenorizada, ver Fausto (1975) e Aureliano (1976), que descrevem o sistema de financiamento do Instituto.
- (22) Ver a respeito Simonsen (1973:66-69).
- (23) Ver Moraes Barros (1929)
- (24) Ver Whitaker (1978:78).
- (25) Macedo Soares entrou em choque com o governo estadual e o PRP no momento da rebelião militar de Julho de 1924, quando procurou assumir o papel de mediador, na condição de presidente da Associação Comercial. Em consequência, esteve exilado na Europa por um período. Ver a respeito Macedo Soares (1925). Embora Whitaker e Macedo Soares fossem partidários, o PD os considerava aliados; ver a respeito Nogueira Filho (1965).
- (26) Ver Delfin Netto (1979).
- (27) Para um excelente balanço, escrito, no calor dos acontecimentos, ver Simonsen (1930). Roberto Simonsen esforçou-se para demover Washington Luis da postura de tudo sacrificar pela Caixa de Estabilização.

CAPÍTULO III

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos como a efetivação das políticas de valorização do café sempre esteve indissoluvelmente ligada à margem de ação do governo estadual paulista. Somente a "terceira valorização" foi executada pelo governo federal e o apoio deste esteve invariavelmente associado a polêmicas e conflitos. Mencionam-se com frequência as rivalidades regionais e as queixas dos representantes de outros complexos exportadores; porém não cabe dúvida que sempre pesaram muitíssimo mais as dificuldades levantadas pelos defensores da ortodoxia monetário-financeira, que incluíam, com frequência, os próprios paulistas.

Para que medidas de tipo valorizador pudessem ter êxito, parece ter sido necessário conjugar três fatores. O primeiro seria a formação de um sólido consenso em São Paulo, o que custou a ocorrer na virada do século, como vimos e que apresentava fortes sinais de esgarçamento quando sobrevem a

crise de 1929. Outro seria a cristalização de um sistema nacional e inter-setorial de apoios, quer em torno de reivindicações comuns, como a aliança protecionista de 1906, quer em torno da defesa da receita cambial, vital para o país como um todo, argumentação utilizada por Serzedelo Correa em 1908 e Epitácio Pessoa em 1921. A terceira condição seria o apoio financeiro externo (só dispensado no caso "sui generis" da segunda valorização) sem o qual só o então impensável recurso contínuo e não apenas ocasional às emissões de papel-moeda poderia financiar as operações.

Este conjunto de fatores, evidentemente, repousava na premissa básica da autonomia estadual, pedra de toque do conjunto. A passagem do nível estadual ao nacional foi sempre difícil e conflitiva, pondo a nu os conflitos latentes ou abertos no interior do bloco do poder. Forçando e sobrepondo conflitos setoriais e/ou regionais, fazendo pressão sobre o Estado nacional e escudando-se na autonomia estadual, desafiando interesses imperialistas e buscando alianças com outros, lutando contra a situação de dependência e intensificando-a, a política de valorização do café sintetizou e reproduziu as contradições que perpassavam a economia agro-exportadora em seu conjunto.

Para melhor compreendermos a natureza do universo do pós-30, é indispensável que o caráter da crise seja adequadamente entendido; como lembrou com razão, Francisco de Oliveira, o rompimento do "monolitismo oligárquico" foi condição

necessária para a aceleração da modernização do país e para a emergência dos dominados na arena política. Daí a importância de vermos de mais perto os óbices e limitações a uma plena hegemonia na época do auge agro-exportador; talvez, por este caminho, cheguemos à conclusão que a crise de hegemonia no Brasil, iniciou-se ainda antes do clássico marco de 1930.

APÊNDICE

TABELA 1 — Preços da Saca de Café (60 kg) - 1889-1930

| ANO | PREÇOS EM LIBRA - OURO | PREÇOS EM MIL - RÉIS |
|------|---------------------------|-------------------------|
| 1889 | 3,49 | 30,9 |
| 1890 | 3,26 | 37,2 |
| 1891 | 2,91 | 52,9 |
| 1892 | 3,09 | 62,1 |
| 1893 | 4,09 | 85,2 |
| 1894 | 3,74 | 89,5 |
| 1895 | 3,33 | 80,9 |
| 1896 | 2,56 | 77,7 |
| 1897 | 1,74 | 55,6 |
| 1898 | 1,49 | 50,3 |
| 1899 | 3,07 | 48,2 |
| 1900 | 2,06 | 52,9 |
| 1901 | 1,62 | 34,5 |
| 1902 | 1,54 | 31,2 |
| 1903 | 1,47 | 29,7 |
| 1904 | 1,99 | 39,1 |
| 1905 | 1,98 | 30,0 |
| 1906 | 1,97 | 29,9 |
| 1907 | 1,82 | 28,9 |
| 1908 | 1,82 | 29,1 |
| 1909 | 1,98 | 31,6 |
| 1910 | 2,74 | 39,6 |
| 1911 | 3,58 | 53,9 |
| 1912 | 3,85 | 57,8 |
| 1913 | 3,07 | 46,1 |
| 1914 | 2,39 | 39,0 |
| 1915 | 1,88 | 36,4 |
| 1916 | 2,24 | 45,2 |
| 1917 | 2,17 | 41,5 |
| 1918 | 2,55 | 47,4 |
| 1919 | 5,10 | 94,6 |
| 1920 | 3,51 | 74,7 |
| 1921 | 2,19 | 82,4 |
| 1922 | 3,12 | 118,7 |
| 1923 | 3,05 | 146,9 |
| 1924 | 4,62 | 205,9 |
| 1925 | 5,50 | 215,1 |
| 1926 | 5,05 | 170,7 |
| 1927 | 4,15 | 170,4 |
| 1928 | 5,00 | 204,6 |
| 1929 | 4,71 | 191,9 |
| 1930 | 2,69 | 119,5 |

FONTE: TAUNAY (1945:527-528)

TABELA 2 — Taxas Médias Anuais do Câmbio

| ANO | PENCE POR MIL - RÉIS | MIL - RÉIS POR LIBRA |
|------|-------------------------|-------------------------|
| 1889 | 26,4 | 9,1 |
| 1890 | 22,6 | 10,6 |
| 1891 | 14,4 | 16,1 |
| 1892 | 12,0 | 19,9 |
| 1893 | 11,3 | 20,7 |
| 1894 | 10,1 | 23,8 |
| 1895 | 9,9 | 24,2 |
| 1896 | 9,0 | 26,5 |
| 1897 | 7,7 | 31,1 |
| 1898 | 7,2 | 33,4 |
| 1899 | 7,4 | 32,3 |
| 1900 | 9,5 | 25,3 |
| 1901 | 11,4 | 21,1 |
| 1902 | 12,0 | 20,1 |
| 1903 | 12,0 | 20,0 |
| 1904 | 12,2 | 19,0 |
| 1905 | 15,9 | 15,1 |
| 1906 | 16,2 | 14,8 |
| 1907 | 15,2 | 15,8 |
| 1908 | 15,2 | 15,8 |
| 1909 | 15,2 | 15,8 |
| 1910 | 16,2 | 14,8 |
| 1911 | 16,1 | 14,9 |
| 1912 | 16,1 | 14,9 |
| 1913 | 16,1 | 14,9 |
| 1914 | 14,8 | 16,2 |
| 1915 | 12,6 | 19,1 |
| 1916 | 12,1 | 19,9 |
| 1917 | 12,8 | 18,7 |
| 1918 | 13,0 | 18,5 |
| 1919 | 14,5 | 16,5 |
| 1920 | 14,6 | 16,5 |
| 1921 | 8,4 | 28,7 |
| 1922 | 7,2 | 33,2 |
| 1923 | 5,4 | 44,3 |
| 1924 | 6,0 | 40,0 |
| 1925 | 6,1 | 38,9 |
| 1926 | 7,2 | 33,3 |
| 1927 | 5,9 | 40,6 |
| 1928 | 5,9 | 40,3 |
| 1929 | 6,0 | 40,6 |
| 1930 | 4,9 | 49,4 |

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil, 1939-1940.

BIBLIOGRAFIA

- ALDEN, Dauril and DEAN, Warren, eds. (1977) Essays Concerning the Socioeconomic History of Brazil and Portuguese India. Gainesville, Fla.: The University Presses of Florida.
- ALENCASTRO, Luis Felipe (1983). L'Empire du Brésil. In: M. Duverger (ed). Le Concept de L'Empire. Paris: P.U.F.
- ALIMONDA, Hector (1979). "De La Colonia al Estado Oligarquico". Buenos Aires. Flacso.
- ALMEIDA, Maria Hermínia (1978). "Estado e Classes Trabalhadoras". Tese de doutoramento, USP.
- ALMEIDA, Tácito (1933). "O movimento de 1887". São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais.
- ALMEIDA MAGALHÃES, Bruno de. (1973). Arthur Bernardes, Estadista da República. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.
- AMARAL, Azevedo (1938). O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.
- AMARAL, Luis (1939). História Geral da Agricultura Brasileira no Tríplice Aspecto Político-Econômico-Social. São Paulo: Editora Nacional, 2 vols.

ANDRADA E SILVA (1887). "São Paulo Independente: Propaganda Separatista". São Paulo. Typographia União.

ANTUNHA, Heladio (1978). "A Instrução Pública no Estado de São Paulo: A reforma de 1920". São Paulo. FEUSP

ASSIS BARBOSA, Francisco (1968). "A Presidência Campos Salles", Luso-Brazilian Review, Vol. V, No. 1.

ASSIS CINTRA, Francisco (1953). Bernardino de Campos e Seu Tempo. São Paulo: Editora Cupolo.

ARAÚJO, Moacir (1979). "Tradição e Modernidade" - Tese de Mestrado, USP.

AURELIANO, Liana (1976). "No limiar da industrialização". Tese de doutoramento, UNICAMP.

BALAN, Jorge (1973) "Migrações e Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio de Interpretação Histórico-Comparativa", Estudos Cebrap, No. 5.

BARROSO FRANCO, Gustavo Henrique (1983). "Reforma Monetária e Instabilidade Durante a Transição Republicana". Rio de Janeiro: BNDES.

- BASBAUM, Leoncio (1958). História Sincera da República. São Paulo: Editora. São José.
- BEIGUELMAN, Paula (1976). Formação Política do Brasil. São Paulo: Pioneira.
- BEIGUELMAN, Paula (1973). Pequenos Estudos de Ciência Política. São Paulo: Editora Pioneira.
- BEIGUELMAN, Paula (1978). A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: Aspectos Políticos. São Paulo: Editora Pioneira.
- BELO, José Maria (1972). História da República. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- BENDIX, Reinhard (1974). Nation Building and Citizenship. Berkeley: University of California Press.
- BOEHRER, George C. A. (1954). Da Monarquia à República, História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura.
- BRAGA, Cincinato (1948). Problemas Brasileiros, Magnos Problemas Econômicos de São Paulo. Rio de Janeiro: Editora José Olympio. (1a. ed. - 1921).
- BRASIL, CONGRESSO NACIONAL (1915). Documentos Parlamentares: Valorização do Café. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Comércio, 2 vols.

BUARQUE, Felicio (1962) Origens Republicanas. Estudos de Gênese Política. São Paulo: Edaglit.

BUARQUE DE HOLANDA, Sergio (1956). Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: Editora José Olympio. (1a. edição - 1936).

BUARQUE DE HOLANDA, Sergio (1972). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo 2: O Brasil Monárquico. Vol. 5. São Paulo: Difel.

BUARQUE DE HOLANDA, Sergio (1972). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo 2: O Brasil Monárquico. Vol. 2. São Paulo: Difel.

BUARQUE DE HOLANDA, Sergio (1974). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo 2: O Brasil Monárquico. Vol. 4. São Paulo: Difel.

BURNS, E. Bradford (1966). "The Unwritten Alliance". New York: Columbia University Press.

CALÓGERAS, J. Pandiã (1960). "A Política Monetária do Brasil". Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional.

CAMARGO, Aspasia (1980). "A Revolução das Elites: Conflitos Regionais e Centralização Política. Rio de Janeiro: CPDOL-FGV.

CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo (1974). "O Processo Político-Partidário na Primeira República", in C.G. MOTA (ed1), Brasil em Perspectiva. São Paulo: Difel.

CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo (1976). Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo: Editora Alfa-Omega.

CAMPOS COELHO, Edmundo (1976). Em Busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Forense.

CAMPOS PORTO, M. E. de (1890). Apontamentos para a História da República. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

CAMPOS SALLES, Manoel Ferraz (1902). Manifestos e Mensagens: 1898 a 1902. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional.

CAMPOS SALLES, Manoel Ferraz (1983). Da Propaganda à Presidência. Brasília, UNB (1a. ed. - 1908).

CANO, Wilson (1977). Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo: Difel.

CARDOSO, Fernando Henrique (1960). "Condições Sociais da Industrialização em São Paulo", Revista Brasiliense, nº 28.

- CARDOSO, Fernando Henrique (1975). "Dos Governos Militares à Prudente-Campos Salles", in B. Fausto (ed.), História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III: O Brasil Republicano, Vol. 1, São Paulo: Difel.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel (1982). "O capitalismo tardio". São Paulo: Brasiliense.
- CARDOSO DE MELLO, Zeília Maria (1985). Metamorfoses da Riqueza: São Paulo, 1845-1895. São Paulo. Hucitec.
- CARNEIRO PESSOA, Reynaldo (1973). A Idéia Republicana no Brasil através dos Documentos. São Paulo: Editora Alfa Omega.
- CARONE, Edgar (1969). A Primeira República, (Texto e Contexto). São Paulo: Difel.
- CARONE, Edgar (1970). A República Velha (Instituições e Classes Sociais). São Paulo: Difel.
- CARONE, Edgar (1971). A República Velha, (Evolução Política). São Paulo: Difel.
- CARVALHO, Daniel (1963). Francisco Salles, Rio de Janeiro Ed. José Olympio.
- CARVALHO, José Murilo de (1974). "Elites and State-Building in Imperial Brazil", Ph. D. dissertation, Stanford University.

- CARVALHO, José Murilo (1977). "As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador" in Boris Fausto (ed.) História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III. Vol 2. São Paulo: DIFEL.
- CASTRO, Antonio de Barros (1971). Sete Ensaios Sobre a Economia Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Forense.
- CASTRO, Sertório de (1932). A República que a Revolução Destruiu. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos.
- CASTRO ANDRADE, Regis S. (1981). Ordem Política e Conflito na Constituição do Estado Brasileiro, 1889-1937". Tese de doutoramento, USP.
- CAVALCANTI, Amaro (1900). Regime Federativo e a República do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- CINTRA, Antonio Octávio (1974). "A Política Tradicional Brasileira: Uma Interpretação das Realções entre o Centro e a Periferia", Cadernos do Departamento de Ciência Política, No. 1.
- COLSON, Frank (1981). "On Expectations - Perspectives on the Crisis of 1889 in Brazil". Journal of Latin American Studies, vol. 13, nº 2.

- DEAN, Warren (1969). The Industrialization of São Paulo, 1880-1945. Austin: University of Texas Press.
- DEAN, Warren (1975). "A Industrialização Durante a República Velha", in Boris Fausto (ed.). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, Vol. 1. São Paulo: Difel.
- DEBES, Celio (1978). Campos Salles, Perfil de um Estadista. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves/Brasília: Instituto Nacional do Livro, 2 vols.
- DELFIN NETTO, Antônio (1979). "O Problema do Café no Brasil". Rio de Janeiro, FGV.
- DENIS, Pierre (1909). Le Brésil au XXème Siècle. Paris: Librairie Armand Colin.
- DOMAR, Evsey (1970). "The Causes of Slavery or Serfdom: A Hypothesis", Journal of Economic History, Vol. 30, No. 1.
- DORNAS FILHO, João (1941). "Apontamentos para a História da República". Curitiba: Guaira.
- DRAIBE, Sonia (1985). Rumos e Metamorfoses, Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- DUNSHEE DE ABRANCHES, João (1918). Govêrnos e Congressos da República 1889 a 1917. Rio de Janeiro: Editor M. Abranches.

- DUNSHEE DE ABRANCHES, João (1953). "Atas e Atos do Governo Provisório". Rio de Janeiro: Edições Jornal do Brasil.
- EISENBERG, Peter L. (1974). The Sugar Industry in Pernambuco, 1840-1910: Modernization Without Change. Berkeley: University of California Press.
- EGAS, Eugênio (1927). "Galeria dos Presidentes de São Paulo: Período Republicano, 1889-1920". São Paulo: OESP.
- EGAS, Eugênio (1927a). "Galeria dos Presidentes de São Paulo: Período Republicano, 1920-1924".
- ELLIS Jr., Alfredo (1937). A Evolução da Economia Paulista e Suas Causas. São Paulo: Editora Nacional.
- ELLIS Jr., Alfredo (1949). Um Parlamentar Paulista da República — Subsídios para a História da República em São Paulo e Subsídios para a História Econômica de São Paulo. São Paulo:
- ELLIS Jr., Alfredo (1951). O Café e a Paulistania. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- FAORO, Raimundo (1975). Os Donos do Poder. Porto Alegre: Editora Globo, 2 vols.
- FAUSTO, Boris (1970). A Revolução de Trinta, Historiografia e História. São Paulo: Editora Brasiliense.

- FAUSTO, Boris (1972). "Pequenos Ensaio de História da República: 1889-1945", Cadernos Cebrap, No. 10. São Paulo.
- FAUSTO, Boris (1975). "Expansão do Café e Política Cafeeira", in Boris Fausto (ed.), História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, Vol. 1. São Paulo: Difel.
- FAUSTO, Boris (1976). Trabalho Urbano e Conflito Social. São Paulo: Difel.
- FERNANDES, Florestan (1960). "Mudanças Sociais no Brasil" São Paul: DIFEL.
- FERNANDES, Florestan (1975). A Revolução Burguesa, Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- FERNANDES, Heloísa (1974). "Política e Segurança". São Paulo: Alfa-Omega.
- FISHLOW, Albert (1972). Origens e Consequências da Substituição de Importações no Brasil, Estudos Econômicos, vol. 2, nº 6.
- FONT, Maurício (1983). "Planters and the state". Tese de doutoramento - University of Michigan.
- FORJAZ, Maria Cecília (1977). "Tenentismo e Política". Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, Felisberto (1989-95). História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Moreira Maximino, 3 vols.

FRITSCH, Winston (1983). Aspects of Brazilian Economic Policy under the First Republic. Tese de doutoramento. University of Cambridge.

FURTADO, Celso (1961). Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

GERSCHENKRÓN, Alexander (1966). Economic Backwardness in Historical Perspective. Cambridge, Mass: Balknap Press.

GONÇALVES, Roberto Mendes (1970). "Um Diplomata Austríaco no Brasil", Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura.

GORENDER, Jacob (1972). "O Escravismo Colonial". São Paulo: Ática.

GRAHAM, Douglas H. (1973). "Migração Estrangeira e a Questão da Oferta de Mão-de-Obra no Crescimento Econômico Brasileiro, 1888-1930", Estudos Econômicos. Vol. 3, No. 1.

GRAHAM, Richard (1968). Britain and the Onset of Modernization in Brazil, 1850-1914. Cambridge, England: Cambridge University Press.

- GRAHAM, Richard (1970). "Landowners and the Overthrow of the Empire", Luso-Brasílian Review, Vol. VII, no. 2.
- GRAHAM, Richard (1977). "Government Expenditures and Political Change in Brazil, 1880-1899 — Who Got What", Journal of Interamerican Studies and World Affairs, Vol. 19, no. 3.
- GRAMSCI, Antonio (1974). "El Risorgimento", Buenos Aires: GRANICA.
- GRANZIERA, Rui G. (1979). "A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil. São Paulo: HUCITEC.
- GUANABARA, Alcindo (1983). A Presidência Campos Salles, Política e Finanças, 1898-1902. Brasília: UNB (1a. ed. 1902).
- HAHNER, June E. (1975). "Relações entre Civis e Militares no Brasil: 1889-1898". São Paulo: Pioneira.
- HOLLOWAY, Thomas H. (1978). "Vida e Morte do Convênio de Taubaté" Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOLLOWAY, Thomas H. (1984). "Imigrantes para o Café". Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- JANOTTI, Maria de Lourdes (1986). "Os subversivos da República São Paulo, Brasiliense.
- KINZO, Maria Dalva Gil (1978). "Representação Política: Perspectivas Teóricas e um Exame da Experiência Brasileira". Tese de Mestrado. PUC-SP.

- KUGELMAS, Eduardo (1973). "A Primeira República no Período 1891-1909", in Beiguelman (1973).
- LAGE DE REZENDE, Maria Efigênia (1982). "Formação da Estrutura de Dominação em Minas Gerais: o Novo PRM (1889-1906)". Belo Horizonte: UFMG/PROED.
- LALIÈRE, Augustin C. (1909). Le Café dans L'Etat de Saint Paul. Paris: Augustin Challamel.
- LAMOUNIER, Bolivar (1977). "Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República: Uma Interpretação", in Boris Fausto (ed.), História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III. Vol. 2. São Paulo: DIFEL:
- LEAL, Aurelino (1915). "História Constitucional do Brasil". Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- LEÃO, Antonio Carneiro (1920). São Paulo em 1920. Rio de Janeiro: Editor Anuário Americano.
- LECLERC, Max (1942). "Cartas do Brasil". São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- LEFEVRE, Eugênio (1937). "A administração do Estado de São Paulo na República Velha". São Paulo: S.C.P.
- LEVI, Darrell (1977). A Família Prado. São Paulo: Brasiliense.

- LEVY, Barbara. "O encilhamento", in Paulo Neuhaus, ed.
"Economia Brasileiro: Uma Visão Histórica", Rio de Janeiro:
CAMPUS
- LIMA Jr., Olavo B. de e KLEIN, Lucia M.G. (1970). "Atores
Políticos do Império", Dados, No. 7.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa (1933). A Verdade Sôbre a Revolução de
Outubro. São Paulo: Editora Unitas.
- LOVE, Joseph L. (1970) "Political Participation in Brazil,
1881-1969", Luso-Brazilian Review. Vol. VII, No. 2.
- LOVE, Joseph L. (1971). Rio Grande do Sul and Brazilian
Regionalism Stanford: Stanford University Press.
- LOVE, Joseph L. (1975). "Autonomia e Interdependência: São
Paulo e a Federação Brasileira, 1889-1937", in Boris
Fausto (ed.), História Geral da Civilização Brasileira.
Tomo III, Vol. 1. São Paulo: DIFEL.
- LOVE, Joseph (1982). "A Locomotiva: São Paulo na Federação
Brasileira, 1889-1937". Rio de Janeiro; Paz e Terra.
- LUZ, Nícia Vilela (1948). "A Administração Provincial de São
Paulo em Face do Movimento Abolicionista", Revista de
Administração, No. 8, Ano II.

- NOGUEIRA DE MATOS, Odilon (1974). Café e Ferrovias. São Paulo: Editora Alfa-Omega.
- NORMANO, J. F. (1975). Evolução Econômica do Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- NOVAES, Fernando et alii (1979). "Gênese e Estrutura da Administração Pública Paulista - Projeto de Pesquisa". São Paulo: FUNDAP (texto mimeografado).
- NUNES LEAL, Victor (1975). Coronelismo, Enxada e Voto. São Paulo: Editora Alfa-Omega.
- OLIVEIRA, Francisco de (1975). "A emergência do modo de produção de mercadorias". in Boris Fausto (ed.) História Geral da Civilização Brasileira, tomo III vol. 1, São Paulo: Difel
- OLIVEIRA TORRES, João Camilo (1961). A Formação do Federalismo no Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- OLIVEIRA TORRES, João Camilo (1964). Democracia Coroada: Teoria Política do Império no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes.
- OLIVEIRA VIANA, Francisco José de (1933). O Ocaso do Império. São Paulo: Editora Melhoramentos.

LUZ, Nícia Vilela (1961). A Luta Pela Industrialização no Brasil. São Paulo: DIFEL.

MACEDO SOARES, José Carlos (1925). Justiça. Paris: DUPONT

MAGALHÃES Jr. Raymundo (1965). "Rui - O homem e o mito". Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

MARTINS, Luciano (1976). Pouvoir et Développement Économique: Formation et Evolution des Structures Politiques au Brésil. Paris: Anthropos.

MARTINS FILHO, Amilcar (1981). "A Economia Política do Café com Leite: 1900-1930". Belo Horizonte, UFMG/PROED.

MATOS, Ilmar (1984). "O Tempo Saquarema". Tese de Doutorado, USP.

MATTON. Jr., Robert H. (1977) "Railroads, Coffee, and the Growth of Big Business in São Paulo, Brazil", The Hispanic American Historical Review, Vol. 57, No. 2.

MELLO FRANCO, Afonso Arinos (1973). Rodrigues Alves, Apogeu e Declínio do Presidencialismo. Rio de Janeiro: Editora José Olympio; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2 vols.

- MELLO FRANCO, Afonso Arinos (1974). História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil. São Paulo: Editora Alfa-Omega.
- MELLO FRANCO, Afonso Arinos (1976). Um Estadista da República, Afrânio de Mello Franco e Seu Tempo. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- MERCADANTE, Paulo (1965). A Consciência Conservadora no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Saga.
- MILLIET, Sergio (1939). Roteiro do Café e Outros Ensaios. São Paulo: Coleção do Departamento de Cultura. Vol. XXV.
- MONBEIG, Pierre (1952). Pionniers et Planteurs de São Paulo. Paris: Librairie Armand Colin.
- MOORE Jr., Barrington (1967). Social Origins of Dictatorship and Democracy, Lords and Peasants in the Making of the Modern World. Boston: Beacon Press.
- MORAES, Evaristo de (1937). Da Monarquia para a República (1870-1889). Rio de Janeiro: Editora Athena..
- MORAES BARROS, Paulo (1929). "A defesa do Café". Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- MORSE, Richard M. (1970). Formação Histórica de São Paulo. São Paulo: DIFEL.

MOTTA SOBRINHO, Antonio Joaquim (1967). A Civilização do Café (1820-1920). São Paulo: Editora Brasiliense.

NABUCO, Joaquim (1977). O Abolicionismo. Brasília: INL (1a. ed: 1883).

NABUCO, Joaquim (1936). Um Estadista do Império. São Paulo: Cia Editora Nacional, 3 vols.

NEUHAUS, Paulo (1975). "História Monetária do Brasil". Rio de Janeiro, IBMEC.

NEUMANN, Franz (1957). The Democratic and the Authoritarian State. Glencoe: Free Press.

NOGUEIRA, Emília Costa (1954). "O Movimento Republicano em Itú; Os Fazendeiros do Oeste Paulista e os Prôdomos do Movimento Republicano (notas prévias)", Revista de História, Vol. V, No. 20.

NOGUEIRA, Marco Aurelio (1984). "Aç desventuras do liberalismo". Rio de Janeiro: Paz e Terra.

NOGUEIRA FILHO, Paulo (1965). "Ideais e Lutas de um Burguês Progressista: o Partido Democrático e a Revolução de 1930". São Paulo: José Olympio.

- PELAEZ, Carlos Manuel (1971). "As Consequências Econômicas da Ortodoxia Monetária, Cambial e Fiscal no Brasil, 1889-1945." Revista Brasileira de Economia, vol. 25, nº 3.
- PENDLE, George (1961). "Argentina" Londres: Oxford University Press.
- PEREIRA REIS, Elisa (1979). "The Agrarian roots of Authoritarian Modernization in Brazil". Tese de doutoramento, M.I.T.
- PESTANA, Paulo R. (1923). A Expansão Econômica do Estado de São Paulo Num Século (1822-1922). São Paulo: Rotschild.
- PESTANA, Paulo R. (1927). O Café em São Paulo (Notas Históricas). São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, Diretoria de Indústria e Comércio.
- PETRONE, Maria Teresa (1962). A Lavoura Canavieira em São Paulo. São Paulo: DIFEL.
- PETRONE, Maria Teresa (1977). "Imigração" in Boris Fausto (ed). História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, vol. 2. São Paulo: DIFEL.
- PINHEIRO, Paulo Sergio (1975). Trabalho e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

- PINHEIRO, Paulo Sergio (1977). "Clases Médias Urbanas: Formação e Intervenção na Vida Política", in Boris Fausto (ed.). História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, Vol. 2. São Paulo: DIFEL.
- PORTO, José da Costa (1951). Pinheiro Machado e Seu Tempo: Tentativa de Interpretação. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.
- PRADO, Maria Lygia (1982). "A Democracia Ilustrada: São Paulo, 1926-1934". Tese de doutoramento, USP.
- PRADO, Nazaré (1929). Antônio Prado no Império e na República. Seus Discursos e Actos Coligidos Por sua Filha Nazaré Prado. Rio de Janeiro: F. Briguiet.
- RAMOS, Augusto (1923). O Café no Brasil e no Estrangeiro. Rio de Janeiro: Santa Helena.
- RAMOS, Augusto (1930). A Crise do Café. Parecer Apresentado a Sociedade Rural Brasileira em Agosto de 1930. São Paulo: Empresa Graphica da Revista dos Tribunais.
- REBOUÇAS, André (1938). Diário e Notas Biográficas. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.
- REIS, Fabio Wanderley (1974). "Brasil: 'Estado e Sociedade' em Perspectiva", Cadernos do Departamento de Ciência Política. No. 2.

- REIS DE QUEIROZ, Suely (1986). "Os Radicais da República".
São Paulo: Brasiliense.
- ROLLIM TELLES, Mário (1931). "A Defesa do Café e a Crise Econô-
mica de 1929". São Paulo, S.C.P.
- ROMEIRO, Manoel Olympio (1930). "São Paulo e Minas na Economia
Nacional". São Paulo. Revista dos Tribunais.
- ROURE, Agenor de (1979). A Constituinte Republicana. Brasília,
UNB (1a. ed. 1920).
- ROWE, John W.F. (1936). Markets and Men. Cambridge, Cambridge
University Press.
- SAES, Décio (1985). "A Formação do Estado Burguês no Brasil,
1888-1891". Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SAES, Flávio (1979). "A Grande Empresa de Serviços Públicos na
Economia Cafeeira". Tese de doutoramento, USP.
- SALLES, Alberto (1983). A Pátria Paulista. Brasília, Editora
UNB (1a. ed. 1887).
- SALLUM, Brasílio (1982). Capitalismo e Cafeicultura: Oeste
Paulista, 1888-1930. São Paulo: Duas Cidades.
- SALLUM, Brasílio (1985). História Administrativa: Políticas
Públicas e Regimes Políticos, Cadernos: FUNDAP, nº 9.

SANTOS, José Maria dos (1930). A Política Geral do Brasil.

São Paulo: Editora J. Magalhães.

SANTOS, José Maria dos (1942). Os Republicanos Paulistas e a

Abolição. São Paulo: Livraria Martins.

SANTOS, José Maria dos (1960). Bernardino de Campos e o Partido

Republicano Paulista. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos (1978). Ordem Burguesa e Libe-

ralismo Político. São Paulo: Editora Duas Cidades.

SCHLESINGER, Rudolf (1945). Federalism in Central and Eastern

Europe. Londres: Routledge.

SCHMITTER, Philippe C (1971). Interest Conflict and Political

change in Brazil. Stanford: Stanford University Press.

SCHULZ, John (1973). "The Brazilian Army and Politics - 1850-

1894". Tese de doutoramento, Pinceton University.

SCHWARTZMAN, Simons (1975). São Paulo e o Estado Nacional.

São Paulo: DIFEL.

SEVCENKO, Nicolau (1983). Literatura como Missão, São Paulo:

Brasiliense.

SILVA, Sêrgio (1976). "Expansão Cafeeira e Origens da Indústria

no Brasil". - São Paulo: Alfa-Omega.

- SIMÕES DE PAULA, Euripedes (1954). A Segunda Fundação de São Paulo". Revista de História, vol. 8 nº 17.
- SIMONSEN, Roberto (1930). As Crises no Brasil. São Paulo: São Paulo Editora.
- SIMONSEN, Roberto (1940). "Aspectos da História Econômica do Café", Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. Vol. LXV.
- SIMONSEN, Roberto (1973). Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos. São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- SIQUEIRA, Joaquim Miguel (1906). "Unidade Monetária, Valorização do Café e Fixação do Câmbio". Santos, Tipografia Popular.
- SOARES Jr., Rodrigo (1958). Jorge Tibiriçã e Sua Época. São Paulo. Cia. Editora Nacional.
- STEIN, Stanley J. (1957)'. Vassouras, A Brazilian Coffee County 1850-1900. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- STEIN, Stanley J. (1979). Origens e Evolução da Indústria Textil no Brasil. Rio de Janeiro: CAMPUS
- SUZIGAN, Wilson (1975). "Industrialização e Política Econômica: Uma Interpretação em Perspectiva Histórica". Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 5, nº 2.

- TANNURI, Luiz Antonio (1981). "O Encilhamento". São Paulo: HUCITEC.
- TAUNAY, Affonso D'Escragnolle (1939-1943). História do Café no Brasil. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 15 vols.
- TAUNAY, Affonso D'Escragnolle (1945). Pequena História do Café no Brasil. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café.
- URICOECHEA, Fernando (1977). "A Formação do Estado Brasileiro no Século XIX". Dados, No. 14.
- VALLANDRO, Franceschina (1983). "A Burguesia Cafeeira Paulista e a Política Econômica na Primeira República". Tese de Mestrado, UNICAMP.
- VELHO, Otávio Guilherme (1976). Capitalismo Autoritário e Campesinato. São Paulo: DIFEL.
- VENÂNCIO FILHO, Alberto (1968). A Intervenção do Estado no Domínio Econômico. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- VERSIANI, Maria Teresa (1985). Café e Câmbio no Brasil: 1890-1906. Pesquisa e Planejamento Econômico, Vol. 15 nº 3.

- VIEIRA DA CUNHA, Mario Wagner (1963). O Sistema Administrativo Brasileiro, 1930-1950. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/INEP-MEC.
- VILLELA, Anibal e SUZIGAN, Wilson (1975). Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira. Rio de Janeiro: IPEA/INPES.
- VIOTTI DA COSTA, Emília (1966). Da Senzala à Colonia. São Paulo: DIFEL.
- VIOTTI DA COSTA, Emília (1977). Da Monarquia à República: Momentos Decisivos. São Paulo: Grijalbo.
- WEFFORT, Francisco Corrêa (1978). O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- WERNECK SODRE, Nelson (1964). História da Burguesia Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- WERNECK SODRE, Nelson (1965). História Militar do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- WERNECK VIANNA, Luiz (1976). Liberalismo e Sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- WHITAKER, José Maria (1978). O Milagre da Minha Vida. São Paulo: HUCITEC

WIRTH, John D. (1977). Minas Gerais in the Brazilian Federation, 1889-1937. Stanford: Stanford University Press.

WITTER, José Sebastião (1984). Partido Político, Federação e República, São Paulo, AESP.